

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A
PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS:
CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE**

LÔISE ALVES DE CASTRO

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS
ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS
POSSE**

LÔISE ALVES DE CASTRO

*Sob a orientação da Professora
Dra Sílvia Maria Melo Gonçalves*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica - RJ
Março de 2024**

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C355i

CASTRO, LÔISE ALVES DE , 1994-
IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS
ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE
/ LÔISE ALVES DE CASTRO. - Seropédica, 2024.
97 f.: il.

Orientadora: Silvia Maria Melo Gonçalves.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2024.

1. Assistência Estudantil. 2. Pandemia. 3.
Políticas Públicas. I. Gonçalves, Silvia Maria Melo ,
1950-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 14 / 2024 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.012365/2024-95

Seropédica-RJ, 07 de março de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

LOISE ALVES DE CASTRO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 01/03/2024

Dra. SILVIA MARIA MELO GONCALVES - UFRRJ
Orientadora

Dr. ALLAN ROCHA DAMASCENO - UFRRJ
Membro interno

Dra. ADRIANA VASCONCELOS DA SILVA BERNARDINO - UV
Examinadora Externa à Instituição

(Assinado digitalmente em 10/03/2024 13:08)
ALLAN ROCHA DAMASCENO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.022)
Matrícula: 2572431

(Assinado digitalmente em 08/03/2024 02:03)
SILVIA MARIA MELO GONCALVES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptPO (12.28.01.00.00.00.00.23)
Matrícula: 1043457

(Assinado digitalmente em 08/03/2024 01:37)
ADRIANA VASCONCELOS DA SILVA BERNARDINO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 007.350.737-75

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **14**, ano: **2024**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **07/03/2024** e o código de verificação: **3125b3d030**

DEDICATÓRIA

À minha filha Laura, cuja chegada foi um milagre em nossas vidas. À meu primo André Castro (*in memoriam*), que nos deixou durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por me dar forças para realizar meus sonhos e alcançar cada objetivo a que me proponho.

A meus pais Maria Isabel e Nercivam que sempre me apoiaram e me mostraram o verdadeiro sentido da Educação. A meu irmão Lôiam pelas palavras de incentivo.

A meu companheiro Petrony, que me ajudou nos momentos que precisei durante meu percurso no Mestrado.

À minha filha Laura Alves Pimentel. Sua chegada durante o Mestrado e sua existência foi e tem sido inspiração para mim. Obrigada pelos sorrisos mesmo depois de cada período de ausência para participar dos Encontros de Formação.

À minha orientadora Professora Doutora Silvia Maria Melo Gonçalves, pela parceria e apoio no desenvolvimento deste estudo.

Aos professores do PPGEA pelos ensinamentos.

A todos os meus colegas de turma do PPGEA por todo apoio e partilha nessa caminhada. Sou muito grata em ter convivido com vocês.

Aos professores Doutores Allan Rocha Damasceno e Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino pelas contribuições na minha banca de qualificação.

Ao Instituto Federal Goiano pela oportunidade de realizar o Mestrado, em especial ao Campus Posse.

À meus colegas de trabalho do Campus Posse pela compreensão e incentivo.

Aos discentes que participaram da pesquisa respondendo o questionário e que permitiram que esse estudo se concretizasse.

A todos que me ajudaram e apoiaram, muito obrigada!

RESUMO

CASTRO, Lôise Alves de. **Impactos do programa nacional de assistência estudantil durante a pandemia sob a perspectiva dos estudantes contemplados: caso IF goiano campus Posse.** 2024. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2024.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma política pública educacional, sendo que uma de suas finalidades é ampliar as condições de permanência dos estudantes nas Instituições Públicas Federais. Esta pesquisa abordou o PNAES, objetivando investigar seu impacto durante a pandemia de COVID-19 para os estudantes contemplados em cursos da área agrária no Campus Posse do IF Goiano. Como objetivos específicos pretendemos conhecer o perfil socioeconômico desses discentes, analisar como eles acompanharam as aulas durante a pandemia, suas percepções sobre o programa e levantar dados sobre a execução do PNAES. Para atingirmos nossos objetivos, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, exploratória e análise documental. Os participantes foram 40 discentes, com idade entre 17 e 25 anos, de ambos os性os, cursando Agronomia, Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Agropecuária Concomitante e que foram contemplados pelos auxílios alimentação ou permanência da Assistência Estudantil nos anos de 2020 e 2021, período em que as aulas aconteceram em formato remoto em decorrência da COVID-19. Os estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) concordando em participar da pesquisa e todos os princípios éticos foram seguidos pelos pesquisadores. Utilizamos um questionário misto e análise documental para o levantamento de dados. O questionário foi disponibilizado impresso aos participantes. A partir das respostas recebidas, realizamos categorização das respostas de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, utilizando a técnica de análise temático-categorial. Os dados levantados foram organizados em tabelas e gráficos em frequência simples e percentual; e as figuras foram utilizadas para apresentar as categorias encontradas nas respostas dos questionários. Como resultados, concluímos que o perfil dos estudantes da área de agrárias contemplados com o auxílio nos anos de 2020 e 2021 no Campus Posse foram 55% de alunas, jovens, solteiras, residentes em zona urbana, com número de membros da família entre três e quatro pessoas e com renda *per capita* muito baixa de até meio salário mínimo (R\$ 606,00). Dessa forma, o PNAES está atendendo o público ao qual se destina prioritariamente conforme Decreto 7.234. Em relação à pandemia, esses estudantes tiveram dificuldades com as aulas online, a falta de computadores para realizar as atividades e ausência de internet de qualidade. Em relação a percepções quanto ao PNAES, os estudantes de forma geral sentem-se satisfeitos com os auxílios recebidos. Entretanto, apontam como pontos a melhorar o aumento da oferta de vagas, aumento do valor do auxílio e cumprimento dos prazos de pagamentos. Também foi possível fazer uma caracterização da execução do programa durante o período de pandemia, destacando as alterações procedimentais implantadas e a satisfação dos estudantes com essas mudanças. Entretanto, é relevante apontar que os recursos recebidos durante a pandemia sofreram um decréscimo, o que comprometeu bastante a melhoria dos valores e aumento do número de vagas nesse período.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Pandemia; Políticas Públicas

ABSTRACT

CASTRO, Lôise Alves de. **Impacts of the national student assistance program during the pandemic from the perspective of contemplated students: case IF Goiano campus Posse 2024.** 97p. Dissertation (Master's in Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2024.

The National Student Assistance Program (PNAES) is a public educational policy whose purpose is to expand the conditions for students to stay in Federal Public Institutions. This research will address the PNAES, aiming to investigate its impact during the COVID-19 pandemic for students enrolled in courses in the agricultural area at the Posse Campus of IF Goiano. As specific objectives, we intend to understand the socioeconomic profile of these students, analyze how they followed classes during the pandemic, their perceptions about the program and collect data on the implementation of the PNAES. To achieve our objectives, we use qualitative exploratory research and documentary analysis as methodology. The participants were 40 students, aged between 17 and 25 years old, of both sexes, studying Agronomy, Agricultural Technician Integrated into High School and Concurrent Agricultural Technician and who were covered by Student Assistance food or permanence aid in the years 2020 and 2021, a period in which classes took place remotely due to COVID-19. The students signed the Free and Informed Consent Form (TCLE) agreeing to participate in the research and all ethical principles were followed by the researchers. We used a mixed questionnaire and document analysis to collect data. The questionnaire was made available in printed form to participants. From the responses received, we carried out categorization according to Bardin's content analysis, using the thematic-categorical analysis technique. The data collected was organized into tables and graphs with simple frequency and percentage; and the figures were used to present the categories found in the questionnaire responses. As a result, we concluded that the profile of students in the agricultural area receiving aid in 2020 and 2021 at Campus Posse were 55% female students, young, single, residing in urban areas, with a number of family members between three and four people with a very low per capita income of up to half the minimum wage (R\$606.00). In this way, PNAES is serving the public for which it is primarily intended according to Decree 7,234. In relation to the pandemic, these students had difficulties with online classes, the lack of computers to carry out activities and the absence of quality internet. Regarding perceptions regarding PNAES, students generally feel satisfied with the assistance received. However, points to improvement include increasing the number of vacancies, increasing the value of aid and meeting payment deadlines. It was also possible to characterize the execution of the program during the pandemic period, highlighting the procedural changes implemented and student satisfaction with these changes. However, it is important to point out that the resources received during the pandemic suffered a decrease, which significantly compromised the improvement in values and the increase in the number of vacancies during this period.

Keywords: Student Assistance; Pandemic; Public policy

LISTA DE ABREVIASÕES

- IF:** Instituto Federal
PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil
TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAE: Política Nacional de Assistência Estudantil
PROUNI: Programa Universidade para Todos
FIES: Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
IFMG: Instituto Federal de Minas Gerais
UNE: União Nacional dos Estudantes]
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
DAE: Departamento de Assistência ao estudante
FONAPRACE: Fórum Nacional de Pró-reitores de assuntos Comunitários e Estudantis
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
MEC: Ministério da Educação
CEFET: Centros Federais de Educação Tecnológica
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional
FIC: Formação Inicial e Continuada
PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
IFES: Instituições Federais de Ensino
COVID -19: Coronavírus Disease - 2019
OMS: Organização Mundial da Saúde
COE/IF Goiano: Comitê Operativo de Emergência do IF Goiano
TAEs: Técnico Administrativos em Educação
EaD: Educação a Distância
AVA: Ambiente Virtual de Aprendizagem
UAE: Unidade de Assistência ao Educando
UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Mapa de distribuição das despesas da ação da Assistência aos estudantes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica pela regionalização do gasto..	15
Figura 2: Localização dos <i>Campi</i> do IF Goiano	22
Figura 3: Imagens aéreas do Campus Posse do IF Goiano	25
Figura 4: Você recebeu informações sobre os auxílios da Assistência Estudantil antes de ser contemplado? Quais?.....	47
Figura 5: Você sabe o que é o Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES)?.....	49
Figura 6: Você considera os auxílios da Assistência Estudantil importantes para que o aluno continue estudando?	50
Figura 7: Categorias encontradas quando o estudante respondeu que “Não”	51
Figura 8: Categorias encontradas quando o estudante respondeu que “Sim”	52
Figura 9: Como foi seu aprendizado durante a pandemia?	53
Figura 10: O valor que você recebeu do auxílio estudantil foi suficiente para atender suas necessidades no período da pandemia? Por quê?	58
Figura 11: O pagamento dos benefícios foi realizado dentro dos prazos estabelecidos para atender suas necessidades?	59
Figura 12: O que poderia ser feito para que suas necessidades fossem atendidas?	61
Figura 13: O auxílio estudantil influenciou no seu desempenho acadêmico? Porquê?	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Alguns estudos realizados sobre Assistência Estudantil de 2019 a 2023	6
Quadro 2: Marcos históricos na trajetória da Assistência Estudantil no Brasil.....	13
Quadro 3: Benefícios e serviços do PNAES ofertados pelos Institutos Federais	16

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos contemplados	41
Gráfico 2: Sexo dos contemplados	42
Gráfico 3: Curso em que estava matriculado	43
Gráfico 4: Cidade na qual residem	44
Gráfico 5: Zona em que residem	44
Gráfico 6: Número de membros da família.....	45
Gráfico 7: Renda <i>per capita</i>	46
Gráfico 9: Qual foi sua dificuldade?	55
Gráfico 10: A quantidade de meses que você recebeu o auxílio estudantil foi suficiente para atender suas necessidades?	58
Gráfico 11: Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do orçamento da assistência estudantil nacional para os alunos de graduação em milhões e bilhões de reais.....	19
Tabela 2: Evolução dos cursos e número de ingressantes no Campus Posse do IF Goiano de 2014 a 2022	24
Tabela 3: Evolução do orçamento da Assistência Estudantil no Campus Posse do IF Goiano de 2015 a 2023.....	27
Tabela 4: Número de cursos ofertados e número de matriculados.....	27
Tabela 5: Quadro de pessoal do Campus Posse	28
Tabela 6: Informações sobre os auxílios estudantis ofertados em 2023 no Campus Posse	28
Tabela 7: Número de casos e de óbitos no Brasil e no Estado de Goiás em 2023 em decorrência da COVID-19.....	30
Tabela 8: Execução do PNAES nos anos de 2020 e 2021 no Campus Posse	37
Tabela 9: Você recebeu informações sobre os auxílios da Assistência Estudantil antes de ser contemplado?.....	47
Tabela 10: Você sabe o que é o Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES)?....	48
Tabela 11: Não teria saído do curso	51
Tabela 12: Teria saído do curso.....	52
Tabela 13: Aprendizado satisfatório.....	52
Tabela 14: Aprendizado insatisfatório.....	53
Tabela 15: Você teve dificuldade para acessar a internet e estudar durante a pandemia?	54
Tabela 16: Como você participou das aulas remotas?	56
Tabela 17: Você considera que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) cumpre seu objetivo?	56
Tabela 18: Você ficou satisfeito com os procedimentos para recebimento do auxílio estudantil desde a inscrição até o pagamento?	57
Tabela 19: Categorias encontradas quando o estudante respondeu que “Sim”.....	57
Tabela 20: Categorias encontradas quando o estudante respondeu que “Sim”.....	57
Tabela 21: O pagamento dos benefícios foi realizado dentro dos prazos estabelecidos para atender suas necessidades?	59
Tabela 22: O benefício recebido foi suficiente para atendimento de suas necessidades?.....	60
Tabela 23: O auxílio estudantil influenciou no seu desempenho acadêmico?	61
Tabela 24: As exigências do Programa para continuidade no recebimento do benefício, no que se refere a frequência, rendimento escolar e disciplina prejudicaram sua permanência no Auxílio Estudantil?	62
Tabela 25: Você tem alguma proposta de mudanças para o Programa Nacional de Assistência Estudantil?	63
Tabela 26: Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	4
2.1	Objetivo Geral	4
2.2	Objetivos Específicos	4
3	A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	5
3.1	Em foco a Política Nacional de Assistência Estudantil: alguns estudos realizados	5
3.2	Breve histórico da Política Nacional de Assistência Estudantil	9
3.2.1	Contexto político e o desmantelamento da rede federal de ensino.....	17
4	O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	21
4.1	Campus Posse do IF Goiano.....	23
4.1.1	O Programa Nacional de Assistência Estudantil no Campus Posse do IF Goiano	25
5	TUDO MUDOU: PANDEMIA DA COVID-19	30
5.1	Os desafios da Educação em meio à pandemia	32
5.1.1	Pandemia, Instituto Federal Goiano e o Campus Posse	34
5.1.2	Execução do PNAES no Campus Posse em meio à pandemia.....	36
6	MÉTODO.....	39
6.1	Participantes	39
6.2	Instrumentos de coleta de dados.....	39
6.3	Procedimentos	40
6.4	Análise de dados.....	40
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
9	REFERÊNCIAS	68
10	APÊNDICE	76
	Apêndice A - Questionário aplicado aos participantes	77
11	Anexos.....	81
	Anexo A L- Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	82
	Anexo B - Termo de assentimento livre e esclarecido (TALE)	84
	Anexo C - Termo de consentimento livre e esclarecido para pais/mães/responsáveis por menores de idade (TCLE).....	86
	Anexo D - Parecer do CEP Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).....	88
	ANEXO E - Parecer do CEP Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Goiano (IF Goiano) - instituição coparticipante.....	92

1 INTRODUÇÃO

Início este trabalho relatando um pouco sobre minha trajetória profissional e pessoal, que me levou a realizar essa pesquisa neste momento. Acredito que a vida nos leva a vários caminhos e esses caminhos nos trazem ao momento presente, de uma forma que só entendemos quando o hoje chega.

A educação sempre fez parte da minha vida. Sou filha de pais professores em uma pequenina cidade no interior do Estado de Goiás chamada Divinópolis, distante quase 800 km da capital. No cotidiano, tive contato desde cedo com livros, cadernos, lápis coloridos. Apesar de não ser uma imposição dos meus pais, eu me interessava muito por aquele universo e o prazer pela leitura e escrita foi um processo natural desde que me lembro.

Na infância, meu irmão e eu nos divertíamos fazendo competições para descobrir quem lia mais livros. Depois que terminávamos os livros que tínhamos em casa, passamos a ler os que haviam na biblioteca da nossa escola. Começamos a escrever poesias e com 10 anos de idade eu escrevi e ilustrei um livrinho junto com ele, livro este que nós mesmos confeccionamos utilizando um caderno comprado especialmente para essa finalidade.

Sempre gostei de estudar, de tal forma que comecei a dar aulas de reforço para meus colegas durante o ensino médio. Na graduação, enfrentei a incerteza da escolha profissional e mesmo assim foi com extrema dedicação que concluí o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo em 2016. Nessa época, morava sozinha na cidade de Goiânia, longe da família e nada foi fácil. Sempre estudei em escola pública e ao ingressar no Instituto Federal de Goiás (IFG), em 2012, na graduação eu sabia que era uma oportunidade de desenvolvimento em que meus pais não precisariam enfrentar os desafios de pagar uma mensalidade que comprometeria o orçamento da família.

Eu sabia que a educação era o melhor caminho para o crescimento pessoal e profissional e não tenho como medir o tamanho do crescimento que aconteceu comigo. O curso superior abriu novos horizontes de aprendizado, não somente acadêmico, mas também pessoal e profissional. Durante a graduação uma das minhas professoras, a qual sou eternamente grata, viu e acreditou em meu potencial. Com sua orientação, fui pesquisadora bolsista de Iniciação Científica de 2013 a 2015 e desenvolvi pesquisas relacionadas ao meu curso. Os artigos finais dos dois projetos foram selecionados para compor o livro *Em Formação: cadernos de iniciação científica e tecnológica do IFG - Destaques*, nas edições lançadas em 2015 e 2016 pela Editora IFG.

Além desses projetos desenvolvidos, participei como voluntária em mais duas pesquisas. Escrevi artigos e realizei apresentações das pesquisas em diversas ocasiões dentro do IFG. A partir dessas experiências, desenvolvi senso crítico, independência emocional, capacidade de resolução de problemas, habilidades na utilização de metodologias e coleta de dados em pesquisas científicas. Dessa forma, tive um desenvolvimento pessoal e acadêmico que me mostrou mais uma vez como o estudo tinha impacto na vida de uma pessoa.

Algum tempo após concluir a graduação, em 2018, recebi a convocação para um processo seletivo que havia feito dois anos antes: o universo da pesquisa me encontrou mais uma vez, como agente de pesquisa e mapeamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa experiência profissional foi de extrema importância e representou para mim um passo em direção ao meu objetivo, que era ser servidora efetiva de um órgão federal.

No final de 2019, fui convocada para tomar posse como servidora efetiva do Instituto Federal Goiano, como técnica administrativa no Campus Posse, uma cidade a apenas 180km da minha cidade natal, onde essa história começou. A região na qual estou lotada enfrenta muitas dificuldades socioeconômicas, as quais convivi durante a adolescência na minha

própria cidade natal. Por ser natural dessa região, tenho convicção da diferença que uma instituição pública de ensino com tal qualidade faz para a população. O setor no qual trabalho, Unidade de Assistência ao Educando, é responsável por tratar dos direitos e deveres dos estudantes e executar a Política de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da qual são ofertados auxílios financeiros para os estudantes de baixa renda.

Por meio do trabalho executado nesta unidade, é possível promover a permanência e êxito dos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por acreditar na importância da educação e do meu trabalho, procurei me capacitar logo que entrei na instituição em 2019, ano no qual iniciei a Pós Graduação Lato Sensu em Formação Pedagógica para Educação Profissional e Tecnológica pelo IF Goiano, a qual realizei concomitante com a Pós Graduação em Gestão Pública pela Faculdade Apogeu em 2020, como forma de ampliar ainda mais meus conhecimentos.

Atualmente não existem pesquisas sobre a Assistência Estudantil no Campus Posse, por isso decidi ingressar no Mestrado e realizar essa investigação. Também passamos recentemente por uma pandemia, decorrente da crise sanitária da COVID-19, que mudou a nossa forma de nos relacionarmos, de trabalharmos e de lidarmos com a vida.

Diante desse cenário em que houve o aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil, o acesso à Educação para todos tornou-se ainda mais significativo. Garantida como um direito de todos e dever do Estado pela Constituição Brasileira de 1988, a Educação é uma ferramenta de transformação social. Por intermédio dela, indivíduos podem modificar sua realidade e de sua família, causando grande impacto na sociedade.

As ações desenvolvidas pelas políticas de assistência estudantil tornaram-se mais evidentes diante das modificações que aconteceram nas instituições de ensino para adaptação ao período de isolamento social e adoção de aulas na modalidade remota, provocadas pela disseminação do vírus Sars-Cov-2, causador da COVID-19. Segundo Santos *et al* (2021), a atual crise sanitária impõe barreiras adicionais aos que historicamente já enfrentavam dificuldades para sua permanência nas instituições de ensino.

Considerando a realidade do Campus Posse, a instituição atende estudantes oriundos também das cidades e áreas rurais circunvizinhas, muitas vezes de baixa renda e atendidos pelo PNAES, que podem ter sido mais impactados com as desigualdades sociais aprofundadas pela situação pandêmica vivenciada nos últimos anos.

Nesse sentido, a problematização dessa pesquisa é responder aos seguintes questionamentos: Qual o impacto do PNAES no período de pandemia, a qual provocou a realização de aulas remotas e modificações na dinâmica social, econômica e educacional dos discentes? Qual o perfil socioeconômico dos estudantes contemplados de cursos na área agrária e suas percepções sobre o programa de assistência estudantil em relação à sua permanência no IF Goiano Campus Posse durante a pandemia?

A problemática foi definida a partir da minha atuação profissional na Unidade de Assistência ao Educando como Assistente de Aluno no Campus Posse do IF Goiano desde 2019. Cotidianamente, recebemos relatos de estudantes sobre a necessidade de auxílio para continuarem em seus cursos no Campus. Esse cenário foi amplificado pela pandemia e deu origem a reflexões e questionamentos acerca do PNAES e de como os estudantes percebem o programa.

Justifica-se realizar essa investigação ao considerarmos que se trata de um estudo inédito no Campus Posse. Ademais, conforme Santos *et al* (2021, p. 108) a assistência estudantil brasileira enfrentou grandes desafios no cenário da COVID-19, por ser uma “ferramenta que objetiva viabilizar os direitos estudantis, incorpora as dimensões sociais, econômicas, culturais e sanitárias, por meio de ações multifacetadas que respondam às demandas dos discentes com intuito de viabilizar a permanência nas universidades públicas”.

As políticas de expansão de vagas nas universidades públicas, somadas às políticas de acesso como as cotas sociais, têm permitido o ingresso de jovens estudantes oriundos das camadas mais carentes da sociedade e isto aumenta a relevância de pesquisas que versam sobre a permanência destes estudantes no ambiente universitário e a garantia da qualidade de seus estudos (OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, consideramos relevante investigar o impacto que o programa teve no campus em questão durante a pandemia. Por ter sido um período de muitas alterações, com impactos diretos nas dinâmicas educacionais, os estudos que começam a ser realizados sobre a pandemia servirão de referência para entender melhor essa fase vivenciada pela sociedade.

Além disso, analisar a percepção dos discentes envolvidos sobre o programa durante a pandemia traz dados importantes sobre como essa política de assistência ao estudante se deu mediante os desafios enfrentados nas instituições de ensino em decorrência da doença.

A identificação do perfil socioeconômico discente no Campus Posse permite ter melhor compreensão sobre a realidade desses estudantes, suas dificuldades e, em posse dos dados levantados e a análise deles, possibilitar o fortalecimento da Assistência Estudantil.

Por esses motivos, fica evidente a relevância de pesquisas sobre a Assistência Estudantil em outras localidades. Dessa forma, torna-se necessário realizar esse estudo para conhecer com maior profundidade o PNAES no Campus Posse do IF Goiano no período da pandemia, com vistas a propor ações de melhoria e trazer à tona a perspectiva dos principais atores e beneficiados pelo programa, que são os estudantes contemplados.

Partindo desses questionamentos, traçamos como objetivo geral investigar o impacto do PNAES durante a pandemia de COVID-19 para os estudantes contemplados em cursos da área agrária no Campus Posse do IF Goiano.

Nossos objetivos específicos são: pesquisar o perfil socioeconômico do discente da área agrária atendido pelos auxílios do PNAES durante a pandemia da COVID-19; analisar como os discentes participantes do PNAES acompanharam as aulas durante a pandemia e suas percepções sobre o programa; caracterizar a execução do PNAES no Campus Posse do IF Goiano no período estudado.

Para responder os questionamentos e alcançar os objetivos traçados, dividimos essa dissertação em sete capítulos. O primeiro capítulo é a Introdução, na qual relatamos um pouco da minha trajetória profissional e acadêmica e os motivos que me levaram a realizar essa investigação.

No Capítulo 2, trouxemos em destaque nossos objetivos e no Capítulo 6, o método utilizado para alcançar esses objetivos.

No Capítulo 3, nos dedicamos a escrever sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PAE), a qual engloba o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE), foco desta pesquisa. Traçamos o percurso histórico e discutimos sobre o sucateamento das instituições federais de ensino superior diante do governo que se encerrou em 2022.

O capítulo seguinte trata sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, sua criação e detalha o Campus Posse, lócus desta pesquisa. Dissertamos também sobre o PNAES no Campus Posse para contextualizar a investigação.

O quinto capítulo foi dedicado a tratar sobre a pandemia causada pela COVID-19, os desafios que ela trouxe para a educação e como foi o período mais complicado da pandemia no Campus Posse, durante a suspensão das aulas presenciais. No Capítulo 7, trouxemos os resultados e discussões desta pesquisa e buscamos trazer as respostas aos nossos questionamentos. Para isso, ele trata do perfil socioeconômico dos estudantes beneficiários do programa e por fim, traz a percepção destes estudantes acerca do PNAES, nesse período tão desafiador que foi a pandemia.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar o impacto do PNAES durante a pandemia de COVID-19 para os estudantes contemplados em cursos da área agrária no Campus Posse do IF Goiano.

2.2 Objetivos Específicos

- Pesquisar o perfil socioeconômico do discente da área agrária atendido pelos auxílios do PNAES durante a pandemia da COVID-19;
- Analisar como os discentes participantes do PNAES acompanharam as aulas durante a pandemia e suas percepções sobre o programa;
- Caracterizar a execução do PNAES no Campus Posse do IF Goiano no período estudado.

3 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Ao pensarmos nas políticas públicas, percebemos a importância de sua execução para proporcionar acesso de qualidade a diversas ações seja no âmbito de saúde, segurança ou educação. A Política de Assistência Estudantil (PAE) é uma Política Pública Educacional que surge visando proporcionar maiores possibilidades de permanência e alcance de um determinado nível de ensino aos estudantes que possuem vulnerabilidades socioeconômicas.

Neste sentido, um dos programas de Assistência Estudantil bastante implementado é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do qual falaremos mais adiante. O programa trata da questão de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, enquanto as outras ações de assistência estudantil como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI:), são relacionados ao financiamento das mensalidades para continuidade nos cursos (KOWALSKI, 2012).

Sobre a necessidade da PAE, Oliveira (2021) reflete que é necessário para “favorecer e garantir a permanência dos estudantes de origem popular na educação superior, com sucesso em seu percurso acadêmico e a futura inserção social e profissional destes jovens, contando com uma formação integral, democrática e cidadã” (OLIVEIRA, 2021, p.26).

Democratizar o acesso e conclusão do processo educativo por meio dessas políticas é apenas um dos gargalos que envolvem a democratização da educação, no entanto, na maioria das vezes é o único caminho para que muitos estudantes consigam concluir seus estudos e tenham possibilidade de ingressar no mercado de trabalho melhor preparados. Dada a relevância social da PAE e do PNAES, muitos estudiosos têm voltado suas produções para a investigação dessa temática, nesse sentido, é necessário conhecer o que tem sido discutido e analisado nas produções acadêmicas recentes.

3.1 Em foco a Política Nacional de Assistência Estudantil: alguns estudos realizados

Em decorrência do reconhecimento das políticas públicas educacionais e sua importância para a educação brasileira por parte da comunidade acadêmica, no que tange a promover permanência e êxito das populações em vulnerabilidade socioeconômica, percebe-se uma grande quantidade de autores que se dedicaram a realizar estudos sobre a temática. Conforme Conceição (2017, p. 15) “com a intensificação das ações de assistência estudantil aos estudantes de nível superior a partir de 2010, houve um aumento significativo de produções científicas relacionadas a essa política.”

Ao lançar os descriptores assistência estudantil nos Institutos Federais, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e filtrar o intervalo de tempo de 2019 a 2023, foram encontrados 6092 resultados, o que é um número bastante expressivo. Dentre esses resultados encontrados, foram escolhidas pesquisas que tratam diretamente da assistência estudantil e fazem uma análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Também foi consultado o banco de teses e dissertações do PPGEA/UFRRJ e estudado produções sobre a temática.

Dessa forma, as produções escolhidas foram sistematizadas no Quadro 1, com as principais características e posteriormente foi realizada a explanação sobre cada uma delas.

Quadro 1: Alguns estudos realizados sobre Assistência Estudantil de 2019 a 2023

Título	Autor	Tipos de produção	Ano
Programa Nacional De Assistência Estudantil (PNAES): Uma análise sobre a implementação no Instituto Federal de Minas Gerais? Campus São João Evangelista	ROCHA, Damião Noel	Dissertação	2019
Contribuição do Programa De Assistência Estudantil para estudantes ingressantes por meio de ações afirmativas para o curso de nível Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Minas Gerais. Campus São João Evangelista	DAMASCENO, Kely Meiry	Dissertação	2019
A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: percepções de alunos sobre acesso e permanência	NORBERTO, Juliana Alvim	Dissertação	2020
A Assistência Estudantil no IFPR (2015-2019): Avaliação da efetividade do PNAES, entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Campus Palmas - PR	CARVALHO, Marinez de	Dissertação	2020
A efetividade do auxílio financeiro na permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica: um estudo no Programa de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	BEZERRA, Siméia Oliveira Nunes	Dissertação	2021
A Política da Assistência Estudantil nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO Campus Guajará-Mirim: desafios e perspectivas	SOUZA, Altina Maria Pereira De	Dissertação	2022
A Assistência Estudantil na Educação Superior: contribuições e limites relativos à Conclusão de Curso do estudante bolsista da UFU	ALVES, Ilza Maria Da Silva	Tese	2022
Análise das Políticas de Assistência Estudantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da Governamentalidade Neoliberal	LIMA, Maria Janete De	Tese	2022

Política de Assistência Estudantil na UFRN: Ações do PNAES nos Cursos de Graduação- Campus Natal (2010-2019)	SILVA, Daniele Antonia Da	Dissertação	2022
As Políticas de Permanência e Assistência Estudantil nas Instituições Públicas de Ensino Superior: o caso de Rondônia	LOEBLIN, Elaine Lucio	Tese	2023

Iniciando a descrição das produções, em seu estudo, Rocha (2019) analisou a metodologia e critérios de execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em um campus do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). O autor trouxe o olhar dos beneficiários e também dos profissionais responsáveis pela execução do programa. Dessa forma, foram utilizados como técnicas de coleta de dados a análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionários. Para a análise dos dados foi realizada análise de conteúdo e também quantificação em forma de tabelas e gráficos.

Os resultados obtidos pelo autor mostram que a metodologia de execução adotada pelo IFMG-SJE em seu Programa de Assistência Estudantil apresentou pontos falhos que contribuíram para a demora do processo e atraso no atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade. No entanto, os beneficiários se mostraram satisfeitos com a execução desse programa no Campus.

Outro estudo pertinente sobre a assistência estudantil e também realizado no IFMG foi o de Damasceno (2019) que objetivou analisar as contribuições do Programa de Assistência Estudantil para permanência dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE que ingressaram na instituição por ações afirmativas. Foi utilizada a abordagem qualitativa e o instrumento de coleta de dados utilizado foram questionários entregues aos estudantes.

A autora concluiu que o Programa de Assistência Estudantil e o ingresso pelas Ações Afirmativas contribuíram para a inclusão dos estudantes que fazem parte das classes menos favorecidas. Dessa forma, reafirmou a importância do programa para a permanência dos estudantes, visto que se configura como um direito para que os mais vulneráveis tenham melhores condições de concluir seus cursos.

No estudo realizado por Norberto (2020), o foco foi realizar uma análise da Política de Assistência Estudantil (PAE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), por meio das percepções dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de estudo qualitativo, discutiu-se a legislação que regulamenta a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do PNAES e analisou-se fontes documentais que regulam a PAE no IFSP. Por último, para apreender as percepções dos estudantes, utilizou-se a técnica do grupo focal.

A autora conseguiu, ao final da pesquisa, traçar o perfil dos estudantes participantes, e coletar em suas falas as dificuldades encontradas durante o processo de recebimento dos auxílios e como esse recurso financeiro é utilizado pela família como complemento de renda.

O estudo desenvolvido por Carvalho (2020) teve como objetivo analisar a implementação do PNAES no IFPR, tomando como base o estabelecido no decreto nº 7234/2010, avaliando a efetividade do programa. O período de recorte do estudo foi de 2015 a 2019, tratou-se de uma pesquisa qualitativa e documental.

Foram analisados documentos gerais e individuais: decretos e regulamentos da instituição que regem a implementação do PNAES, assim como dados disponíveis nas fichas socioeconômicas dos estudantes selecionados.

Os resultados mostraram que o PNAES está sendo desenvolvido na instituição em consonância com o decreto em questão. O programa mostrou-se efetivo no que se refere a

promover a permanência e êxito (conclusão) dos cursos entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelas ações, comparando com aqueles que não foram atendidos. Entretanto, a autora reforça que o índice de evasão, transferência e trancamento no curso de graduação ainda é alto no campus, sendo que o PNAES não consegue ainda atender todos aqueles que precisariam.

Em outro estudo consultado, Bezerra (2021) analisou a efetividade do auxílio financeiro para a permanência dos estudantes na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB considerando o Programa de Assistência Estudantil.

Foram utilizados como procedimentos de pesquisa o levantamento de dados a partir de documentos institucionais, legislações e editais. Também foram aplicados questionários aos sujeitos da pesquisa, que foram os beneficiários do auxílio financeiro.

Quanto aos resultados encontrados, constatou-se que as ações provenientes do Programa não resultaram na redução das desigualdades no ambiente acadêmico, mas contribuíram para intensificar a disputa pelos poucos recursos disponíveis. Os estudantes pesquisados consideram positivo o auxílio recebido.

Abordando também o PNAES em um Instituto Federal, dessa vez o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Guajará-Mirim, Souza (2022) realizou o estudo cujo objetivo foi analisar a efetividade do PNAES assim como conferir se o programa corresponde aos seus objetivos no âmbito institucional. Foi aplicado questionário com alunos egressos e evadidos por meio da plataforma *Google Forms*. A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin e trata-se de uma pesquisa qualitativa.

Os resultados encontrados por Souza (2022) mostraram que o PNAES possibilita impulsionar a formação acadêmica dos estudantes. Ademais, contribui para a melhoria de desempenho acadêmico por viabilizar a igualdade de oportunidades e buscar medidas que possam combater a repetência e evasão.

Buscando compreender e analisar as percepções dos gestores, técnicos e estudantes no que diz respeito à contribuição da assistência estudantil para a conclusão da graduação de estudantes bolsistas na Universidade Federal de Uberlândia, Alves (2022) realizou uma investigação de cunho qualitativo, utilizando como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas.

Os resultados desta investigação mostraram que as políticas públicas referentes à permanência dos estudantes, subsidiadas pela Assistência Estudantil, possuem importância para que os discentes tenham permanência e êxito em seus cursos. No entanto, a autora complementa que somente essas ações não são suficientes para atender todos que delas necessitam, sendo necessária a articulação de um conjunto de práticas integradas, visto que o sucesso acadêmico depende de vários fatores.

Trazendo contribuições sobre as Políticas de Assistência Estudantil na Universidade Pública, Lima (2022) apresenta como objetivo em sua investigação, analisar a residência estudantil e o Programa de Auxílio ao Ensino da Graduação na Universidade Federal de Campina Grande sob o viés da governamentalidade neoliberal. Discute sobre as hierarquias de poder e como os discursos traçados estão também presentes na educação.

Como técnica de coleta de dados foi utilizado as entrevistas semiestruturadas aos estudantes, às técnicas da Coordenação de Apoio Estudantil-CAE e ao representante da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários-PRAC/UFCG assim como a análise de documentos.

Lima (2022) concluiu que os discursos de poder presentes na governamentalidade neoliberal estão presentes nas falas dos participantes e essas relações de poder-saber se apresentam como possibilidades de transformação desses sujeitos por meio das políticas de assistência estudantil.

O estudo de Silva (2022) traz uma análise das ações do PNAES na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, levando em consideração as bolsas de moradia, transporte e alimentação e situando essas ações nas atuais políticas sociais. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a revisão de literatura e a análise documental de vários documentos como o Relatório de gestão da UFRN Boletins de orçamento da instituição, o PDI da UFRN, o Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil, portarias e decretos. A autora também analisou os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o portal de dados abertos da UFRN e realizou entrevista semiestruturada com a assistente social da Divisão de Assistência Social e Ações de Permanência (DASAP-UFRN).

Silva (2022) reflete sobre os resultados da pesquisa, trazendo o entendimento de que o PNAES fez com que prevalecesse a viabilização da igualdade de oportunidades, para melhorar o desempenho acadêmico e desenvolver ações visando diminuir a repetência e evasão. Entretanto, o interesse dos governantes muitas vezes afeta o desenvolvimento das suas funções. Nesse sentido, as instituições de ensino superior apresentam falhas e dificuldades em executar o programa. A autora conclui que, apesar de compensatórios, os auxílios concedidos são fundamentais para permanência dos estudantes na instituição, contudo destaca que é necessário que haja políticas para promover maior segurança e que haja recurso orçamentário suficiente para atender todos os discentes em situação de vulnerabilidade.

Dando continuidade aos estudos que tratam de analisar as políticas e programas de Assistência Estudantil, o trabalho de Loeblin (2023) buscou analisar essas políticas destinadas aos estudantes de ensino superior presencial nas Instituições Públicas de Educação Superior do estado de Rondônia, sendo elas a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), considerando o recorte temporal de 2008 a 2018.

A coleta de dados foi realizada utilizando pesquisa bibliográfica, levantamento da legislação no período estudado e a pesquisa documental, partindo dos documentos como censos da educação superior, consulta a legislações, regulamentos e relatórios.

A autora concluiu que as políticas de assistência estudantil do UNIR e do IFRO são insuficientes em decorrência dos recursos orçamentários restritos. Dessa forma, não conseguem atingir a totalidade do público que precisa.

Como é possível observar, todos os trabalhos explicitados fazem uma análise do PNAES em uma determinada instituição de ensino superior pública federal. Neles, os autores recorrem a pesquisa documental, análise de documentos e questionários, entrevistas ou grupo focal para coleta de dados. As produções revelam o quanto ainda existe para investigar nesse universo do PNAES enquanto política pública educacional, uma vez que, tem beneficiado diversos estudantes que necessitam dessa assistência para ter êxito em seus estudos, ao passo que também não consegue abranger todo o público que dele necessita.

Dessa forma, é importante que existam estudos que analisem outras realidades, mostrando a relevância deste presente trabalho.

3.2 Breve histórico da Política Nacional de Assistência Estudantil

Antes de discorrer sobre a trajetória da Política de Assistência Estudantil, é primordial compreender o que é Assistência Estudantil. Conforme Oliveira (2021, p. 99), “a definição de Assistência Estudantil, está situada entre a assistência social e o direito à educação”. Dessa forma, pode-se dizer que é uma política pública presente no campo educacional, de caráter social.

Ao pensarmos sobre as dificuldades enfrentadas por muitos estudantes ao ingressarem nas instituições de ensino, é necessário que intervenções sejam feitas para diminuir a evasão

desse público. Nesse contexto, a Assistência Estudantil é um instrumento político de permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Dessa forma, “entende-se a Política de Assistência Estudantil como um conjunto de princípios e diretrizes que orienta a elaboração e implementação de ações visando o êxito dos estudantes” (Oliveira, 2021, p.102).

Vasconcelos (2010) trata da assistência estudantil enquanto caráter social e direito dos estudantes. Para a autora

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. Assim sendo, ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. (VASCONCELOS, 2010, p. 609)

As primeiras ações da Assistência Estudantil remetem aos anos 1930. Em 1928, ocorreu o primeiro movimento estudantil para criação da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, com a finalidade de apoiar os estudantes que viviam na capital francesa (COSTA, 2010).

No Governo Getúlio Vargas, em 1931 houve a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Superior, que logo foi incorporada à Constituição Federal de 1934, a qual estabelecia em seu artigo 157 que a União, os Estados e o Distrito Federal destinariam uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação de fundos a serem utilizados pela educação. No parágrafo 2º, afirma

Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vigeiaturas (BRASIL, 1934).

As ações de cunho assistencial aos estudantes estenderam-se nos anos posteriores, estando presentes na Constituição de 1946 e mais tarde na Lei nº 4.024, que foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, cujo texto continha artigos falando sobre a Assistência Social Escolar (IMPERATORI, 2017). Na Constituição de 1967 também estava presente artigos tratando da oferta de bolsas de estudo, material escolar, atendimento médico e alimentação (OLIVEIRA, 2021).

Importante destacar um marco para a assistência estudantil no Brasil, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). O governo Getulista foi o primeiro a fazer doações para a Casa do Estudante no Rio de Janeiro, criada em 1930 para oferecer residência e alimentação aos estudantes carentes. Como o governo tinha interesse em conseguir o apoio político do grupo de estudantes, incentivou a criação da UNE em 1937 (COSTA, 2010).

No ano de 1970, conforme Imperatori (2017), foi criado o Departamento de Assistência ao estudante (DAE), setor vinculado ao Ministério da Educação e Cultura responsável por diversas ações de assistência aos estudantes como bolsas de Trabalho e Estudo, além de priorizar programas de alimentação, moradia e assistência médica-odontológica.

Em 1972 foi criado o “Bolsa de Trabalho” por meio do Decreto nº 69.927 que visava “proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, nos quais possam incorporar

hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades" (BRASIL, 1972). Nesse programa assistencial, estava previsto em seu artigo 5º, a destinação das bolsas para estudantes carentes financeiramente mediante apresentação e análise de documentação comprobatória.

Segundo estudo realizado por Costa (2010), esses eventos marcaram a Fase 1 da história da Assistência Estudantil no Brasil. Nessa fase

observou-se que a assistência estudantil foi marcada pela informalidade. Desde as suas primeiras manifestações, verificou-se um caráter pontual, descontínuo e marcado pela escassez de recursos. As ações eram focadas para auxiliar as dimensões econômicas da assistência estudantil. Havia uma preocupação em sanar os problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como a moradia e a alimentação. Além do mais, foi um período marcado pela construção de cidades universitárias, com o objetivo de acomodar a comunidade universitária e criar uma identidade física para a instituição. Entretanto, não se vislumbrou uma política pública voltada para apoiar os estudantes (COSTA, 2010, p. 60)

A partir de então, foi iniciada uma Fase 2, que foi marcada pela redemocratização do ensino. Em 1987 surgiu o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que é órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Foi responsável pela realização de pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes, sendo a primeira realizada em 1996-1997 (VASCONCELOS, 2010).

Sobre a atuação do FONAPRACE, Taufick (2014, p. 183) afirma que

ao longo das décadas de 1990 e 2000, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) - órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - realizou pesquisas junto aos estudantes das instituições de ensino superior, com o objetivo de traçar o perfil do estudante e identificar as demandas por políticas de inclusão social. Estes estudos serviram de base para sustentar a necessidade de construção de uma política de assistência estudantil que desse conta dos desafios colocados para as instituições de ensino superior, no tocante ao apoio à permanência do estudante na instituição.

Em 1988, com a Constituição Federal conhecida como Constituição Cidadã, que "representou um marco histórico no que tange as questões referentes à inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos" (VASCONCELOS, 2010, p. 604), houve uma abertura maior para debates e ações voltadas para a assistência aos estudantes. Essa constituição surgiu a partir da pressão realizada por movimentos sociais e foi responsável por trazer em seu texto força para as discussões acerca da democratização da educação. Isso fica evidente em seu artigo 205, que traz a educação como um direito de todos, e no artigo 206, no qual diz que para tanto, deverão ser seguidos, dentre vários princípios, a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL, 1988).

A Lei nº 10.172, de janeiro de 2001, aprovou o Plano Nacional de Educação, cuja duração foi de 10 anos. Nela houveram contribuições importantes relacionadas ao financiamento e gestão da Educação Superior ao estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (BRASIL, 2001).

No mesmo ano, foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) voltado para o ensino superior nas Instituições Federais de Ensino Público, o qual foi um marco para o fortalecimento da assistência estudantil, a partir da movimentação do

FONAPRACE (OLIVEIRA, 2021). O Plano não teve continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo resgatado posteriormente.

Oliveira (2021) identifica uma terceira fase no desenvolvimento da assistência estudantil, que inicia em 2004 com a realização da segunda pesquisa do perfil socioeconômico e cultural do estudante, realizada pela FONAPRACE, e se estende até os dias atuais. Os anos iniciais dessa fase possuem importantes avanços na temática. Principalmente com a retomada do PNAES em 2007, no governo Lula. A portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), reforçando sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (BRASIL, 2007).

Ainda em 2007, o Decreto 6.096 Instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, que trata da assistência ao estudante em seu artigo 1º:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2007)

Somente em 2010, a portaria nº 39 foi transformada no Decreto 7.234. Sobre a importância do PNAES, Oliveira (2021, p. 102) destaca que “o Plano representou um marco regulatório importante para a assistência estudantil. Em 2010, quando foi regulamentado em forma de Decreto, o PNAES passou a ter mais força e estabilidade”. A partir de então, as ações assistenciais aos estudantes de baixa renda passaram a ser melhor regulamentadas e implantadas na maioria das instituições de ensino superior públicas.

Originalmente, o PNAES foi criado pelo governo federal para atender as universidades federais. A partir do momento em que os Institutos Federais foram incluídos no decreto em 2010, “tiveram um aumento significativo do aporte de recursos, na rubrica de assistência estudantil, a partir de 2011, induzindo o processo de elaboração e aprovação da política de assistência estudantil nessas instituições” (TAUFICK, 2014, p. 183).

Sobre as 3 fases na trajetória da Assistência Estudantil no Brasil, Oliveira (2021) elaborou um quadro, no qual destaca os principais marcos históricos como pode ser observado a seguir, que traz esse mapeamento até o ano de 2018.

Quadro 2: Marcos históricos na trajetória da Assistência Estudantil no Brasil

FASE 1	<p>1928: Construção da "Casa do Estudante Brasileiro" em Paris.</p> <p>1930: Abertura da "Casa do Estudante do Brasil" no RJ, acoplado a um Restaurante.</p> <p>1931: Marco histórico do nascimento da assistência estudantil (AE), instituída pelo Decreto nº 19.851 (Lei Orgânica do Ensino Superior), no qual são propostas medidas como: bolsas de estudos para os estudantes "reconhecidamente pobres".</p> <p>1934: A Constituição Federal integra a AE no artigo 157, que prevê o fornecimento de material escolar, bolsa de estudos, assistência alimentar, dentária e médica.</p> <p>1937: Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).</p> <p>1946: Constituição Federal, artigo 172, estabelece a assistência educacional para alunos "necessitados" e aborda também, mecanismos referentes à saúde dos discentes.</p> <p>1961: Aprovação da LDB que estabelece a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes, destacando-se os artigos 90 e 91.</p> <p>1967: A Constituição Federal prevê no artigo 176, a oferta de bolsas de estudo.</p> <p>1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao MEC, com ênfase para os programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica.</p> <p>1971: A LDB, no seu artigo 62, determina que "cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar...", § 1º "os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar".</p> <p>1972: Decreto nº 69.927 de 13/01/1972 instituiu o Programa "Bolsa-Trabalho", que visa dar "organicidade" aos diversos tipos de assistência outorgada pelo Governo no plano geral de amparo ao estudante; destinado à estudantes carentes, com contrapartida de quatro horas diárias de trabalho.</p>
FASE 2	<p>1987: Criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).</p> <p>1988: Constituição Federal, que gerou amadurecimento da discussão da política de assistência estudantil, com destaque para os artigos 205, 206 e 207.</p> <p>1989: Criação da ANDIFES.</p> <p>1996: LDB nº 9.394, que prevê no artigo 4º a assistência ao educando, mas no artigo 71º prevê a desresponsabilização do Estado com a assistência estudantil. Realização da primeira "Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural do estudante de graduação das IFES brasileiras" (ANDIFES/FONAPRACE).</p> <p>1998: "Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI", que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES.</p> <p>2001: Aprovação do PNE, Lei nº 10.172, dispõe sobre a uma diversificação na gestão das IES mais direcionada à expansão de maneira diversificada da educação superior.</p>
FASE 3	<p>2004: Realização da segunda "Pesquisa do perfil sócio-econômico e cultural do</p>

	<p>estudante de graduação das IFES brasileiras” (ANDIFES/FONAPRACE).</p> <p>2007: O REUNI com a previsão de ampliação de políticas de inclusão e permanência para a assistência estudantil.</p> <p>2010: Decreto Lei nº 7.234 (PNAES) que concebe a assistência estudantil como política pública de direito. Decreto Lei nº 7.416, que regula bolsas de extensão e de permanência para estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.</p> <p>2011: PNE para o decênio 2011-2020, que estabelece dentre suas metas, a elevação da taxa de matrículas na educação superior assegurando a qualidade na oferta e a ampliação por meio de programas especiais das políticas de inclusão e assistência estudantil (Meta 12). Realização da terceira “Pesquisa do perfil sócio-econômico e cultural do estudante de graduação das IFES brasileiras” (ANDIFES/FONAPRACE).</p> <p>2013: Criação do Programa Bolsa Permanência, Portaria do MEC nº 389 de 09 de maio.</p> <p>2015: Projeto de Lei nº 3.474, para a transformação da política pública do PNAES em política de Estado.</p> <p>2016: Realização da quarta “Pesquisa do perfil sócio-econômico e cultural do estudante de graduação das IFES brasileiras” (ANDIFES/FONAPRACE).</p> <p>2018: Realização da quinta “Pesquisa do perfil sócio-econômico e cultural do estudante de graduação das IFES brasileiras” (ANDIFES/FONAPRACE).</p>
--	---

Fonte: OLIVEIRA (2021)

As bases legais que compõem a Política de Assistência Estudantil representam os avanços e as lutas dos movimentos sociais para consolidação de uma política de apoio aos estudantes mais vulneráveis, de forma a criar condições de igualdade na permanência e conclusão de seus processos educativos. A seguir, trataremos como dá-se a dinâmica do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos institutos federais, já que essa instituição é o cerne da discussão sobre o PNAES que trataremos nesse estudo.

3.3 Considerações acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais

Conforme o Decreto nº 7.234, o PNAES é executado no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2010). São objetivos do PNAES:

Art. 2º..

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Em seu artigo 3º, no Parágrafo 1º, o decreto descreve as áreas nas quais o PNAES pode ser utilizado. São elas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Essa amplitude de áreas demonstra a intenção do programa de articular diversos eixos e compor um conjunto de ações que minimizem as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Segundo Imperatori (2017, p. 294)

A assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação. Percebe-se, então, que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, consequentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo.

No artigo 4º o decreto estabelece que as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Os Institutos Federais executam o PNAES com o recurso repassado pelo MEC. Segundo Oliveira (2021, p. 104), “o orçamento do PNAES em uma IFES pode representar até 25% do seu orçamento geral”, demonstrando o quanto as ações do PNAES são representativas no quantitativo necessário para manter em funcionamento as ações da Assistência Estudantil nos Institutos Federais. No mapa abaixo, é possível observar a distribuição das despesas da ação da Assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica pela regionalização do gasto.

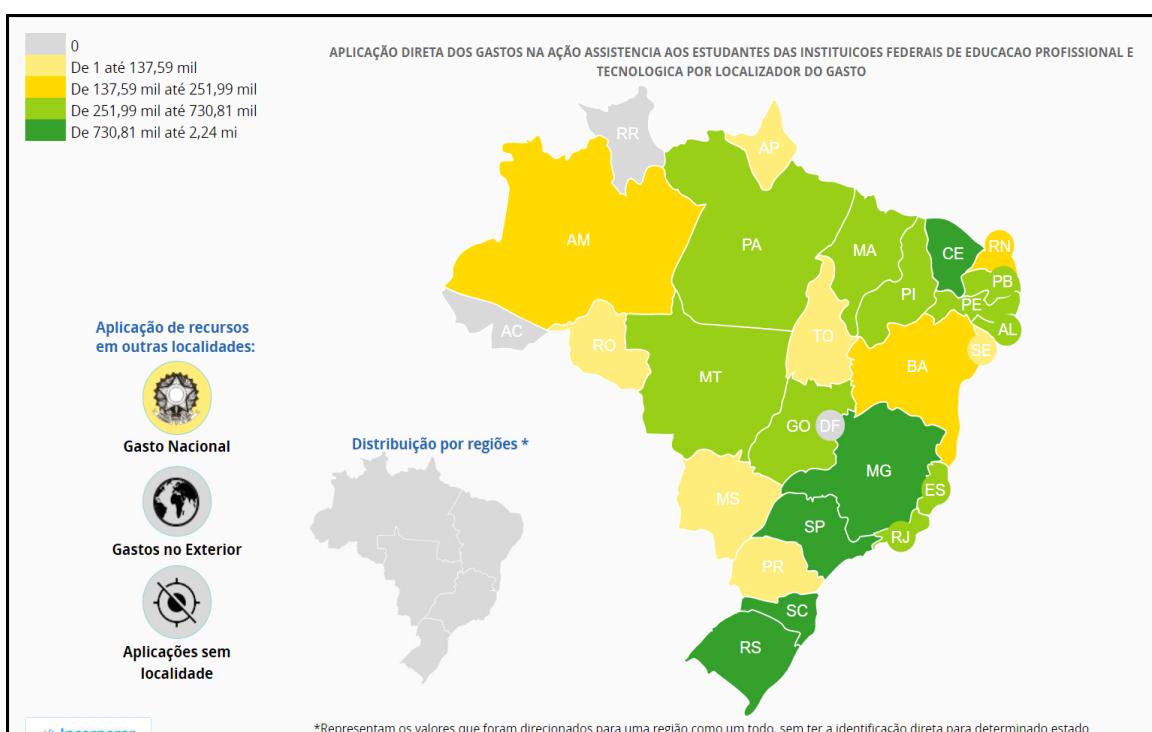


Figura 1: Mapa de distribuição das despesas da ação da Assistência aos estudantes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica pela regionalização do gasto
Fonte: Portal da transparência. Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br>>. Informações acessadas em março de 2023.

É possível observar pelo mapa acima que a utilização da maior quantidade reservado aos Programas de Assistência aos estudantes, incluídos o PNAES, estão localizados principalmente nos estados da região Sul e Sudeste.

Quanto à execução do programa, conforme o artigo 3º parágrafo 2º caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados (BRASIL, 2010). Dessa forma houve uma discricionariedade

nas metodologias utilizadas pelos institutos para selecionar os estudantes contemplados, de acordo com as especificidades dessas instituições.

Em seu artigo 5º, o Decreto 7.234 estabelece que “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita*¹ de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010). Os Institutos Federais possuem particularidades em relação ao seu corpo discente, conforme Gomes e Passos (2018), essas instituições oferecem cursos de graduação e de educação básica (educação profissional e tecnológica de nível médio). Dessa forma, na implementação do PNAES os Institutos Federais adequaram a execução do programa à sua realidade e particularidades, conforme previsto no decreto.

Da mesma forma, há diferenças no público alvo das ações. Alguns Institutos Federais abrangem no PNAES todos os estudantes, ou seja, matriculados em cursos presenciais ou não e em todos os níveis de ensino. Enquanto que em outros o atendimento está voltado para os matriculados em cursos presenciais. No entanto, todos os institutos têm adotado o critério de priorizar o atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, critério fixado no artigo 5º do decreto 7.234 (GOMES e PASSOS, 2018).

O atendimento aos estudantes nos Institutos Federais dá-se por meio de ações em várias áreas, em cumprimento ao artigo 3º mencionado anteriormente, conforme quadro a seguir.

Quadro 3: Benefícios e serviços do PNAES ofertados pelos Institutos Federais

Área	Ações ou benefícios relacionados
Permanência	Moradia; Alimentação; Saúde física e mental; Transporte; Creche; Condições básicas para atender os discentes com necessidades específicas;
Desempenho acadêmico	Bolsas; Estágios remunerados; Ensino de línguas; Inclusão digital; Fomento à participação político-acadêmica; acompanhamento psicopedagógico;
Cultura, Lazer e Esporte	Acesso à informação e à difusão das manifestações artísticas e culturais; Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer

¹ A renda *per capita* é alcançada dividindo a renda bruta pelo número de membros da família na mesma residência. Dessa forma consegue-se o valor da renda por pessoa.

Assuntos da Juventude	Orientação profissional sobre mercado de trabalho; Prevenção a fatores de risco; Meio ambiente; Política, ética e cidadania; Saúde, sexualidade e dependência química.
-----------------------	--

Fonte: adaptado de Gomes e Passos (2018)

Ao considerarmos a abrangência da atuação dos benefícios a serem ofertados pelo PNAES conforme legislação, deveria haver uma cobertura total e atendimento das principais necessidades dos estudantes. Entretanto, vários fatores interferem na execução do PNAES nas Instituições de Ensino. O contexto político é um deles. Nesse sentido, faz-se necessário elucidar brevemente os últimos governos e como nos anos mais recentes houve o sucateamento das políticas públicas educacionais e da rede federal de ensino, como falaremos a seguir.

3.2.1 Contexto político e o desmantelamento da rede federal de ensino

Ao longo do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), os movimentos sociais que buscavam igualdade de condições de acesso à educação foram se fortalecendo, aliados ao plano do governo que defendia as minorias e os desfavorecidos. O PNAES foi elaborado no segundo mandato de Lula e segundo Araújo e Macedo (2022, p. 1) “o período 2007-2010, segunda gestão do governo Lula, foi considerado, um divisor de águas em face da institucionalização da assistência ao estudante universitário nas IFES brasileiras. Gradativamente, a assistência ao estudante era incluída na agenda governamental.”

Apesar de o governo Lula ter articulado incentivos às instituições privadas de ensino por meio do PROUNI e não ter dado tanta prioridade às instituições de ensino públicas (SILVA, HAAS, 2019), com a implantação do REUNI em seu governo houve um maior reconhecimento da importância da Assistência Estudantil nas IFES. Com o fim do governo Lula, iniciou-se o Governo Dilma (2011 a 2016).

Se considerarmos os anos de 2010 para 2011, é possível perceber que houve um aumento de mais de 230% na dotação orçamentária da ação de assistência estudantil para as Instituições Federais de Educação Profissional, reforçando que nesse período havia um movimento político claro de implantação de uma política de assistência estudantil nestas instituições (TAUFICK, 2014).

Considerando o primeiro ano da gestão de Dilma, o governo realizou um investimento de R\$400 milhões no PNAES, aumento equivalente a 32%, comparado ao orçamento de 2010 - último ano do governo Lula (SILVA, HAAS, 2019).

Segundo Oliveira (2021, p. 104) “desde 2008, quando ainda era um Plano, o PNAES vem recebendo um considerável volume de recursos, que até o ano de 2016 recebeu acréscimos em seus valores anuais, para a partir de 2017 passar a receber cortes”. Importante ressaltar o cenário político enfrentado nessa época. O impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016, entendido como um golpe e atentado à democracia, foi sucedido pela tomada do poder pelo Michel Temer, dando início a um processo de retrocesso nos valores até então repassados para gastos com assistência aos estudantes e outras políticas públicas sociais. Conforme Gomide, Silva e Leopoldi (2023, p. 14)

A política de austeridade fiscal iniciada com Temer, aprofundada pela Lei do Teto de Gastos, entre outras consequências, reduziu orçamentos e subfinanciou políticas, sobretudo as sociais. Novos atores, portadores de novas ideias e novos interesses, adentraram o ciclo de políticas públicas. Desse modo, pode-se dizer que o processo de impeachment representou uma conjuntura crítica que abriu processos abruptos de mudanças de políticas públicas que vão do incrementalismo ao desmonte radical, compreendidos em suas diversas nuances.

Posterior ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff, houve a aprovação da Emenda Constitucional nº 095/2016, na qual as políticas sociais foram duramente atingidas, principalmente, a saúde e a educação (ARAÚJO e MACEDO, 2022). A emenda instituiu o novo regime fiscal, limitando os gastos em diversas políticas públicas². Conforme Oliveira (2021), esse ato representou um problema para a assistência estudantil, pois impediu o crescimento do orçamento destinado às IFES. Dessa forma, as instituições federais de ensino passaram a funcionar com o orçamento congelado, e a assistência estudantil não teve aumento no repasse para executar as ações do PNAES conforme o crescimento gradual da demanda.

O governo de Jair Messias Bolsonaro que teve início em 2019, continuou prejudicando a educação pública brasileira. Segundo Araújo e Macedo (2022, p. 1)

reconhecendo a importância estratégica da educação superior que, na realidade do Brasil, é o elemento-chave para a produção do conhecimento na perspectiva da ciência e da tecnologia, é importante verificar como esse desmonte se deu durante os primeiros três anos do Governo Bolsonaro sob a ótica das lentes teóricas do desmantelamento das políticas públicas.

A eleição de Bolsonaro igualou o Brasil aos outros países que experimentam o declínio democrático sob a liderança de um líder populista reacionário. Os quatro anos de seu governo foram marcados por uma liderança que recorreu a medidas infralegais de enfraquecimento das instituições e das políticas públicas; preencheu um grande número de cargos civis com militares simpatizantes de seu projeto antidemocrático; assediou servidores públicos e desmobilizou capacidades estatais organizadas desde a redemocratização do país (GOMIDE, SILVA e LEOPOLDI, 2023).

As duras críticas e cortes orçamentários realizados na educação reverberaram na execução do PNAES. Conforme destacado por Santos e Lira (2023, p. 280) “o subfinanciamento da assistência estudantil, desde 2016, demonstra que essa política vivencia o mesmo processo de desmonte que perseguem o ensino, a pesquisa e a extensão no contexto das universidades públicas.”

A V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, desenvolvida pelo FONAPRACE (2019), revela um aumento do número de estudantes que correspondem ao público-alvo do PNAES. Esses dados revelam um público que tem crescido, e exige que haja também crescente investimento no programa. No entanto

fazendo uma breve análise sobre a evolução dos recursos do PNAES, evidenciamos que: o financiamento do programa foi progressivo até 2016, saindo de R\$ 178.175,071 milhões em 2008 para R\$ 1.006.674.625 bilhão em 2016, representando um crescimento nominal de mais de 400% no período de 2008 a 2015. Contudo, em 2016 os recursos já não crescem na mesma ordem dos anos anteriores e, a partir de 2017, começam a declinar, apresentando queda de (-) 1%, com representação no orçamento de R\$ 992.394.617 milhões, que segue

² “A emenda inaugurou um novo regime fiscal impondo por 20 anos limites de gastos para o governo federal e que tem desmontado todo o pacto social firmado pela Constituição Federal (CF) de 1988” (ARAÚJO, MACEDO, 2002, p. 7).

despencando em 2018, com decréscimo de (-) 3% para 2017 e 3 representações de R\$ 961.604.278 milhões. Em 2019 houve um discreto aumento, o qual volta a cair em 2020 e 2021, em que o orçamento se compara às médias para financiamento do programa há 7 anos atrás (SANTOS, LIRA, 2023, p. 277).

É possível perceber que o aumento do número de estudantes que poderiam ser beneficiados pelo PNAES e o declínio ou pouco crescimento de investimentos no programa, ameaçam a permanência desses estudantes, uma vez que o recurso será insuficiente para atender a crescente demanda pelas políticas assistenciais nas IFES. Abaixo, é possível observar a evolução dos recursos do PNAES desde seu início até 2021.

Tabela 1: Evolução do orçamento da assistência estudantil nacional para os alunos de graduação em milhões e bilhões de reais

Ano	Recurso da Assistência Estudantil Nacional	Variação (%)
2008	178.175.071,00	*
2009	220.667.463,00	19%
2010	320.235.978,00	31%
2011	415.528.735,00	23%
2012	579.847.776,00	28%
2013	682.920.732,00	15%
2014	802.207.316,00	15%
2015	985.514.405,00	19%
2016	1.006.674.625,00	2%
2017	992.394.617,00	-1%
2018	961.604.278,00	-3%
2019	1.060.913.499,00	9%
2020	1.28.270.305,00	-3%
2021	849.772.452,00	-21%

Fonte: adaptação de SANTOS, LIRA (2023)

Pela Tabela 1 é possível perceber que não houve crescimento significativo a partir de 2016, sendo que desse período até 2021 prevaleceu os cortes orçamentários. Esses cortes fazem parte de decisões políticas para o desmantelamento das instituições públicas de ensino, conforme estudado por Araújo e Macedo (2022). Segundo os autores, o desmantelamento de uma política é quando ocorre cortes, reduções ou mesmo a finalização de políticas existentes.

O governo Bolsonaro manteve os cortes orçamentários que vinham ocorrendo desde o golpe contra a ex-presidente Dilma em 2016. Esses cortes

têm implicações imediatas no funcionamento das IFES uma vez que dificulta a reposição e manutenção de prédios, laboratórios e equipamentos destinados à atividade de ensino, pesquisa e extensão. Igualmente, dificulta a política de expansão de vagas públicas na medida em que os cortes orçamentários impedem que as instituições tenham políticas de apoio aos estudantes mais necessitados (ARAÚJO, MACEDO, 2022, p.7).

O ex-presidente Jair Bolsonaro realizou em seu governo ataques às políticas públicas que provocaram desmonte e retrocesso para a população brasileira, principalmente em relação à educação. Conforme Couto e Rech (2023, p.465) “sob a perspectiva orçamentária, a educação é mais uma das áreas atingidas pelo desmonte no governo Bolsonaro”. Os autores analisaram os gastos realizados no governo com a educação e constataram que houve redução de investimento na educação superior e mais acentuadamente na educação profissional. Com os Institutos Federais incluídos nessas pastas que sofreram demasiado desmonte e desvalorização, além da falta de incentivos financeiros, as instituições passaram por um período difícil nos anos em que Bolsonaro esteve à frente da Presidência da República.

Torna-se importante conhecer essa instituição, seu processo de criação e suas características para entender como os institutos e em especial o Instituto Federal Goiano Campus Posse atendeu seu público em situação de vulnerabilidade social durante todo esse contexto político e social presenciado.

4 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

A formação dos Institutos Federais deu-se de forma gradativa na medida em que a instituição já existia e foi passando por mudanças na nomenclatura e abrangência. Para entender a constituição do Instituto Federal Goiano, retomaremos de forma sucinta a criação dos Institutos Federais e da rede federal de ensino.

Os institutos federais foram criados em 2008, por meio da Lei nº 11.892, como parte da reestruturação da educação profissional, ocorrida durante os anos 2000, a partir da transformação das escolas técnicas federais e dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) em novas instituições de educação profissional, mantendo a responsabilidade de oferta dos cursos técnicos de nível médio e ampliando sua abrangência geográfica para todos os estados. (TAUFICK, 2014, p. 182)

Dessa forma, a criação da Rede Federal de Educação iniciou em 1909 quando o presidente Nilo Peçanha instituiu 19 Escolas de Aprendizes e Artífices por meio do Decreto 7566 de 23 de setembro de 1909. Posteriormente, essas escolas passariam por transformações e dariam lugar aos Liceus Industriais. Em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices sofreram várias outras modificações e passaram a ser denominadas como Escolas Técnicas Federais. Foi então que, na década de 1990, muitas escolas técnicas e agrotécnicas foram transformadas em CEFET- Centros Federais de Educação Tecnológica (GARCIA *et al*, 2018).

A Lei Federal 8984/1994 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, e criou os Centros Federais de Educação Tecnológica por meio do artigo 3º. O decreto federal 2406/1997 regulamentou a lei 8984, sendo que em seu artigo 9º ele determina que

Art. 9º - As Escolas Agrotécnicas Federais poderão ser transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica após processo de avaliação de desempenho a ser desenvolvido sob a coordenação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, do Ministério da Educação e do Desporto. (BRASIL, 1997)

Dessa forma, a lei e o decreto previam a transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFETs e abriram caminho para esse movimento também às Escolas Agrotécnicas Federais (PEREIRA, 2003). A Escola de Aprendizes e Artífices de Goiás foi inaugurada em 01/01/1910 e seus desdobramentos dariam origem às Escolas Agrotécnicas, que posteriormente seriam o Instituto Federal Goiano.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 determinou em seu artigo 2º

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.(BRASIL, 2008)

Dessa forma, os Institutos Federais foram equiparados às universidades federais, inclusive gozando da autonomia administrativa e financeira, concedida a elas, mas mantendo suas características específicas ao oferecer educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, conforme legislação.

Em Goiás, as escolas técnicas deram origem à duas instituições distintas: “X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; e XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;” (BRASIL, 2008). A lei 11.892 determinou ainda que a reitoria do IF Goiano e IF Goiás ficariam na cidade de Goiânia. Essas instituições fazem parte da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, iniciada em 2005.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente (2019-2023), em 2010, foi inaugurado o Campus Iporá do IF Goiano, localizado na região Oeste de Goiás e, em 2011, com uma nova expansão da Rede Federal, foi contemplado com três novos *campi* que estão localizados nas cidades de Campos Belos, Posse e Trindade. Em 2014, o IF Goiano foi contemplado, com quatro *campi* avançados, nos municípios de Catalão, Cristalina, Hidrolândia e Ipameri. Foi então que, no ano de 2018, a nomenclatura da unidade de Cristalina, passou de Câmpus Avançado para somente Câmpus.

Atualmente há treze campus do IF Goiano (Figura 2). São eles o Campus de Campos Belos, Ceres, Cristalina, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade, Urutaí e Rio Verde; e os Campus Avançados de Catalão, Hidrolândia e Ipameri. A imagem abaixo mostra a localização de todos os *campi* do IF Goiano³.

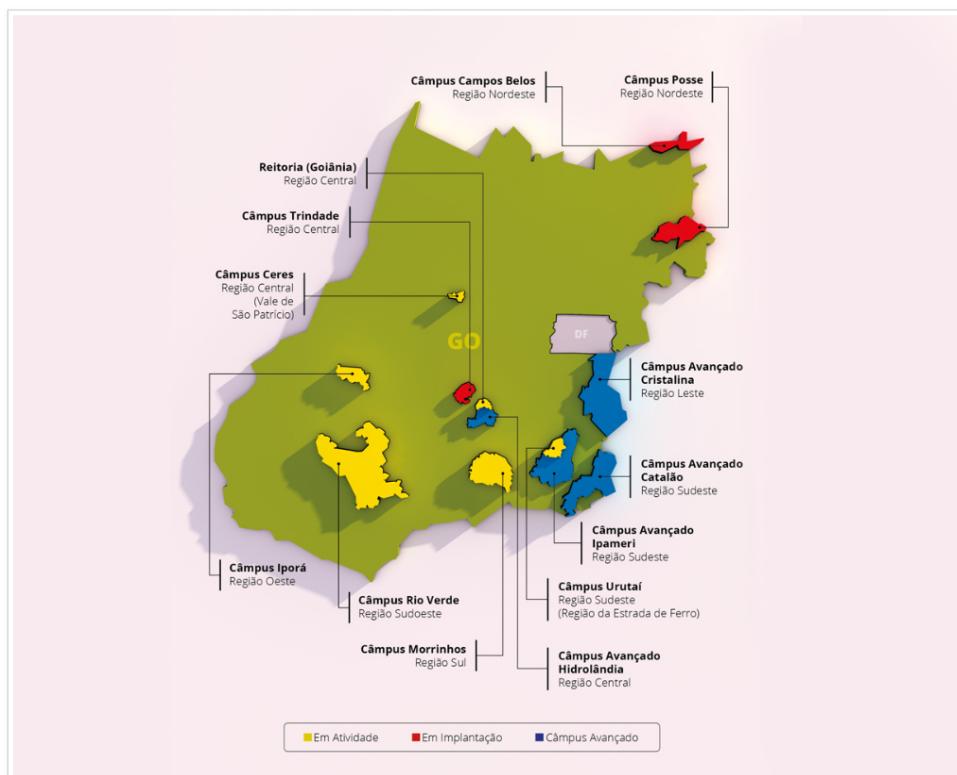


Figura 2: Localização dos *Campi* do IF Goiano

Fonte: IF Goiano (2016)

³ O mapa é de 2016. Dessa forma, apesar da localização dos *campi* continuar inalterada, houveram modificações institucionais e de organização. Os *campi* de Campus Belos, Posse e Trindade não estão atualmente em implantação pois assumiram o status de *campi* em atividade. O Campus de Cristalina deixou de ser Avançado e possui atualmente o status de Campus.

4.1 Campus Posse do IF Goiano

O Campus Posse do IF Goiano foi fruto da segunda etapa do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Iniciou suas primeiras atividades em 2013, ofertando cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) na região nordeste de Goiás através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (IF GOIANO, 2018). O funcionamento do Câmpus foi autorizado pela Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial em 22 de janeiro de 2015.

O Campus está localizado no município de Posse, no estado de Goiás. Este município possui 2.076.990 km² e aproximadamente 37.924 habitantes (IBGE, 2020). Situa-se no nordeste do estado, a 530 km de Goiânia e 295 km de Brasília. O município é limítrofe às cidades de Iaciara, Simolândia, Guarani de Goiás, Mambaí, Buritinópolis, Alvorada do Norte e Correntina (BA).

A instituição física abriu em 2014, ofertando nesse ano o Curso Técnico em Informática na forma concomitante e subsequente. O início das atividades foi realizado em um prédio alugado, no centro da cidade de Posse. No ano seguinte, manteve-se a oferta de mais turmas do Técnico em Informática e o número de matrículas aumentaram (Tabela 2).

Em 2016, foi aberta a primeira turma do curso técnico integrado ao ensino médio, o Curso Técnico em Agropecuária Integrado. Em 2017, houve a abertura de mais três cursos técnicos concomitantes: Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária e Técnico em Meio Ambiente, sendo que esse último não foi mais ofertado no ano seguinte.

No ano de 2018, em atendimento às demandas da região, o campus inaugurou no primeiro semestre do ano a primeira turma do Curso Superior de Bacharelado em Agronomia. No ano de 2019, foi inaugurada a sede definitiva do campus e todas as atividades foram transferidas para a nova localização.

Neste ano, tiveram início dois novos cursos, sendo um deles Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio e a graduação Bacharelado em Administração. Em 2020, iniciou-se o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, sendo este o primeiro curso de licenciatura do IF Goiano - Campus Posse.

Atualmente, o campus oferta cursos de nível técnico integrado ao ensino médio, técnico concomitante, graduação e pós-graduação lato sensu. Os cursos oferecidos são: Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Administração, Licenciatura em Ciências Biológicas, Técnico em Administração, Técnico em Informática, Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Também são ofertadas as seguintes especializações: MBA em Gestão Estratégica de Negócios, Especialização em Ensino em Ciências Naturais e Matemática e Pós-graduação Lato Sensu em Agropecuária Sustentável.

Tabela 2: Evolução dos cursos e número de ingressantes no Campus Posse do IF Goiano de 2014 a 2022

Ano	Curso	Ingressos	Total
2014	Técnico em informática	71	71
2015	Técnico em informática	140	140
2016	Técnico em informática	82	126
	Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio	44	
2017	Técnico em informática	37	173
	Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio	42	
	Técnico em Agropecuária	45	
	Técnico em Meio Ambiente	49	
	Técnico em Administração	44	
2018	Técnico em informática	39	164
	Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio	40	
	Técnico em Administração	45	
	Bacharelado em Agronomia	40	
2019	Técnico em informática	75	303
	Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio	36	
	Técnico em Agropecuária	33	
	Técnico em Administração	41	
	Bacharelado em Agronomia	42	
	Bacharelado em Administração	41	
	Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio	35	
2020	Técnico em informática	32	303
	Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio	34	
	Técnico em Agropecuária	32	
	Técnico em Administração	39	
	Bacharelado em Agronomia	50	
	Bacharelado em Administração	41	
	Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio	35	
	Licenciatura em Ciências Biológicas	40	
2021	Técnico em informática	18	249
	Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio	34	
	Técnico em Agropecuária	28	
	Técnico em Administração	30	
	Bacharelado em Agronomia	42	
	Bacharelado em Administração	36	
	Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio	35	
	Licenciatura em Ciências Biológicas	26	
2022	Técnico em informática	22	265
	Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio	33	
	Técnico em Agropecuária	27	
	Técnico em Administração	40	

Bacharelado em Agronomia	48	
Bacharelado em Administração	40	
Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio	29	
Licenciatura em Ciências Biológicas	26	

Fonte: sistematização dos dados pela autora com informações da Unidade de Registros Escolares (2023)

A primeira etapa da construção do Campus Posse, em agosto de 2019, é composta por prédio administrativo e pedagógico, auditório, biblioteca, 6 laboratórios especiais, guarita e estacionamento. Recentemente, foram realizadas obras de melhorias nessa estrutura: quadra de esporte, almoxarifado e encontra-se em fase de construção sala multiuso de educação física. O Campus também possui uma escola fazenda e hortas para aulas práticas em diversas disciplinas de seus cursos.

Essa estrutura tem capacidade para aproximadamente 1.000 (mil) alunos (Figura 3). A sede fica às margens da Rodovia GO-453, SN, Fazenda Vereda do Canto, na entrada do município. O Campus Posse vem se destacando como instituição pública de ensino de qualidade e contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico do nordeste goiano e com a proposta de superação das profundas desigualdades socioeconômicas que estigmatizam a região (IF GOIANO, 2015).



Figura 3: Imagens aéreas do Campus Posse do IF Goiano

Fonte: IF Goiano (2015)

Dada a relevância que essa Instituição tem alcançado na região nordeste de Goiás, oportuniza o acesso à educação gratuita a muitos estudantes que não possuem condições financeiras para custear seus cursos, democratizando o acesso à educação nessa região. A entrada desse público, exige que haja políticas de permanência e êxito desses estudantes, sendo nesse contexto que o PNAES se apresenta, conforme mostraremos a seguir.

4.1.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil no Campus Posse do IF Goiano

No âmbito do Campus Posse, o PNAES é executado pela Unidade de Assistência ao Educando. O setor é responsável pelas políticas de permanência e êxito que envolvem principalmente os auxílios estudantis como forma de diminuir as desigualdades socioeconômicas no ambiente de ensino e propiciar aos discentes a conclusão de seus cursos.

Como o Campus está localizado no nordeste goiano, sendo que essa região possui grandes vulnerabilidades, a execução do PNAES torna-se necessária para que seu corpo discente alcance o êxito acadêmico. Conforme Lopes, Macêdo e Melo (2017), a maior

vulnerabilidade no estado de Goiás encontra-se nos municípios do entorno do Distrito Federal e do nordeste goiano.

Essas desigualdades existentes contribuem para que o público recebido pelo IF Goiano seja em sua maioria de baixa renda e enfrente dificuldades para manter-se estudando, visto que, dos doze municípios que possuem muito baixo Índice de Desenvolvimento Social (IDS), sete se encontram no nordeste goiano (LOPES, MACÊDO E MELO, 2017).

Diante dessa realidade, são necessárias políticas públicas educacionais que visam diminuir as desigualdades existentes dentro da instituição. Desta forma, como destacado por Medeiros, Mariano e Sousa (2021, p. 22) “a Política de Assistência Estudantil (PAE) deve ser entendida como um direito social, com vistas à formação plena, inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e o bem-estar biopsicossocial”.

As ações da Assistência Estudantil devem, segundo Torezani (2015, p. 26), “viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”. Dessa forma, a execução do PNAES no Campus Posse visa oferecer auxílios financeiros estudantis de forma a atender os estudantes mais vulneráveis socialmente, para tentar minimizar as evasões decorrentes principalmente de falta de condições financeiras favoráveis à permanência do estudante na instituição.

Como o Campus fica afastado aproximadamente 5 km da cidade de Posse, muitos dos estudantes possuem gastos com deslocamentos, alimentação durante a permanência na instituição (alguns cursos são integrais), gastos com material escolar, dentre outros, sendo necessário algum suporte da instituição à esses estudantes, viabilizando sua continuidade nos cursos.

Segundo Medeiros, Mariano e Sousa (2021) as ações da assistência estudantil implementadas no âmbito do IF Goiano decorrem do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo sua finalidade a contribuição com a permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino (IFES), por isso o programa pode ser considerado um avanço nas políticas de assistência estudantil, pois além de viabilizar auxílio para alunos em situação de vulnerabilidade social, prevê implantação e gerenciamento de ações de permanência para todos os estudantes na instituição.

Está presente na reitoria do IF Goiano, a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) que recentemente assumiu a posição de Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, em um movimento da instituição para valorizar a Política de Assistência Estudantil (PAE). A Pró-Reitoria “foi criada para dar suporte aos *campi* do IF Goiano em tudo que tiver relacionado à PAE” (MEDEIROS, MARIANO E SOUSA, 2021, p. 23).

O primeiro ano de execução do PNAES no Campus Posse do IF Goiano aconteceu em 2015. Nesse ano, foi disponibilizado pela então Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) o equivalente a R\$ 100.000,00 para realização das ações. Como haviam poucos alunos matriculados e eram as primeiras ações voltadas para execução da política no Campus, o valor não estava ajustado à realidade e a capacidade de aplicabilidade.

Em decorrência dessa situação, para ajustar o valor, no ano seguinte o recurso foi repassado com base no número de alunos matriculados e foi reduzido para R\$ R\$ 64.886,00 como pode ser observado na Tabela 3. A partir da projeção da Instituição na cidade, crescimento da demanda e abertura de novos cursos, houve a necessidade de continuar ofertando auxílios financeiros para contribuir na permanência e êxito dos estudantes. Dessa forma, o volume do orçamento foi crescendo nos anos seguintes, alcançando o ápice em 2019.

Com a realidade do governo Bolsonaro e sua falta de apoio às instituições de ensino, além da pandemia causada pela COVID-19⁴, não houve aumento dos recursos repassados ao Campus para assistência aos estudantes entre 2020 e 2022. Percebemos um decréscimo no volume dos recursos (Tabela 3), resultando em um cenário no qual o Campus tem operado com investimento do PNAES equivalente a anos anteriores, mesmo aumentando o público que está apto a ser atendido pelo programa.

Tabela 3: Evolução do orçamento da Assistência Estudantil no Campus Posse do IF Goiano de 2015 a 2023

Ano	PNAES - Campus Posse	Variação (%)
2015	R\$ 100.000,00	*
2016	R\$ 64.886,00	-54%
2017	R\$ 193.800,00	67%
2018	R\$ 226.897,00	15%
2019	R\$ 278.028,00	18%
2020	R\$ 268.732,00	-3%
2021	R\$ 254.966,00	-5%
2022	R\$ 235.324,00	-8%
2023	R\$ 267.462,00	12%

Fonte: Sistematização dos dados a partir de Informações da Direção Geral do Campus Posse

Houve um aumento significativo no número de cursos e estudantes na instituição em seus poucos anos de funcionamento, como pode ser observado na Tabela 4. Dessa forma, o recurso disponibilizado para as ações da Assistência Estudantil não tem acompanhado amplamente a expansão do Campus.

Tabela 4: Número de cursos ofertados e número de matriculados

Ano	Número de cursos ofertados	Número de matriculados
2014	1	71
2015	1	211
2016	2	266
2017	5	299
2018	4	478
2019	7	612
2020	8	702
2021	8	886
2022	8	826
2023	8	762

Fonte: Sistematização dos dados a partir de Informações da Direção Geral do Campus Posse (2023)

⁴ No próximo capítulo trataremos sobre a pandemia causada pela COVID-19.

Destaca-se que no ano de 2023 houve uma diminuição de matriculados pois não foram abertas novas turmas de cursos técnicos integrados para o segundo semestre do ano, como aconteceu nos anos anteriores. A situação é decorrente do reduzido número de servidores que não consegue abranger um número maior de abertura de turmas e cursos, para a operacionalização da oferta. Conforme mostra a Tabela 5, o número de servidores é baixo para o número de alunos que a instituição atende.

Tabela 5: Quadro de pessoal do Campus Posse

Ano	Quantidade	
	Técnicos Administrativos em Educação (TAES)	Docentes
2018	12	22
2019	21	33
2020	21	35
2021	21	35
2022	23	35
2023	23	35

Fonte: Sistematização dos dados a partir de Informações da Direção Geral do Campus Posse (2023)

Atualmente a Unidade de Assistência ao Educando do Campus Posse possui apenas três servidores efetivos com a seguinte configuração: um assistente social que está na função de chefe da unidade e duas assistentes de alunos. Auxiliando nas atividades, a Unidade também conta com uma servidora da Prefeitura de Posse, cedida para o Instituto, mas ainda assim o quantitativo é pouco para atender toda a demanda do setor.

Quanto aos auxílios estudantis ofertados pela Assistência Estudantil, para os estudantes terem acesso às ações do PNAES, é necessário inscrever-se nos editais que são lançados anualmente pelo setor. Desde 2020 os auxílios ofertados anualmente foram Alimentação e Permanência. No momento de realização desse estudo, o edital mais recente, referente ao ano de 2023⁵, ofertou as vagas e valores conforme tabela abaixo. O Edital contém as informações necessárias para orientar a inscrição dos discentes interessados e que se encaixam nos requisitos para inscrever-se.

Tabela 6: Informações sobre os auxílios estudantis ofertados em 2023 no Campus Posse

Modalidade	Número de vagas	Valor do auxílio
Permanência	30	R\$ 330,00
Alimentação	60	R\$ 180,00

Tem-se adotado a dinâmica de ofertar no edital dois períodos de inscrição, geralmente em fevereiro e abril, dessa forma propiciando aos estudantes que não conseguiram se inscrever em um, ter a oportunidade de inscrever-se, pois é lançado apenas um edital ao ano em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para custear um número maior de auxílios.

Amparadas pelo PNAES, outras ações executadas no Campus no ano de 2023 foram: monitoria de ensino; primeira edição da monitoria setorial; apoio financeiro para atividades acadêmicas; aquisição de uniformes escolares, material esportivo e didático para serem

⁵ O número de vagas, valores e outros detalhes sobre a execução do PNAES e lançamento dos editais referentes aos anos de 2020 e 2021 serão tratados no capítulo 5.

distribuídos gratuitamente aos discentes; além de descentralização de recursos realizada para bolsas de pesquisa e extensão atendendo discentes com baixa renda, conforme requisitos do PNAES.

Ainda que o quadro de pessoal seja reduzido e os recursos escassos, a Assistência Estudantil realiza diversas ações por meio do PNAES no Campus Posse. As dificuldades para execução do programa aumentaram entre 2020 e 2021 com a pandemia causada pela COVID-19, que exigiu grandes adaptações para continuidade da oferta dos auxílios mesmo com a suspensão das aulas e atividades presenciais, que foram substituídas temporariamente pelo modelo remoto.

No próximo capítulo, trataremos sobre a pandemia no âmbito educacional e os desafios enfrentados para manter a oferta de educação em meio às incertezas que atingiram as instituições de ensino.

5 TUDO MUDOU: PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia⁶ que assolou o Brasil e o Mundo, teve seus primeiros casos conhecidos na Província Chinesa de Hubei, na cidade de Wuhan em dezembro de 2019 (NETTO, CORRÊA, 2020). Segundo Aquino *et al* (2020, p. 2424) a situação foi piorando na medida em que

novos e numerosos casos surgiram rapidamente em países asiáticos, tais como Tailândia, Japão, Coreia do Sul e Singapura, seguindo para a Europa e demais continentes, o que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020 e uma pandemia no dia 11 de março de 2020.

Ainda em janeiro de 2020, pesquisadores chineses identificaram um novo coronavírus (SARS-CoV-2) como agente causador de uma síndrome respiratória aguda grave, a qual foi denominada doença do coronavírus 2019, ou simplesmente COVID -19⁷, abreviatura de Coronavírus Disease - 2019 (CAVALCANTE *et al*, 2020).

No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro no estado de São Paulo, menos de um mês depois todos os estados já haviam registrado casos. O primeiro óbito aconteceu em 17 de março. Segundo estudos, a transmissão pelo vírus ocorre de pessoa para pessoa por meio de gotículas de saliva e provenientes do nariz de pessoas infectadas ao espirrarem, tossirem ou falarem. (CAVALCANTE *et al.*, 2020; NETTO, CORRÊA, 2020).

Essa forma de transmissão entre as pessoas influenciou no rápido aumento do número de infectados. Conforme Aquino *et al* (2020, p. 2424) “embora 80% dos casos apresentem infecções respiratórias e pneumonias mais leves, as formas severas acomete mais pessoas idosas e portadoras de doenças crônicas, que requerem hospitalização, cuidados intensivos e uso de ventiladores mecânicos”. Dessa forma, os óbitos também aumentaram desenfreadamente.

Em Goiás, o primeiro óbito foi registrado em 26 de março, na cidade de Luziânia, localizada no entorno do Distrito Federal (ARRAIS *et al*, 2020). Em março de 2023 o número de óbitos confirmados no Estado foi de 28.346, conforme pode ser observado na Tabela 7. O número representa o mais alto em relação aos demais estados da região Centro-Oeste (BRASIL, 2023).

Tabela 7: Número de casos e de óbitos no Brasil e no Estado de Goiás em 2023 em decorrência da COVID-19

Âmbito	Número de casos	Número de óbitos
Brasil	37.783.855	705.172
Goiás	1.955.047	28.346

Fonte: Site oficial do Governo Federal com informações em relação ao COVID-19 06/09/2023

Pode-se perceber pela Tabela 7, o alto número de óbitos no Brasil em decorrência da COVID-19. Desde que os primeiros casos foram confirmados no mês de fevereiro diversas

⁶ O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo (OPAS, 2023).

⁷ A COVID-19 é a doença causada por um novo coronavírus denominado SARS-CoV-2. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tomou conhecimento deste novo vírus em 31 de dezembro de 2019, após receber a notificação de um grupo de casos de “pneumonia viral” em Wuhan, na República Popular da China (OPAS, 2021).

ações foram implementadas a fim de conter e de mitigar o avanço da doença. Entretanto, Aquino *et al* tecem críticas em relação a postura do então presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia, que dificultaram que as ações fossem postas em prática com rapidez e eficiência.

Ainda que a Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da COVID-19 no país, esteja em vigor desde 7 de fevereiro deste ano, ou seja, desde antes do início oficial da epidemia, o presidente Jair Bolsonaro tem minimizado sua importância, mantendo-se como um dos poucos dirigentes mundiais que se recusam a reconhecer a ameaça que ela constitui. São inúmeras as matérias jornalísticas divulgando suas posições públicas contrárias às medidas implementadas nos estados e municípios e o incentivo aos seus seguidores nas redes sociais ao descumprimento das recomendações de distanciamento social. Um conflito político aberto se inaugurou entre o presidente e o então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, que vinha defendendo as medidas preconizadas pela OMS e apoando, até recentemente, as iniciativas locais e regionais mais rigorosas de medidas de controle da COVID-19 (AQUINO, *et al*, 2020, p. 2430).

As atitudes irresponsáveis do ex-presidente Bolsonaro durante o início e o ápice da pandemia tiveram grande impacto para a resistência da população em adotar as medidas de mitigação para o controle do avanço da doença no país.

A nível federal, as medidas implementadas foram o distanciamento social, que consistiu no teletrabalho para servidores federais, antecipação de férias individuais e coletivas. Em Goiás, as medidas tomadas foram a proibição da realização de eventos; fechamento das instituições de ensino; teletrabalho para servidores pertencentes a grupos de risco e revezamento para os demais; suspensão do funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais, exceto para entregas; suspensão do transporte rodoviário ou aéreo vindo de região com circulação da doença e suspensão de indústrias não essenciais (AQUINO, *et al*, 2020).

Na cidade de Posse, a primeira nota técnica emitida pela Secretaria Municipal de Saúde foi em dezoito de março de 2020. Nela foi estabelecida paralisação das aulas por 15 dias, possibilidade de realização de trabalho remoto nos órgãos públicos e recomendações de medidas preventivas para vários estabelecimentos (POSSE, 2020).

O primeiro boletim epidemiológico⁸ divulgado pela prefeitura da cidade, objetivando manter a população informada e evitar a divulgação de notícias falsas (*fake news*) foi em vinte e um de março de 2020. Nesse boletim, não havia nenhum caso suspeito, confirmado ou descartado. No decorrer de abril foram aparecendo casos suspeitos e em monitoramento, sendo que os primeiros casos confirmados de contaminação por COVID-19 foram trazidos no boletim epidemiológico número 64, de vinte e nove de maio de 2020, que informou dois casos.

No boletim epidemiológico número 565 de dez de março de 2022, são informados o total de 5.011 casos confirmados, 4.940 recuperados e 56 óbitos. Nesse dia, os casos ativos foram registrados em 15, sendo que 3 destes estavam hospitalizados. Em abril do mesmo ano os casos foram zerados, conforme boletim emitido no dia 18.

Nos meses seguintes, houve um aumento no número de casos. O último boletim divulgado no site da prefeitura de Posse é datado de vinte e um de junho de 2022. Mostra 172 casos ativos, 5788 casos confirmados e 58 óbitos. Não houve mais atualizações oficiais divulgadas desde então.

A vacinação foi responsável por diminuir o número de casos e também a evitar o aumento do número de mortos. As vacinas começaram a ser aplicadas na cidade de Posse em 15 de fevereiro de 2021, com a 1ª etapa de vacinação visando atender os grupos prioritários:

⁸ Boletins epidemiológicos acessados no site da prefeitura (<https://posse.go.gov.br>) e no instagram oficial (@prefeituradepossego) em setembro de 2023.

idosos com 90 anos ou mais e idosos acamados com 60 anos ou mais. Todo o planejamento para realizar a cobertura vacinal foi estabelecido no Plano Municipal de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 no município de Posse- Goiás, de janeiro de 2021.

Em cinco de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em Genebra, na Suíça, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19 (OPAS, 2023). Apesar do fim do estado de emergência, a doença ainda é tratada como uma pandemia, que trouxe várias modificações na economia, política e na educação. Sobre essa última trataremos a seguir, por ser a área de interesse deste estudo.

5.1 Os desafios da Educação em meio à pandemia

Diversos já eram os desafios enfrentados pela educação brasileira. Com a pandemia causada pela COVID-19, novos obstáculos apareceram e ampliaram o que já era difícil: oferecer educação de qualidade para todos, sem distinção, principalmente nas escolas públicas.

O início de 2020 foi marcado pelas notícias de que o vírus havia chegado ao Brasil e as contaminações foram acontecendo rapidamente. Dessa forma, também deveriam ser rápidas as medidas tomadas para diminuir a propagação da doença, mesmo com a inércia demonstrada pelo líder do poder executivo federal. Segundo Melo (2020, p. 10)

O primeiro governador a se manifestar em relação à Pandemia e tomar atitudes oficiais foi o de Goiás, senhor Ronaldo Caiado, a partir do Decreto nº 13 de março de 2020, que “dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCov)” e já naquele momento, entre várias medidas a serem adotadas, suspendeu as atividades escolares, por um período de 15 dias, conforme Art. 2º, “§ 2º “As aulas escolares, nos estabelecimentos públicos e privados, poderão ser suspensas conforme critérios epidemiológicos e assistenciais determinados pela autoridade sanitária.”

Inicialmente, pensou-se que, decorridos os 15 dias, haveria o retorno das aulas presenciais e das demais atividades suspensas, no entanto, com o crescente número de casos confirmados e óbitos, outros decretos e instruções normativas foram sendo emitidos, prorrogando a situação de emergência na saúde pública decorrente da disseminação do novo coronavírus.

Nesse sentido, foi sancionada a Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019. Nela, fica estabelecido que poderão ser adotados o isolamento e a quarentena para enfrentamento da doença.

Dessa forma, o retorno presencial às atividades pedagógicas foi adiado. A adoção do modelo remoto de ensino foi possível em virtude ao cumprimento da Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020, a qual “flexibiliza o cumprimento do calendário escolar a partir do momento que dispensa a obrigatoriedade do mínimo de dias letivos desde que cumpridas a carga horária mínima exigida” (MELO, 2020, p. 11).

Em agosto de 2020 foi sancionada a Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Na presente Lei, em seu artigo segundo parágrafo quarto está disposto

A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais:

I – na educação infantil, de acordo com os objetivos de aprendizagem e

desenvolvimento dessa etapa da educação básica e com as orientações pediátricas pertinentes quanto ao uso de tecnologias da informação e comunicação; II – no ensino fundamental e no ensino médio, vinculadas aos conteúdos curriculares de cada etapa e modalidade, inclusive por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, cujo cômputo, para efeitos de integralização da carga horária mínima anual, obedecerá a critérios objetivos estabelecidos pelo CNE (BRASIL, 2020).

Importante ressaltar que se trata da adoção de ensino remoto emergencial, que apesar de ter aspectos semelhantes ao ensino EAD não se trata da mesma coisa. Barbosa (2022, p. 3) explica as diferenças

O EAd possui metodologia estruturada e minuciosamente planejada para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de modo on line, garantindo acesso assíncrono (a qualquer tempo) e buscando que os estudantes consigam acompanhar os conteúdos e realizar as atividades sozinhos. O ensino remoto emergencial, por sua vez, pode ser compreendido como uma “adaptação” do que seria aplicado presencialmente, preconizando a participação ativa do professor no desenvolvimento do conteúdo, na interação ao vivo com seus alunos e na organização de tarefas para serem realizadas e postadas ao longo da semana na plataforma selecionada pela instituição.

Demonstradas as devidas distinções, o ensino remoto exige a atuação ativa do professor, no entanto, também coloca no aluno grande responsabilidade pela sua aprendizagem, e espera-se que ele esteja pronto para lidar com isso, tornando-o também o centro do processo de ensino e aprendizagem (Grossi, Minoda e Fonseca, 2020).

Outro desafio enfrentado foi a necessidade do uso das tecnologias digitais tanto por professores como por alunos. Nesse sentido, o estudo de Vieira e Silva (2020) mostrou que o maior desafio da educação brasileira passou a ser a adequação ao novo cenário imposto pela pandemia e ao ensino remoto. Os autores também destacam o desafio que foi o desenvolvimento das habilidades e competências digitais docentes de forma rápida e eficaz para a condução das aulas online.

O ensino remoto emergencial também fez com que as desigualdades ficassem maiores, visto que

grande parte dos estudantes das classes populares não dispõe dos recursos necessários para o novo momento. Desprovidos de internet banda larga, computadores ou tablets, tiveram de dar continuidade aos seus estudos com seus aparelhos celulares e internet limitada a modestos pacotes de dados, estabelecendo uma nítida defasagem em relação a alunos com recursos e habilidades tecnológicas já adquiridas (BARBOSA, 2022, p.3).

O aporte da família durante as aulas remotas também é um fator que representou um grande desafio. Assim como a falta de acesso às tecnologias mais modernas, a forma como está organizada a família interfere nos conhecimentos vivenciados pelos estudantes mais pobres: se tem mais acesso ou não à educação, informação de qualidade e senso crítico, para orientar os estudantes nesse percurso de estudo realizado dentro de suas casas.

Em virtude da suspensão de várias atividades econômicas presenciais, migradas para o *home office*, os pais e responsáveis pelos estudantes também ficaram em casa, realizando seus trabalhos remotamente. Segundo Grossi, Minoda e Fonseca (2020, p. 155), “essas pessoas tiveram que se adaptar ao *home office* e conciliar a supervisão dos filhos com a rotina escolar, uma vez que as aulas foram suspensas e ofertadas a distância”.

Diante desses vários desafios enfrentados, de forma geral pelas instituições de ensino brasileiras, é importante trazer à tona brevemente como deu-se a instalação das aulas remotas no Instituto Federal Goiano Campus Posse, lócus de nossa pesquisa.

5.1.1 Pandemia, Instituto Federal Goiano e o Campus Posse

Após os primeiros casos de Coronavírus terem sido notificados no Brasil e o número de contaminados começar a crescer, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, atendendo a solicitação do Ministério da Saúde, que enviou um conjunto de recomendações aos dirigentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio do ofício circular nº 23/2020 de 10 de março de 2020, afirmando que as recomendações eram fundamentais, pois as Universidades são ambientes fechados, com grande número de pessoas e com realização frequente de atividades coletivas.

Nesse sentido, nesse primeiro momento, foi orientado e execução de atividades educativas sobre a higiene das mãos e etiqueta respiratória, limpeza e desinfecção das superfícies das salas de aula, evitar atividades que envolvam grande aglomeração de pessoas, comunicar os casos suspeitos de infecção por Coronavírus às autoridades sanitárias, dentre outras.

Entretanto, a situação mudou rápida e drasticamente, sendo necessário que já em 15 de março a Reitoria do Instituto Federal Goiano emitisse ofício suspendendo por quinze dias as aulas, eventos e demais atividades acadêmicas em todos os *Campi*. A decisão foi tomada em atenção à Nota Técnica relativa a ações de prevenção ao COVID-19 emitida pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás que recomendava a paralisação das aulas em todos os níveis educacionais públicos e privados.

Nesse momento, as atividades administrativas foram mantidas presencialmente, apesar de as aulas estarem suspensas. Após a reunião do Comitê Operativo de Emergência do IF Goiano (COE/IF Goiano), a gestão do IF Goiano, autorizou a realização de trabalho remoto a partir de dezessete de março apenas para servidores Técnico Administrativos em Educação (TAEs) enquadrados em alguns casos, como grupos de risco.

Posteriormente, em 18 de março, visando assegurar a preservação da saúde dos servidores e observando a evolução do coronavírus no Estado de Goiás que já alcançava níveis muito altos, foi autorizada a execução de serviços não-essenciais por meio de trabalho remoto para todos os servidores e estagiários do IF Goiano. Essa situação foi regulamentada pela Instrução normativa nº 21, de 16 de março de 2020, que estabeleceu orientações quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e determinou em seu artigo 6º:

Art. 6º-A Sem prejuízo do disposto nesta Instrução Normativa, o Ministro de Estado ou autoridade máxima da entidade poderá adotar uma ou mais das seguintes medidas de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade:

I - adoção de regime de jornada em:

a) turnos alternados de revezamento; e

b) trabalho remoto, que abranja a totalidade ou percentual das atividades desenvolvidas pelos servidores ou empregados públicos do órgão ou entidade;

II - melhor distribuição física da força de trabalho presencial, com o objetivo de

evitar a concentração e a proximidade de pessoas no ambiente de trabalho; e

III - flexibilização dos horários de início e término da jornada de trabalho, inclusive dos intervalos intrajornada, mantida a carga horária diária e semanal prevista em Lei para cada caso (SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL, 2020).

Outras medidas tomadas pela Instituição foram: autorizar a execução dos serviços essenciais de forma presencial, com turnos de revezamento, conforme determinado pela Direção-Geral nos *campi* ou pelo Reitor, na Reitoria; suspender a realização presencial de todos os eventos e reuniões no IF Goiano, recomendando a realização via videoconferência, quando possível, ou o reagendamento para data futura; suspender toda as viagens internacionais e novos afastamentos para pós-graduação stricto sensu ou licença capacitação, caso os cursos presenciais sejam realizados fora do país; suspender todas as viagens nacionais; suspender a participação presencial de servidores em cursos de curta duração, recomendando a realização de cursos a distância, quando disponíveis; manter o pagamento de bolsas e auxílios aos alunos regularmente matriculados no IF Goiano e aprovados em editais específicos.

Destaca-se a importância de, já nesses primeiros comunicados emitidos, terem sido garantidos a continuidade do pagamento de auxílios aos alunos contemplados nos editais, visto a relevância de execução do PNAES nesse período de pandemia.

No dia vinte e seis de março, foi emitido pelo reitor do IF Goiano, a Portaria nº 575, que reafirmou a suspensão do calendário acadêmico e a realização das atividades administrativas de forma remota até dezessete de abril. Passado esse prazo, foi emitida a Portaria nº 731, de 16 de abril de 2020, que autorizou a critério de cada campus, a retomada do Calendário Acadêmico a partir de vinte de abril, de forma não presencial, com a utilização de meios e ferramentas de tecnologias de informação e comunicação por meio da Educação a Distância (EaD) e, centralizando essas ações no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Institucional (IF GOIANO, 2020). A Portaria, em seu artigo 8º determinou que o período de realização de aulas e trabalho administrativo de forma remota possuía vigência por período indeterminado.

No Campus Posse do IF Goiano, após a suspensão do calendário acadêmico, as aulas foram retomadas de forma não presencial em quatro de maio de 2020 com a oferta de parte da carga horária das disciplinas por meio do AVA - Moodle do IF Goiano.

A Portaria nº 731 determinou em seu Artigo 1º que fosse verificada a possibilidade de implementar um auxílio conectividade, com recursos da ação 2994. Dessa forma, o Campus Posse lançou o Edital nº 004/2020 no mês de maio para seleção simplificada de candidatos ao Auxílio Emergencial de acesso à Internet oferecido pelo Campus, que ficou mais conhecido como Auxílio Conectividade, tendo vigência até o retorno das aulas presenciais e ofertando o valor de R\$ 70,00 aos contemplados.

Outras medidas tomadas para auxiliar os estudantes nas dificuldades em participar das aulas remotas foram: oferecer bolsas para monitores de disciplinas; disponibilização dos laboratórios de informática mediante agendamento prévio e lançamento de Edital para Empréstimo de Computadores aos estudantes que não possuíam equipamentos para acessar as aulas em casa.

Essa situação perdurou por mais de um ano, sendo que a medida que o calendário vacinal foi sendo mais abrangente, atingindo toda a população e os casos de Coronavírus foram diminuindo na região de Posse, foram estabelecidos protocolos para o retorno gradual das atividades presenciais.

Em conformidade com a Portaria Nº 1074 de vinte e um de outubro de 2021, que dispôs sobre orientações para a Retomada Gradual das Atividades Administrativas e Acadêmicas Presenciais no âmbito do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), foi emitida pela direção geral do Campus Posse a Portaria nº 54 que estabeleceu a retomada das atividades administrativas e acadêmicas presenciais, seguindo as fases e datas listadas no artigo 2º

Art. 2º Das fases e as datas de início:

I - LARANJA: será realizado o retorno em duas etapas, sendo a primeira no dia **03/11/2021** com os servidores que possuem Função Gratificada (FG)/Função

Comissionada de Curso (FCC)/Cargo de Direção (CD) e facultativo aos(as) demais servidores(as) interessados(as); a segunda no dia **08/11/2021** com todos(as) os(as) demais servidores(as), conforme prévia apresentação de escala de trabalho planejado pelo departamento;

II - AMARELA: início no primeiro dia útil a partir do dia **20/11/2021** com o retorno gradual das atividades acadêmicas, de acordo com o Cenário 1 do ANEXO III da Portaria 1074/SIPPAG/REI/IFGOIANO, de 21 de outubro de 2021 do IFGoiano;

III - VERDE: retorno no dia **10/01/2022** com as atividades totalmente presenciais, conforme planejado no calendário acadêmico 2022. (grifos nossos, IF GOIANO, 2021)

Em junho de 2022, com a publicação da Portaria Nº 2294, a reitoria do IF Goiano determinou o retorno ao trabalho em modo presencial para todos os servidores do IF Goiano. Dessa forma, as atividades foram retomadas presencialmente em sua totalidade a partir do início deste mês.

No decorrer de todo o processo de realização das aulas remotas e retomada gradual das aulas presenciais, foi necessário que houvesse ações para minimizar os efeitos desse período complicado de emergência em saúde pública nos estudantes. As políticas públicas educacionais são indispensáveis para oferecerem suporte aos estudantes e suas famílias. Nesse sentido, é importante conhecer as ações desenvolvidas pela Assistência Estudantil com a execução do PNAES durante a pandemia, trazendo luz à visão dos beneficiários em relação aos auxílios recebidos e como podem ter contribuído em seus processos de ensino na instituição.

5.1.2 Execução do PNAES no Campus Posse em meio à pandemia

Discorreremos sobre como foi a execução do programa no período de 2020 e 2021, em que as aulas ocorreram de forma remota, assim como os trabalhos administrativos dos servidores envolvidos na Assistência Estudantil, responsável pelas ações do PNAES.

As informações foram obtidas através de registros internos da Assistência Estudantil, consulta a documentos de acesso público e pela atuação da pesquisadora no setor como membro da equipe que executa o PNAES.

Conforme explicado no Capítulo 4, no Campus Posse é oferecido um Edital anualmente para concessão de auxílios financeiros a estudantes que possuem baixa renda, preenchem os requisitos do Edital e fiquem dentro do número de vagas disponibilizadas após avaliação socioeconômica do Assistente Social.

Até o ano de 2020 as inscrições nestes Editais foram realizadas por meio de documentação impressa e entregue pessoalmente. Os estudantes baixavam no site os anexos a serem preenchidos e entregavam juntamente com a documentação solicitada na sala da Unidade de Assistência ao Educando, dentro do prazo de inscrição.

Quando foi estabelecido a suspensão do calendário acadêmico em 2020, já haviam sido recebidas as inscrições dos estudantes, sendo que neste ano a análise ainda aconteceu com os documentos físicos, após o retorno do calendário.

Em decorrência da pandemia, houve a suspensão de aulas presenciais, migrando para o formato remoto. Dessa forma, as inscrições nos Editais a partir de 2021 passaram a serem realizadas virtualmente por meio da ferramenta *Google Forms*, na qual o estudante acessa o formulário de inscrição utilizando o e-mail estudantil institucional, preenche as informações e já anexa os documentos solicitados para comprovação da situação socioeconômica.

Essa foi uma grande mudança nas dinâmicas internas da Unidade de Assistência ao Educando e também representou uma novidade para os estudantes. Foi realizada *Live* pela equipe do Campus Posse para esmiuçar como deveria acontecer o preenchimento do formulário online e tirar as dúvidas de quem tinha interesse em realizar sua inscrição.

Em 2020 foram ofertados, por meio do PNAES, os auxílios alimentação e permanência (Edital 02/2020) e o início da oferta do auxílio conectividade (Edital 04/2020) já mencionado anteriormente. Em 2021, seguiu-se os mesmos auxílios, com diferenças de número de vagas ofertadas e modificações em alguns valores, conforme Tabela 8.

Tabela 8: Execução do PNAES nos anos de 2020 e 2021 no Campus Posse

Ano	Editais	Auxílios concedidos	Valor do auxílio	Meses de recebimento do benefício	Número de contemplados
2020	02/2020	Permanência	R\$ 300,00	Março a dezembro	23
		Alimentação	R\$ 150,00	Março a dezembro	119
	04/2020	Conectividade	R\$ 70,00	Maio a dezembro	55
2021	01/2021 ⁹	P1: Permanência	R\$ 300,00	Fevereiro a dezembro	15
		P1: Alimentação	R\$ 170,00	Fevereiro a dezembro	30
		P2: Permanência	R\$ 300,00	Maio a dezembro	15
		P2: Alimentação	R\$ 170,00	Maio a dezembro	18
	02/2021	Permanência	R\$ 300,00	Setembro a dezembro	25
	04/2020	Conectividade	R\$ 70,00	Janeiro a dezembro	24

Fonte: elaborado pela autora, com informações dos relatórios de Resultados do Programa de Assistência 2020 e 2021 (2023)

Pode-se perceber que houve um reajuste de cerca de 10% do valor do auxílio alimentação no ano de 2021, na tentativa de atender de forma mais efetiva os estudantes levando em consideração o período da pandemia. É possível notar também que o Edital 04/2020 manteve-se ativo também em 2021, sendo que o número de contemplados diminuiu em decorrência de cancelamentos dos estudantes que não cumpriram alguns dos requisitos contidos no Edital para manutenção de seu benefício.

Ainda em 2021 foi lançado um outro Edital no segundo semestre, desta vez ofertando apenas vagas para o auxílio permanência. Acredita-se que em virtude da pandemia e da dificuldade de acesso à internet de muitos estudantes, as inscrições em formato online diminuíram consideravelmente a procura pelos auxílios. Isso é perceptível pois o Edital lançado no início do ano não conseguiu preencher todas as vagas ofertadas. Esse novo edital foi lançado para oportunizar que outros estudantes tivessem possibilidade de serem contemplados ainda em 2021.

É relevante destacar que, para fins da investigação a que se propôs esse trabalho, não foram pesquisados os contemplados no auxílio conectividade, em virtude de ser possível a

⁹ No Edital 01/2021 foi utilizado pela primeira vez a abertura de dois períodos de inscrição. Dessa forma, o estudante que perdesse o prazo do período 1 (P1) ou fosse indeferido por falta de documentação, poderia fazer outra tentativa quando abrisse o período de inscrição 2 (P2). Essa estratégia foi adotada pensando no melhor atendimento do público de baixa renda no período da pandemia.

inscrição e classificação concomitantemente neste auxílio e no permanência ou alimentação dentro de um mesmo ano, dessa forma alguns sujeitos ficariam repetidos e não garantiria a precisão dos dados. Essa situação não acontece entre os auxílios permanência e alimentação, pois cada contemplado só teve direito a um desses benefícios e não os dois ao mesmo tempo.

6 MÉTODO

Para alcançarmos os objetivos desta investigação e compreendermos a Política de Assistência Estudantil, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e documental realizada no âmbito do Campus Posse do IF Goiano. Segundo Minayo (1994, p. 21) a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com nível de realidade que não pode ser quantificado”. Dessa forma, realizamos uma investigação que buscasse significados, sentidos para responder os problemas da pesquisa.

Esse estudo abrangeu os discentes atendidos pelo PNAES nos anos 2020 e 2021, período no qual a pandemia da COVID-19 fez com que as aulas presenciais fossem substituídas pelo ensino remoto.

Os cursos selecionados para a investigação pertencem à área das ciências agrárias, sendo eles: Bacharelado em Agronomia, Técnico em Agropecuária Concomitante e Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Ao contemplar um curso de cada nível de ensino (Superior, técnico e médio integrado) pretendeu-se entender a abrangência e impacto do programa para estudantes de diferentes idades e níveis de escolaridade durante a pandemia. Os cursos foram selecionados levando em consideração a natureza agrícola da instituição e, portanto, a representatividade desses cursos no cenário local. Foram considerados os seguintes auxílios concedidos por meio do PNAES: auxílio alimentação e auxílio permanência, por serem modalidades de benefícios ofertadas nos dois anos de referência.

6.1 Participantes

Os participantes foram discentes, com idade entre 17 e 25 anos, de ambos os sexos, cursando Agronomia, Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Agropecuária Concomitante nos anos de 2020 e 2021, com matrícula ativa no Campus Posse no momento de realização da investigação e que aceitaram participar da pesquisa. Tratam-se de estudantes beneficiados pelo PNAES nos anos citados.

A escolha desses discentes se deu em virtude de serem estudantes contemplados com os auxílios estudantis nos anos indicados e que ainda permanecessem matriculados na Instituição em 2023, para que o questionário pudesse ser entregue em mãos aos alunos e explicado pessoalmente todos os detalhes da pesquisa, esperando assim que mais estudantes tivessem interesse em participar.

O total de alunos que preencheu os requisitos foi 50. Entretanto foram pesquisados 40 discentes, que se propuseram a participar do estudo. Destes, 27 estudantes foram contemplados com auxílio alimentação e 13 com auxílio permanência. O total de pesquisados equivale a 80% do universo da pesquisa, sendo assim bastante representativo.

6.2 Instrumentos de coleta de dados

Foi elaborado e aplicado um questionário misto (APÊNDICE A), seguindo os preceitos de Marconi e Lakatos (2003), pois trata-se de “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 201).

O questionário foi disponibilizado entre setembro e outubro de 2023 de forma impressa aos participantes para preenchimento, visando alcançar a maior adesão possível. O

perfil dos estudantes foi levantado utilizando informações do próprio questionário, assim como a percepção deles sobre o PNAES.

6.3 Procedimentos

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A) para maiores de 18 anos e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B) foi assinado pelos responsáveis quando os discentes eram menores de idade, para que tivessem amplo conhecimento sobre a investigação, riscos e benefícios, visando que sua manifestação de vontade em participar (ou não), fosse livre e consciente. Do mesmo modo, a Instituição também assinou o termo de Anuência, concordando com a pesquisa.

Foi realizada ainda uma análise documental para que se conhecesse os materiais já elaborados, como tabelas, gráficos, relatórios, documentos oficiais etc. (FONSECA, 2002). Foram utilizados os dados armazenados na Unidade de Assistência ao Educando (UAE) do Campus, setor responsável pela execução do PNAES, para levantar informações complementares sobre a execução do PNAES.

Essas informações estão sistematizadas de forma geral e não individual (garantindo o anonimato dos inscritos) em forma de textos, tabelas e gráficos. Também foram consultados planilhas, relatórios e tabelas organizados a partir de informações dos auxílios concedidos e que estão em posse da UAE.

Foram utilizadas as informações dos discentes disponíveis no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do Campus Posse. Todas as etapas foram realizadas de forma a atender os princípios éticos de pesquisa em seres humanos. A avaliação do estudo foi realizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) registrada no CAAE 70886123.0.0000.0311. Também foi realizada avaliação pelo Comitê de Ética do Instituto Federal Goiano sob o CAAE 70886123.0.3001.0036, obtendo parecer aprovado em ambos (ANEXOS D e E).

6.4 Análise de dados

As respostas recebidas por meio dos questionários foram categorizadas de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, a qual é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, p. 37). Como técnica, utilizamos a análise categorial que consiste no desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos, ou seja, pelas semelhanças, conforme Bardin (2011).

As respostas foram tabuladas com a utilização de planilhas eletrônicas, sendo organizadas em tabelas e gráficos em frequência simples e percentual para melhor visualização e análise dos resultados encontrados. As categorias encontradas nas respostas dos estudantes foram organizadas em figuras.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão sobre a importância da inclusão no processo educacional tanto no acesso à educação, como no auxílio à permanência do estudante nas instituições de ensino começa a alterar significativamente o perfil dos estudantes ingressantes nas IFES (RISTOFF, 2014), fazendo com que mais estudantes em vulnerabilidade social tenham acesso aos Institutos Federais.

Nesse sentido, é importante conhecer o perfil dos discentes na área das ciências agrárias, especificamente os estudantes em situação de vulnerabilidade social atendidos pelo PNAES para propor estratégias que minimizem a evasão, além de verificar o alcance do programa em relação ao público em questão.

Dessa forma, primeiramente, faremos a caracterização dos estudantes participantes dessa investigação, para traçar o perfil dos discentes contemplados. Consideramos que a quantidade pesquisada foi significativa para tal, totalizando 40 discentes.

Como pode ser observado no Gráfico 1, a maior idade dos discentes contemplados é de 19 anos, totalizando 7 alunos (17,5%), seguido por estudantes de 21 anos, sendo o total de 6 estudantes que equivalem a 15 % dos pesquisados. Em seguida, temos as idades de 17, 20 e 22 anos, representando cada uma 12,5 % dos contemplados, o que totaliza 5 estudantes em cada uma dessas idades.

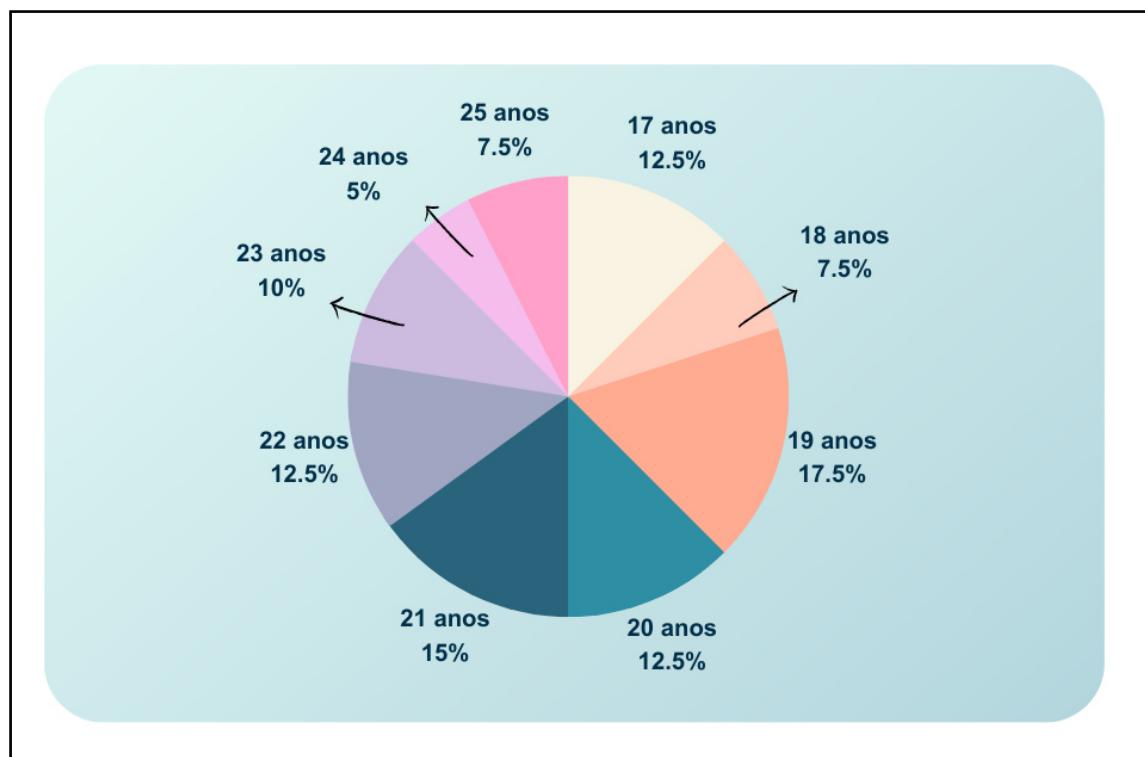


Gráfico 1: Faixa etária dos contemplados

Em relação ao sexo, 55% são mulheres, conforme Gráfico 2. A pesquisa da Andifes de 2018 já demonstrava uma predominância do sexo feminino nas Instituições Federais de Ensino, no entanto, a pesquisa também mostrou o fato de que em todas as regiões do país houve aumento nesse percentual de estudantes femininas, com exceção da região Centro Oeste na qual estão presentes os Campus do IF Goiano (ANDIFES, 2018).

Considerando essa observação e os cursos pesquisados nessa investigação serem da área de ciências agrárias, representa um avanço a participação feminina dentro da instituição, visto que “o curso Técnico em Agropecuária, assim como vários cursos de Agrárias, ainda tem um perfil predominantemente masculino, apesar de já haver muitas mulheres inseridas nos mesmos” (SILVA, 2020, p. 51).

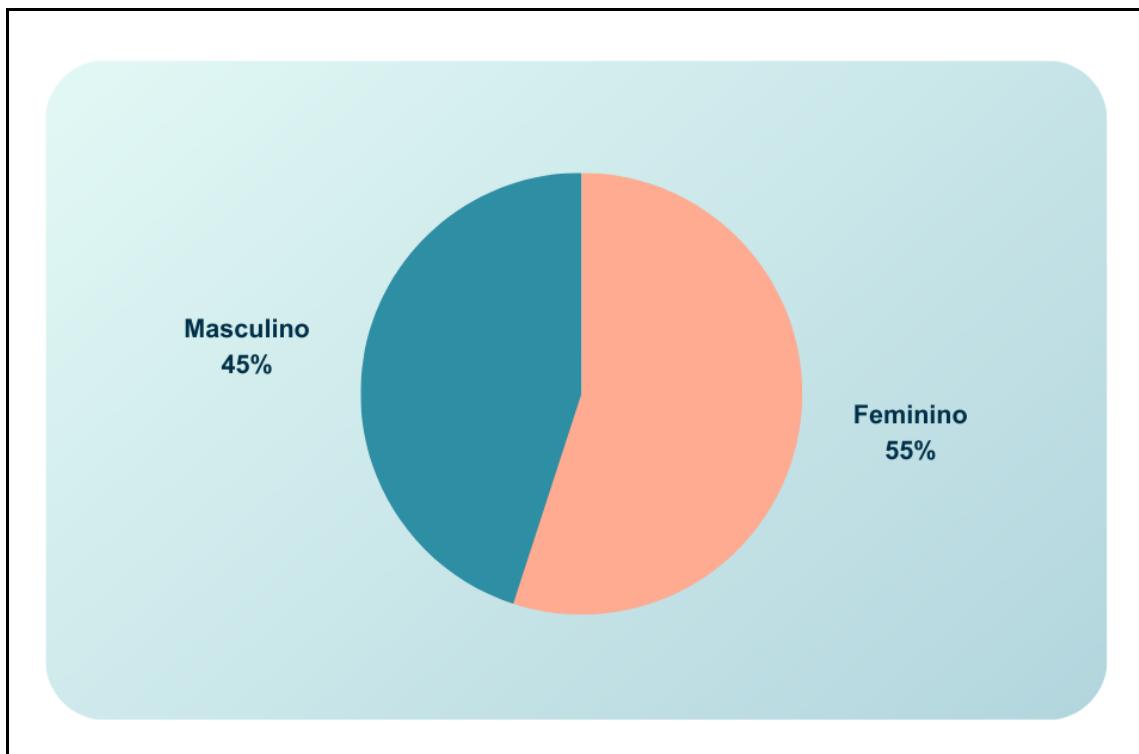


Gráfico 2: Sexo dos contemplados

Quanto ao curso em que estes estudantes estavam matriculados no momento de recebimento do auxílio, observa-se pelo Gráfico 3 que mais da metade dos discentes contemplados pertencem ao Bacharelado em Agronomia (52,50%), o que representa 21 respondentes. Em seguida, obtivemos 15 estudantes (37,50%) matriculados no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

A predominância desses dois cursos tem relação direta ao fato de serem cursos integrais, dificultando que os estudantes possam trabalhar enquanto estiverem estudando, causando falta de recursos financeiros para auxiliar nas despesas de casa e nos estudos. Dessa forma, os auxílios financeiros representam uma oportunidade de esses estudantes se manterem até a conclusão do curso.

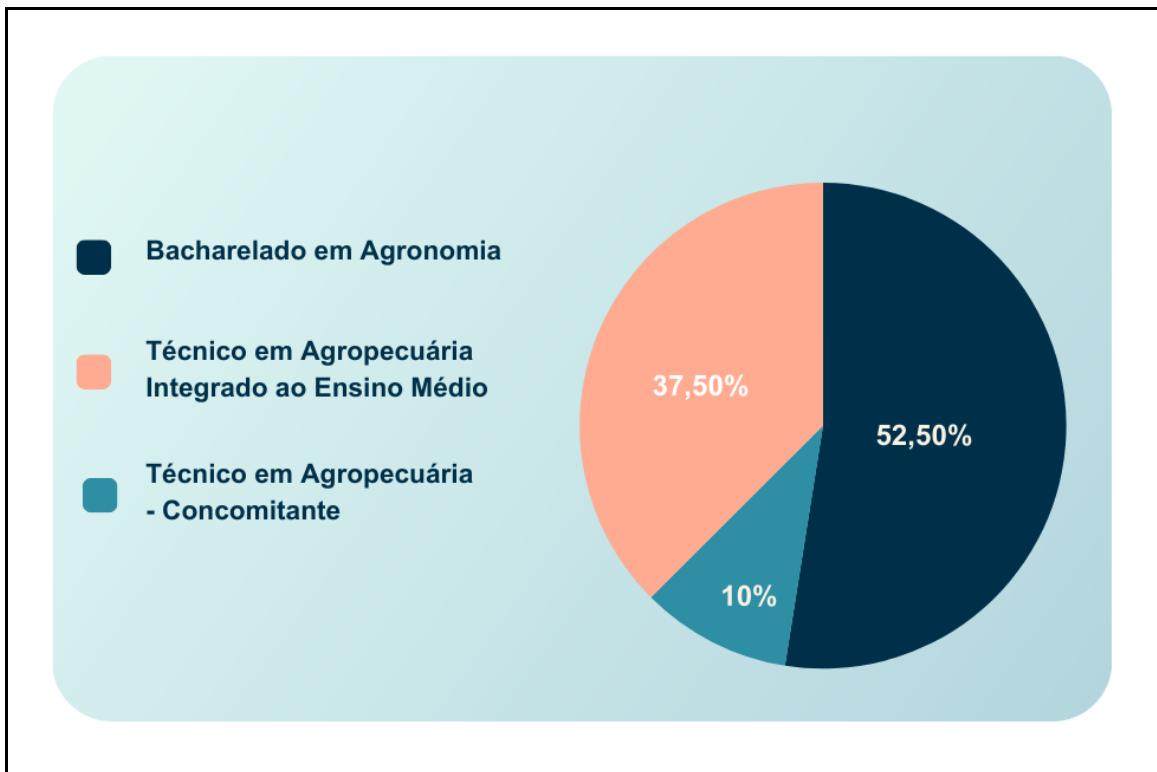


Gráfico 3: Curso em que estava matriculado

No que se refere à cidade na qual os contemplados residem, pode-se perceber, observando o Gráfico 4, que 80% mora em Posse no estado de Goiás, mas também há estudantes que residem em Alvorada do Norte e Iaciara, ambos com 7,50%. Há ainda discentes que se deslocam de cidades localizadas no estado da Bahia, próximo à cidade de Posse.

O tempo de deslocamento e o gasto para os estudantes que moram em outras localidades irem até Posse é um fator que pode representar obstáculo para a permanência na instituição, uma vez que o Campus não dispõe de Residência Universitária. Dessa forma, os auxílios estudantis ofertados são significativos para auxiliar nas despesas de alunos residentes em regiões mais afastadas, conforme Torezani (2015).

É relevante comentar que no momento da seleção dos estudantes que são contemplados com os auxílios decorrentes do PNAES no IF Goiano Campus Posse, são levados em consideração a distância em que residem do Campus, sendo que possuir residência mais distante do Instituto é um dos critérios de desempate previsto no Edital dos programas da Política de Assistência Estudantil.

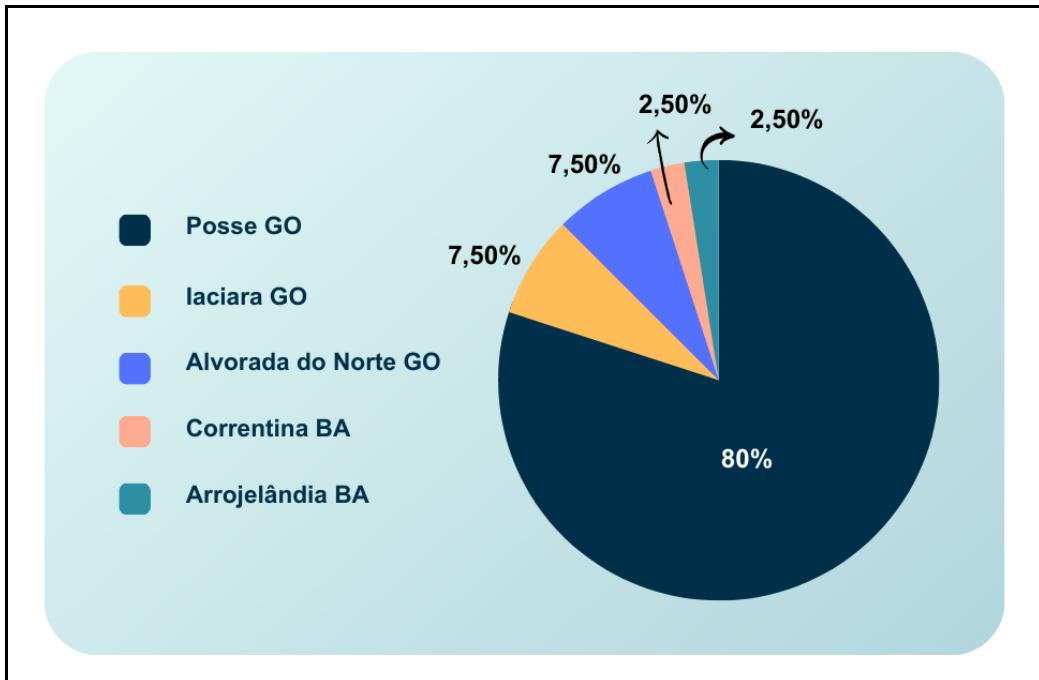


Gráfico 4: Cidade na qual residem

De acordo com o Gráfico 5, os estudantes que residem na zona urbana correspondem a 87,5 %, sendo que os outros 12,5 % residem na zona rural. Mesmo sendo predominantemente urbano o público contemplado com os auxílios no período de pandemia, é relevante destacar que o Campus se encontra distante aproximadamente 8 km dos setores mais afastados na cidade e cerca de 6 km do centro da cidade de Posse. Dessa forma, o deslocamento até o local também exige tempo e recurso dos estudantes que residem dentro da cidade. A prefeitura oferece transporte público, mas é superlotado e não atende todos os estudantes.

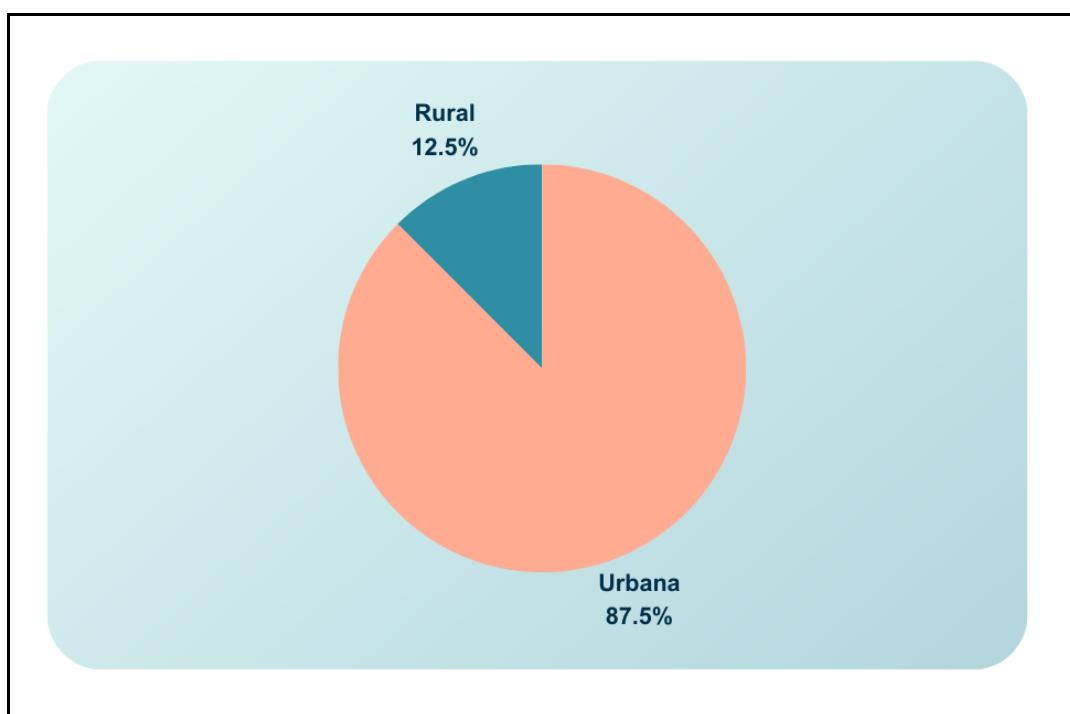


Gráfico 5: Zona em que residem

O Gráfico 6 mostra o número de pessoas residentes na casa dos contemplados. Das residências dos pesquisados, 60% possui entre 3 e 4 pessoas. Também há um total de 15 % dos discentes, os quais residem de 5 a 7 pessoas, o que demonstra que muitas famílias são numerosas. Refletindo sobre o período de pandemia, na qual era necessário acesso a computador ou notebook para realizar atividades escolares, essas famílias com mais membros e apenas um equipamento teriam mais dificuldades em fazer um rodízio durante o uso, do que uma família com apenas um estudante dentro de casa.

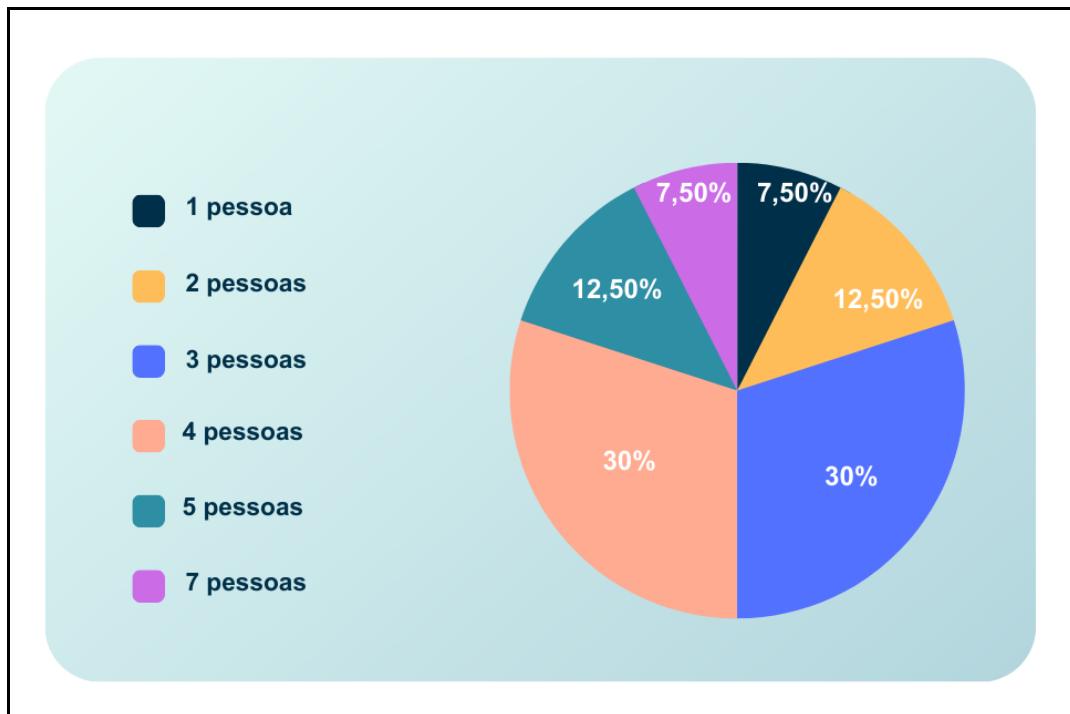


Gráfico 6: Número de membros da família

Todos os contemplados são solteiros. Destes, apenas 1 possui filhos. Em relação à renda, podemos observar pelo Gráfico 7 que a situação econômica dos contemplados é de vulnerabilidade socioeconômica. Do total de participantes, 67,50% possuem renda *per capita* de até meio salário mínimo, o que é um valor baixo para garantir que as necessidades básicas sejam supridas. O outro grupo mais numeroso são estudantes com renda familiar *per capita* de até 1 salário mínimo.

Considerando que o Decreto 7.234 estabelece que devem ser atendidos prioritariamente os estudantes com renda familiar *per capita* de até 1 salário mínimo e meio, o objetivo do programa está sendo alcançado em relação ao fator renda, uma vez que 97,5% dos estudantes se enquadram nesse requisito.

Silvia (2020) afirma que a maior parte das ações e demandas assistenciais são advindas do provimento de necessidades básicas de sobrevivência como alimentação e moradia. Nesse sentido, esses estudantes são originários de famílias com baixa renda, tendo que subsidiar seu estudo às vezes com uma pouca ajuda das famílias, quando estas podem ofertar esse apoio.

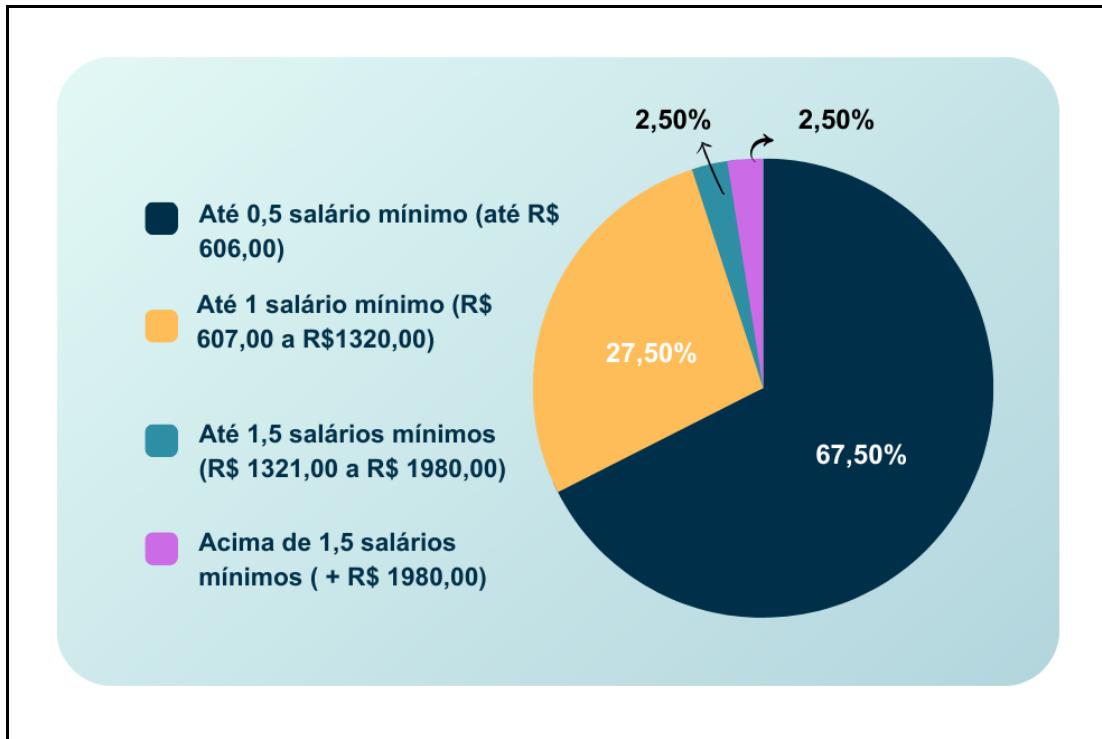


Gráfico 7: Renda *per capita*

Podemos verificar que o perfil dos estudantes contemplados com o auxílio nos anos de 2020 e 2021 foi de alunos, sendo 55% mulheres, jovens, solteiras, residentes em zona urbana, com casas nas quais residem de 3 a 4 pessoas e com renda *per capita* muito baixa de até meio salário mínimo (R\$ 606,00).

É um público que necessita de políticas públicas para promover a permanência e conclusão de seus cursos de forma digna e condições igualitárias. Acerca da importância desses mecanismos, Araújo *et al* argumenta que “é necessário problematizar que a Assistência Estudantil, como política pública, constitui-se numa oportunidade real para a expressiva maioria de estudantes ter acesso às condições de permanência, diante das inúmeras necessidades advindas do ingresso no curso” (ARAÚJO *et al*, 2019, p. 726). Dessa forma, esse é o público para o qual o PNAES foi pensado, visando minimizar as desigualdades provenientes de renda e auxiliando no percurso educacional desses estudantes.

Para além de caracterizar os discentes beneficiários do PNAES, torna-se necessário evidenciar as percepções que esses indivíduos possuem do programa executado durante o período de pandemia. Silva *et al* (2021) afirma que “os anos de 2020 e 2021, no Brasil e no mundo, foram marcados por diversas mudanças de funcionamento dos serviços públicos e do cotidiano da população em geral, em decorrência da crise sanitária da COVID-19”.

Dessa forma, buscou-se analisar as respostas dadas por eles nos questionamentos acerca de sua visão sobre os auxílios recebidos nesses anos. São essas percepções que descreveremos a seguir.

Primeiramente, os estudantes foram questionados quanto ao recebimento de informações sobre os auxílios da Assistência Estudantil antes de serem contemplados. Referente às respostas, dos 40 pesquisados, 36 discentes (90%) afirmaram ter recebido informações, as quais estão categorizadas na Tabela 9. Dentre estes, 22 alunos (61,11%) foram informados sobre aspectos do Edital de seleção para recebimento de auxílios: cronograma, documentos necessários, etc.

Tabela 9: Você recebeu informações sobre os auxílios da Assistência Estudantil antes de ser contemplado?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Edital	22	61,11
Onde buscar informações dos auxílios	11	30,55
Conhecimento sobre finalidade dos auxílios	1	2,78
Outras respostas	2	5,56
TOTAL	36	100,

Em 11 respostas (30,55%) os discentes afirmaram ter recebido orientação sobre a fonte que deveriam consultar para buscar informações sobre os auxílios, sendo estas a rede social Instagram do Campus Posse, o site oficial do campus e por meio dos servidores que passaram nas salas de aula (Figura 4).

O conhecimento sobre a finalidade dos auxílios estudantis também foi repassado aos estudantes, sendo pontuado por 1 estudante (2,78 %). Essas respostas (Figura 4) mostram que os discentes foram bem informados sobre como inscrever-se nos auxílios estudantis e qual a importância desses benefícios. Percebe-se que a informação tanto estava disponível aos que buscavam como também foi realizada orientação pelos servidores envolvidos na execução do programa diretamente em sala de aula aos estudantes.

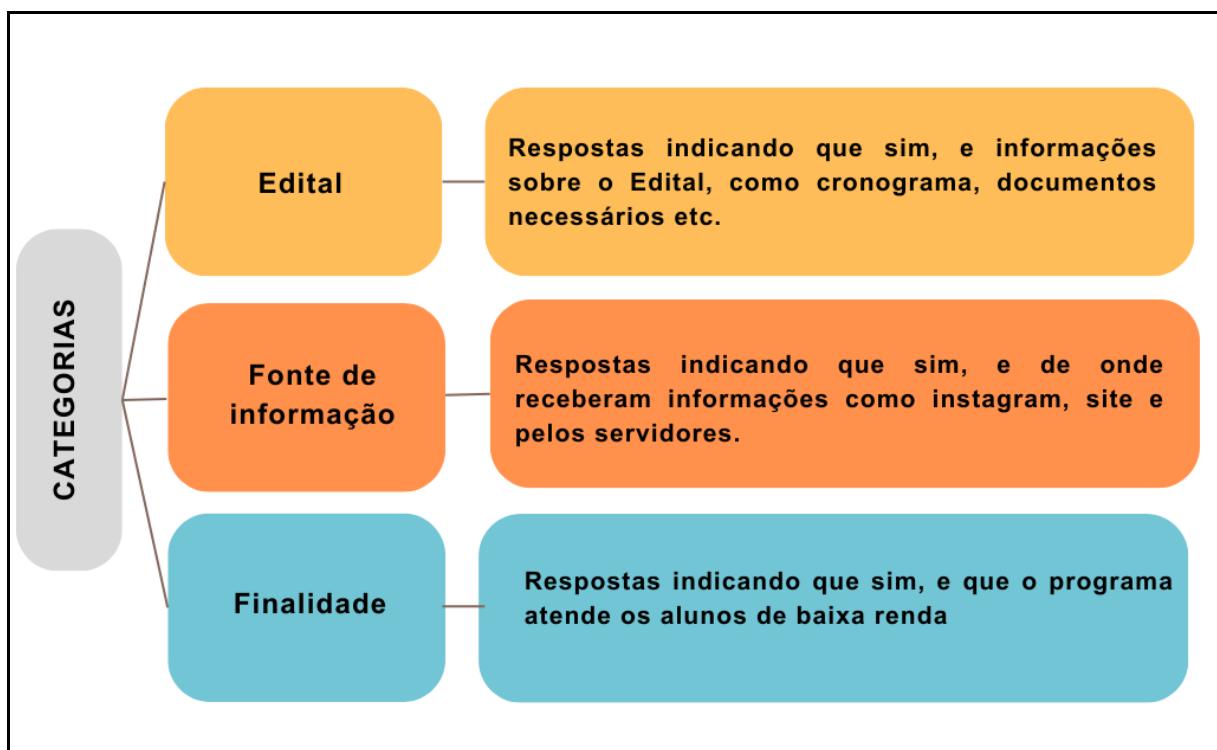


Figura 4: Você recebeu informações sobre os auxílios da Assistência Estudantil antes de ser contemplado? Quais?

Referente à pergunta “Você sabe o que é o Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES)?”, 28 discentes (70%) sabem o que é o PNAES . No entanto, há 12 estudantes contemplados (30%) que mesmo recebendo o auxílio não conseguiram assimilar o

que seria esse programa. Conforme Conceição (2017) é necessário que haja ampla divulgação sobre o PNAES e maior esclarecimento do programa, para que os estudantes possam se apropriar efetivamente e não sejam apenas receptores do benefício.

Tabela 10: Você sabe o que é o Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES)?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Não sabe	12	30
Sabe, mas não explicou	9	22,50
Vulnerabilidade social	8	20
Apoio de forma geral	6	15
Permanência	5	12,50
TOTAL	40	100,

As respostas dos estudantes que disseram “sim” foram organizadas nas categorias conforme Figura 5 para que o entendimento de cada uma ficasse mais fácil. Os alunos citaram como descrição para o PNAES elementos que dizem respeito à permanência, o atendimento às vulnerabilidades sociais dos estudantes e a assistência/apoio na vida escolar.

O artigo 2º do Decreto 7.234 cita como objetivos do PNAES, dentre outros, I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior. Dessa forma, as respostas dadas pelos estudantes estão alinhadas com a legislação do programa, mostrando que sua aplicação no Campus Posse está ocorrendo com a propagação das informações corretas aos estudantes sobre o que é o PNAES.

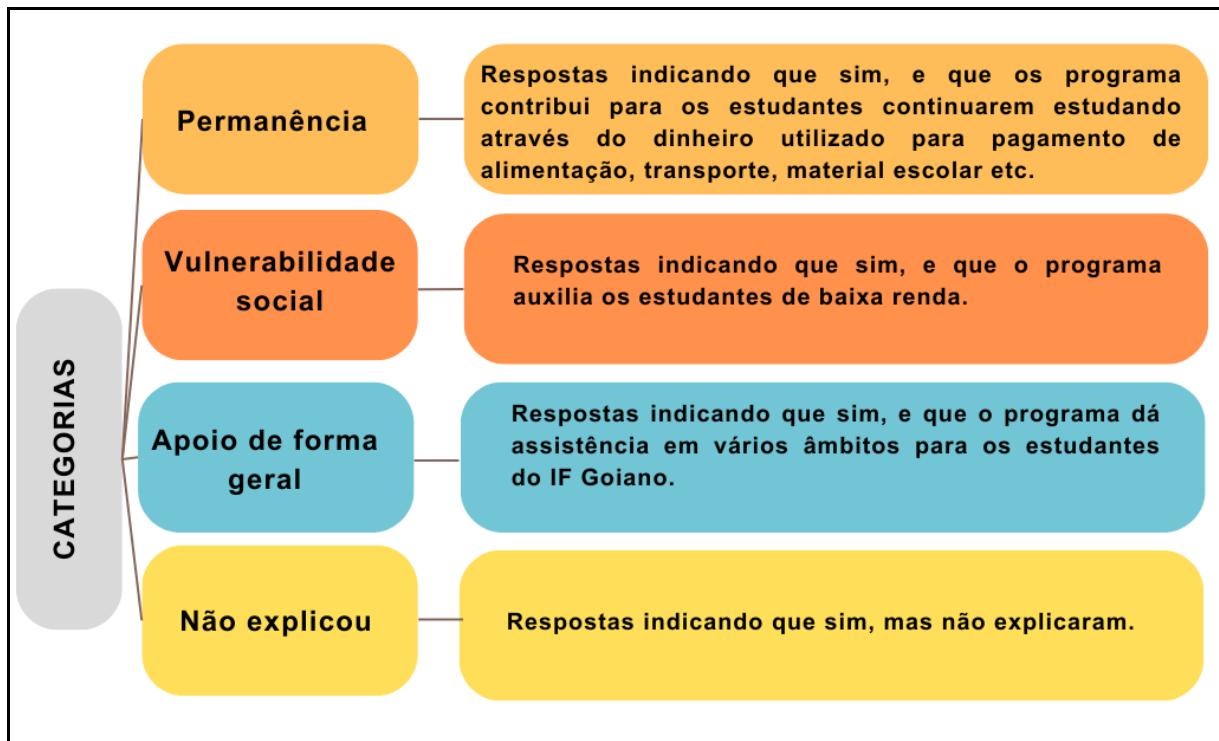


Figura 5: Você sabe o que é o Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES)?

A pergunta seguinte foi “Você considera os auxílios da Assistência Estudantil importantes para que o aluno continue estudando? Por quê?”. Todos os 40 estudantes responderam que os auxílios são importantes para a permanência deles.

Conforme Gráfico 8, 29 dos estudantes (72,50%) consideram essa importância proveniente do âmbito financeiro, 6 (15%) pelo fator motivacional e os outros 5 restantes (12,50%) pelo quesito do rendimento acadêmico.

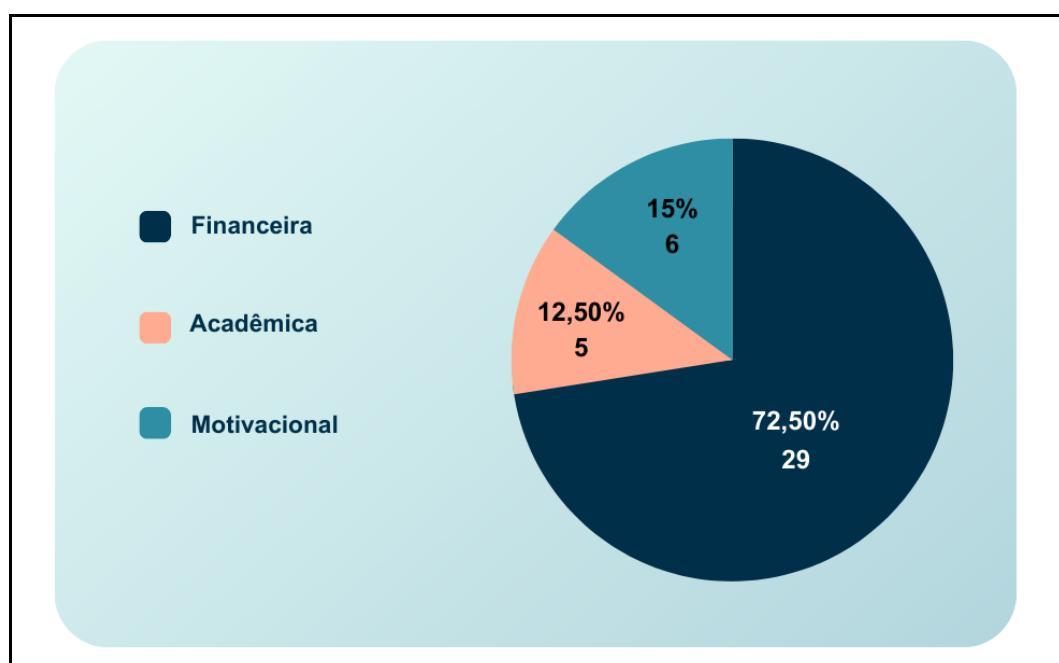


Gráfico 8: Você considera os auxílios da Assistência Estudantil importantes para que o aluno continue estudando?

Analisando melhor as categorias encontradas, podemos perceber pela Figura 6 que os estudantes entendem que os recursos financeiros advindos do PNAES auxiliam no custeamento de despesas, tanto pessoais quanto acadêmicas: alimentação, transporte para ir até o Campus, moradia. Outra categoria encontrada diz respeito a permitir que o estudante se concentre e tenha melhor rendimento acadêmico pois não teria que trabalhar e estudar ao mesmo tempo, visto que teria esse apoio financeiro da Instituição. Os estudantes também apontaram, que o auxílio estudantil é um fator motivador para se empenhar e não desistir do curso.

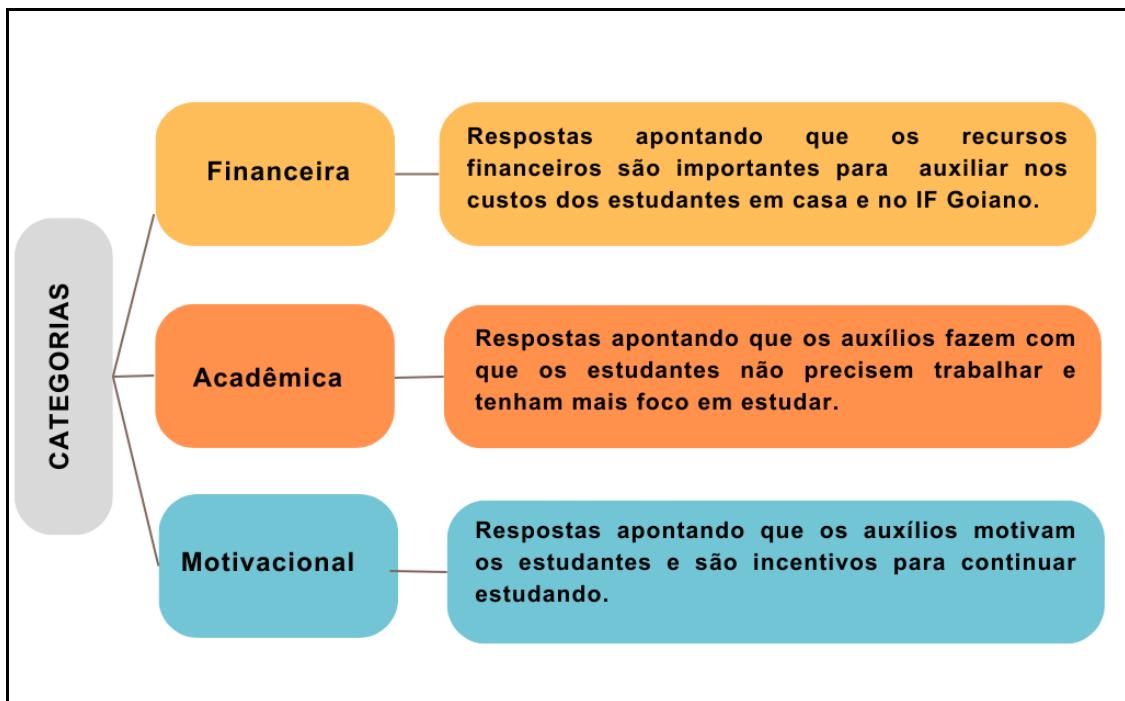


Figura 6: Você considera os auxílios da Assistência Estudantil importantes para que o aluno continue estudando?

Um dos estudantes afirmou que “É uma grande ajuda financeira, principalmente por estudar o dia todo e não ter como trabalhar.” O Campus Posse oferta alguns cursos que são integrais, dessa forma os estudantes percebem que precisam desse apoio financeiro, pois o gasto com alimentação e deslocamentos é maior. Ademais, as aulas integrais não permitem a conciliação dos estudos com um trabalho.

Também foi destacada a importância dos auxílios para estudantes que não residem na cidade de Posse. Na resposta “Pois muitas famílias não têm renda alta, e alguns alunos precisa desse apoio para que se mantenha na cidade, devido muitos serem de outras cidades e morarem de aluguel”, o pesquisado destaca que essa é uma adversidade enfrentada por muitos estudantes e que o PNAES pode auxiliar.

Outra resposta foi “Ajuda aqueles alunos de baixa renda, e aqueles que moram em outra cidade também, com transporte, alimentação, ou até mesmo em casa.” O Decreto 7.234 em seu Parágrafo Único diz que as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010). Dessa forma, o programa deve agir para atender os menos favorecidos econômica e socialmente, de forma que esses estudantes tenham iguais condições de concluir seus cursos, sendo uma característica reconhecida e citada por uma parte dos questionados.

Outra resposta que consideramos relevante destacar foi “*Pois se torna incentivo e mostra que é possível vencer na vida através do estudo.*” Para além dos efeitos financeiros previstos no Decreto 7.234, que visam viabilizar a igualdade de condições em permanecer estudando, o programa pode incentivar e trazer motivação para que os estudantes acreditem em seu potencial, tenham oportunidade de sucesso em suas vidas, impactando também as famílias desses jovens e o local na qual estão inseridas.

Quando questionados se teriam saído do curso caso não tivessem sido contemplados com o auxílio financeiro durante a pandemia, 27 discentes (67,50%) responderam que não teriam saído (Tabela 11).

Tabela 11: Não teria saído do curso

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Alternativa para continuar	14	51,85
Mesmo com dificuldades	5	18,51
Apoio da família	4	14,81
Propósito	4	14,81
TOTAL	27	100,

Os estudantes que não sairiam do curso, apontaram como justificativa vários fatores (Figura 7). Os mais citados foi que encontrariam outra forma de se manter estudando mesmo sem o auxílio. Outro grupo afirmou que mesmo diante das dificuldades que teriam ao não serem contemplados, continuariam os estudos.

É relevante observar que mesmo ficando claro todos os obstáculos enfrentados por eles, os 67,50% dos estudantes não desistiriam do curso. Dessa forma, entende-se que aqueles com perfil para inscrever-se no programa possuem consciência sobre a importância dos estudos e se esforçam para concluir-lo.

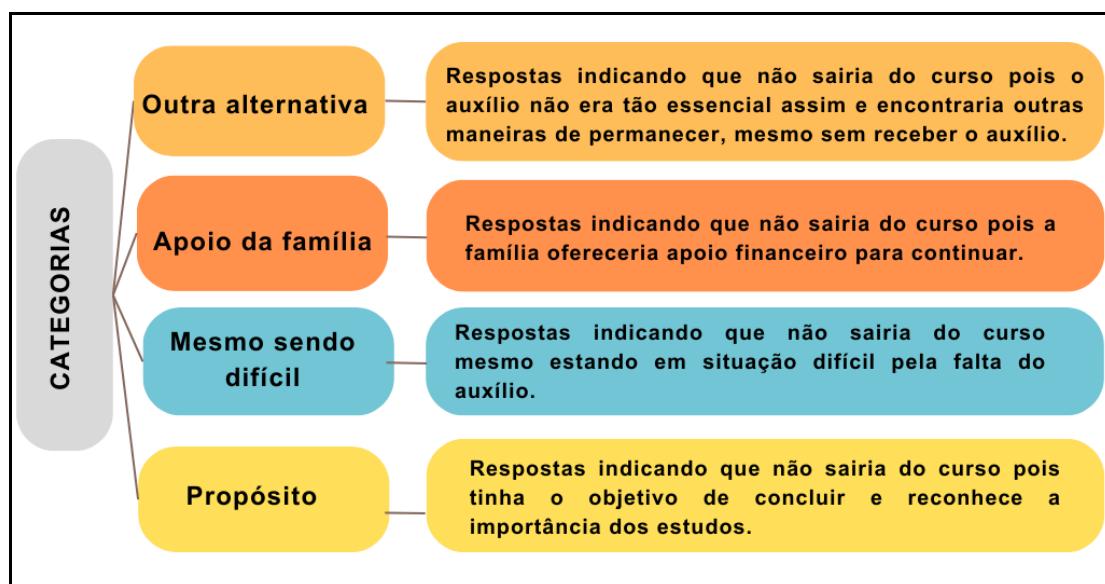


Figura 7: Categorias encontradas quando o estudante respondeu que “Não”

Outros 10 discentes (25%) afirmaram que desistiriam do curso (Tabela 12) e 3 (7,50%) não tiveram certeza em suas respostas. Conforme Rocha (2019, p.7), “o PNAES visa ampliar condições de permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que

ingressam no ensino público federal”, dessa forma esses estudantes demonstram em suas manifestações que o auxílio é essencial para a permanência deles.

Tabela 12: Teria saído do curso

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Trabalhar	5	50
Pandemia	3	30
Aquisições de bens	2	20
TOTAL	10	100,

Dentre aqueles que responderam afirmativamente, os fatores mais citados foram o fato de precisarem trabalhar para pagar suas despesas, para isso tendo que abandonar o curso. Também afirmaram que a pandemia trouxe muitas dificuldades como aumento dos custos e outras necessidades, conforme demonstrado nas categorias elencadas na Figura 8. Essas dificuldades, fariam com que tivessem saído da Instituição, caso não tivessem recebido o auxílio financeiro estudantil disponibilizado pelo Campus por meio do PNAES.

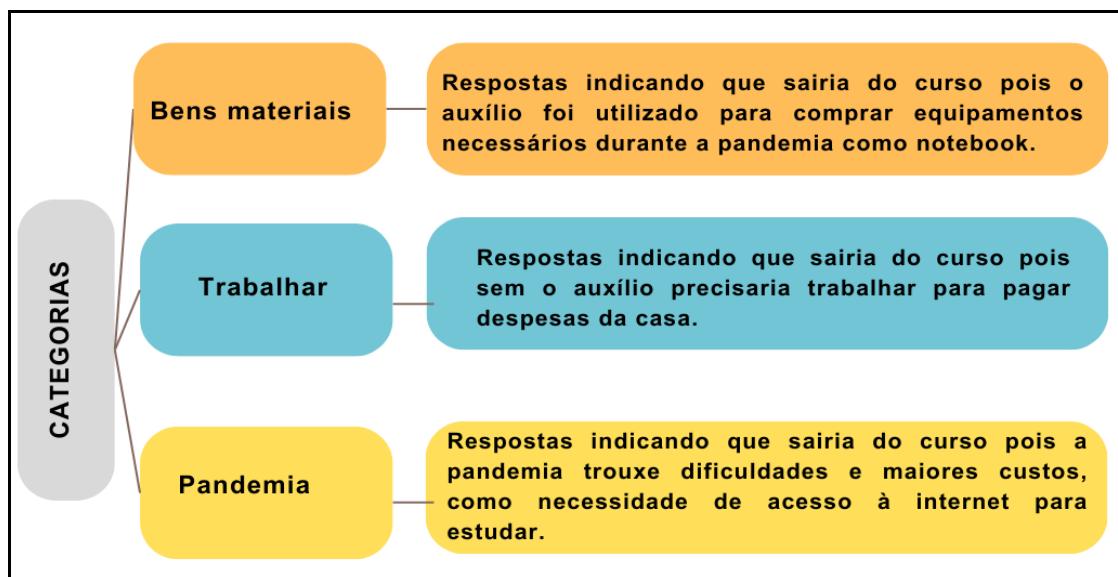


Figura 8: Categorias encontradas quando o estudante respondeu que “Sim”

A pergunta seguinte foi “Como foi seu aprendizado durante a pandemia?”. Podemos verificar que houve um equilíbrio em relação a esse aprendizado na visão dos estudantes, pois 20 discentes (50%) afirmaram que foi satisfatório.

Referente à essa resposta, observamos pela Tabela 13 que dos 20 estudantes, 16 (80%) consideraram um bom aproveitamento em seu aprendizado durante a pandemia.

Tabela 13: Aprendizado satisfatório

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Proveitoso	16	80
Esforço	4	20
TOTAL	20	100,

Em relação aos outros 50% que afirmaram ter tido um aprendizado insatisfatório, 12 estudantes (60%) tiveram dificuldades em relação às aulas online (Tabela 14).

Tabela 14: Aprendizado insatisfatório

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Aula online	12	60
Compreensão	4	20
Distração	1	5
Outras respostas	3	15
TOTAL	20	100,

Para entender melhor as respostas, elas foram categorizadas na Figura 9 relacionando o que foi dito pelos estudantes para justificar o aprendizado ser satisfatório e insatisfatório.

Conforme a Figura 9, os estudos terem sido proveitosos, aliados ao empenho e esforço dos estudantes durante as dificuldades da pandemia, fizeram com que os estudantes ficassem satisfeitos com o aprendizado.

Por outro lado, a pandemia prejudicou a compreensão dos conteúdos, os estudantes nem sempre tinham um ambiente tranquilo em suas casas para conseguirem se concentrar. Além disso, as aulas online demandaram terem acesso à internet, equipamentos como computador e notebook para participarem das aulas remotas e as incertezas relacionadas à saúde de suas famílias também foram fatores desfavoráveis para os estudantes terem bons rendimentos acadêmicos.

O estudo de Grossi, Minoda e Fonseca (2020) identificou que os estudantes possuem várias dificuldades referentes ao formato remoto de ensino. A adaptação, falta de conhecimento das famílias para apoiar os filhos e também a autonomia e disciplina necessárias para estudar sem a presença física do professor são questões apontadas no estudo dos autores e que também foram encontradas em nossa investigação.

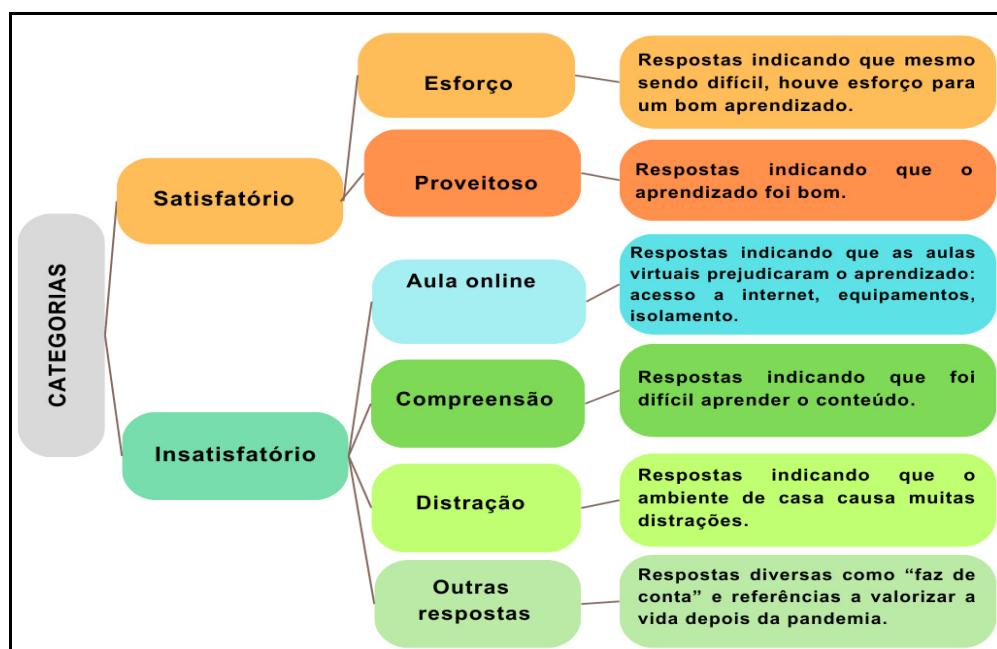


Figura 9: Como foi seu aprendizado durante a pandemia?

Outra pergunta da nossa pesquisa foi se o estudante teve dificuldades para acessar a internet e estudar durante a pandemia. A Tabela 15 mostra que 22 (55%) enfrentaram algum obstáculo durante seus estudos.

Tabela 15: Você teve dificuldade para acessar a internet e estudar durante a pandemia?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Sim	22	55
Não	16	40
Às vezes	2	5
TOTAL	40	100,

Questionados sobre qual foi a dificuldade encontrada, o Gráfico 9 mostra que o mais mencionado foi a dificuldade de acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos necessários, como podemos observar pelas seguintes respostas: *“A maior dificuldade foi a falta de conhecimento com o meio digital”*, *“Ter acesso à uma internet de qualidade.”*

Outro fator bastante apontado foi referente à adaptação às aulas online, conforme ilustrado nessas respostas: *“Acompanhar todas as aulas síncronas”*, *“Estudar online, não ter o acesso presencial”*, *“Minha maior dificuldade foi na adaptação ao ambiente virtual”*.

O ensino remoto exige uma rotina de estudos e várias adaptações precisam ser feitas para que se mantenha uma boa compreensão dos conteúdos. Nesse sentido, entende-se que não foram todos os estudantes que conseguiram se adaptar a essa forma de ensino. Ademais, há outros fatores envolvidos, como apontado por Grossi, Minoda e Fonseca (2020, p. 166)

as famílias estão se esforçando muito, a ponto de ficarem exaustas, para ajudarem academicamente seus filhos e manter toda a rotina da casa, conciliando as tarefas domésticas com o trabalho formal ou com o home office. Também estão enfrentando o desafio de lidar com o emocional de seus filhos, os quais estavam acostumados a viver em ambientes sociais e interativos e, com o isolamento eles sentiram a falta do estar junto.

Mesmo diante dos esforços da comunidade acadêmica para a continuidade das aulas em meio a pandemia, não é possível negar que há muita desigualdade nesse processo. Os estudantes mais vulneráveis não dispõem dos mesmos mecanismos para terem uma boa qualidade no ensino remoto. São muitos os fatores que envolveram o ensino e aprendizagem dos estudantes nesse período, assim como o trabalho dos profissionais da educação, em especial os docentes que precisaram criar muitas estratégias para alcançar os objetivos em suas aulas. A reflexão de Melo complementa esse raciocínio, ao afirmar que durante a pandemia

deparamos com inúmeras dificuldades, entre elas a falta de acesso à internet com velocidade suficiente e experiência de manejo com o fim didático. Além de envolver também o cuidado com aspectos emocionais vivenciados por alunos e professores diante da necessidade de isolamento social (MELO, 2020, p.20).

Outros fatores também foram apontados pelos estudantes como dificuldades e podem ser vistos no Gráfico 9.

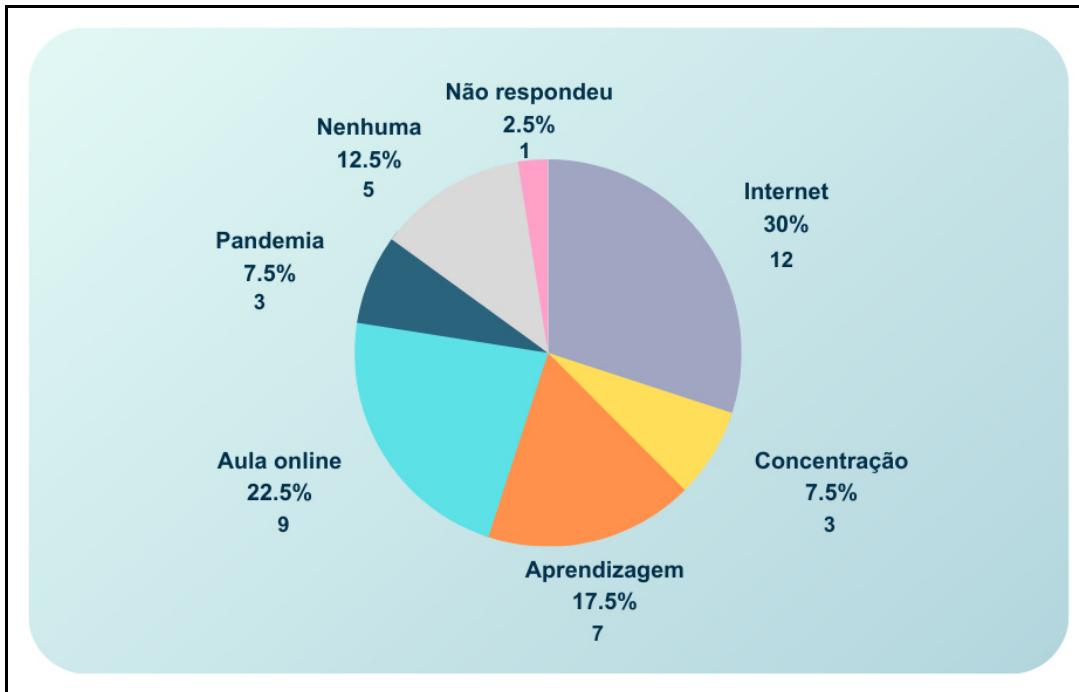


Gráfico 9: Qual foi sua dificuldade?

Em relação à pergunta “Como você participou das aulas remotas?”, elaboramos a Tabela 16 em frequência simples e percentual para mostrar os resultados. Como podemos verificar, quase 60% dos contemplados utilizaram celular e notebook. No entanto, os computadores/notebook utilizados em muitos casos foram emprestados ou eram de um outro membro da família, ou seja, esses equipamentos tiveram que ser compartilhados.

Comprova-se essa situação pelas seguintes respostas: “*Participei utilizando o computador do meu pai, meu celular*”, “*Os equipamentos foi o notebook da minha mãe e meu celular*”, “*Pelo celular e notebook emprestado*”, “*Pelo celular, e computador que a instituição me disponibilizou*”, “*Usava somente o celular, logo depois ganhei um notebook usado da minha madrinha*”.

Podemos perceber que essa não foi a situação ideal para o bom desenvolvimento acadêmico desses estudantes, ao terem que conseguir o acesso remoto de alguma forma, dentro do que foi possível para cada um.

Dos alunos que responderam, 12 (30%) utilizou somente o celular para participar das aulas, realizar, enviar atividades e estudar os conteúdos. Apenas 4 alunos (10%) utilizaram somente o notebook para participar das aulas.

Sobre essa realidade, Melo afirma que

Além da questão do acesso e da ausência do professor para orientar no desenvolvimento das atividades, os alunos ainda se deparam com outra problemática, que se refere ao manuseio do celular para acesso a informação particularmente no que se refere ao tamanho da tela que dificulta a leitura dos documentos (MELO, 2020, p. 18).

Dessa forma, entende-se que os estudantes que tiveram condições apenas de acompanhar as aulas e estudar utilizando o celular, podem ter tido maior desconforto ao estudar.

Tabela 16: Como você participou das aulas remotas?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Celular e notebook	23	57,50
Celular	12	30
Notebook	4	10
TV, celular e notebook	1	2,50
TOTAL	40	100,

Os estudantes também foram questionados se consideram que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) cumpre seus objetivos. Conforme Tabela 17, observamos que 36 (90%) consideram que sim. Como pudemos analisar por meio das respostas de perguntas anteriores, os estudantes reconhecem que o programa contribui para a permanência de estudantes de baixa renda, dessa forma o PNAES tem conseguido alcançar esses objetivos.

Tabela 17: Você considera que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) cumpre seu objetivo?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Sim	36	90
Mais ou menos	2	5
Não conheço	2	5
TOTAL	40	100,

A pergunta seguinte foi “Você ficou satisfeito com os procedimentos para recebimento do auxílio estudantil desde a inscrição até o pagamento?”. Conforme Tabela 18, 30 estudantes (75%) demonstraram que ficaram satisfeitos com os procedimentos para recebimento dos auxílios estudantis, como pode ser observado nas respostas “*Foram procedimentos simples: formulário eletrônico e documentos digitalizados para realizar a inscrição e sempre que o auxílio era pago nos era enviado um e-mail informando o pagamento da parcela*”.

Alguns discentes trouxeram em suas respostas referências aos novos procedimentos adotados em virtude da pandemia: “*Após e durante a pandemia melhorou muito a parte burocrática para a inscrição no programa. Porém demora muito para pagar, para quem realmente precisa esse é o maior problema*” e “*As inscrições via formulário trás mais facilidade ao processo, pois o estudante realiza a inscrição no conforto da sua casa, sem necessidade de enfrentar filas para entregar documentos. Além disso, o pagamento é depositado diretamente na conta bancária do estudante.*”

Um fator observado tanto nas respostas daqueles que ficaram satisfeitos, quanto naqueles que não ficaram é referente à etapa de pagamento, que acontecem alguns atrasos. Falaremos mais sobre esse assunto adiante.

Tabela 18: Você ficou satisfeito com os procedimentos para recebimento do auxílio estudantil desde a inscrição até o pagamento?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Satisfeito	30	75
Insatisfeito	10	25
TOTAL	40	100,

Referente à pergunta “O valor que você recebeu do auxílio estudantil foi suficiente para atender suas necessidades no período da pandemia?”, chegamos ao resultado de que 29 dos estudantes (72,5%) responderam ter sido suficiente e 7 (17,5%) disseram que não foi. Os demais 4 discentes (10%) argumentaram que foi razoável.

Observando as categorias identificadas na Tabela 19, os alunos citaram principalmente o custeio de despesas como justificativa para o valor ter sido suficiente, pois contribuiu com o pagamento desses custos.

Tabela 19: Categorias encontradas quando o estudante respondeu que “Sim”

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Pagamento de despesas	23	79,31
Tinha outra fonte de renda	2	6,89
Aquisições	1	3,44
Não explicou	3	10,34
TOTAL	29	100,

Já referente aos estudantes que disseram ter sido insuficiente, a razão foi que o valor foi pouco e os custos estavam muito altos em virtude da pandemia (Tabela 20).

Tabela 20: Categorias encontradas quando o estudante respondeu que “Sim”

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Valor pequeno	5	71,42
Custos altos	2	28,57
TOTAL	7	100,

As explicações de cada categoria encontrada estão mostradas na Figura 10. Em relação aos valores recebidos, é importante pontuar que a Assistência Estudantil passou por um período de desvalorização, intensificado em meio à pandemia, prejudicando o aumento dos auxílios nesse período difícil para a sociedade. Conforme Alves (2022, p. 21), “nos últimos anos, em específico após o ano de 2016, os investimentos em políticas de Assistência Estudantil para a permanência sofreram uma queda considerável”. É necessário que o Governo Federal realize um repasse orçamentário para o PNAES que abarque a realidade das Instituições Federais de ensino, pois o número de estudantes que precisam está sempre aumentando.



Figura 10: O valor que você recebeu do auxílio estudantil foi suficiente para atender suas necessidades no período da pandemia? Por quê?

A próxima pergunta complementa essa anterior: “A quantidade de meses que você recebeu o auxílio estudantil foi suficiente para atender suas necessidades?” Da mesma forma que mencionado sobre os valores, o período de recebimento foi suficiente para a maioria dos estudantes (Gráfico 10).

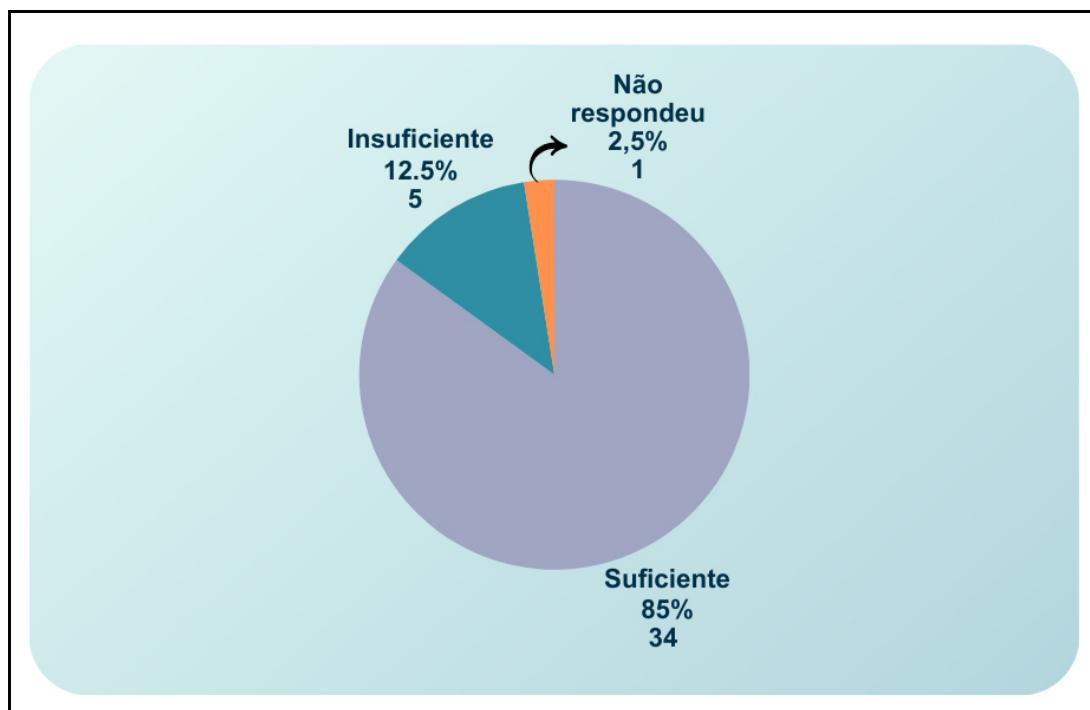


Gráfico 10: A quantidade de meses que você recebeu o auxílio estudantil foi suficiente para atender suas necessidades?

Referente aos prazos em que foram pagos os auxílios em cada mês, perguntamos aos contemplados se o pagamento dos benefícios foi realizado dentro dos prazos estabelecidos para atender suas necessidades. De forma geral, houve o atendimento de suas necessidades, sinalizado por 24 discentes (60%). Entretanto 16 estudantes (40%) afirmam que o atraso prejudicou o atendimento de suas necessidades (Tabela 21).

Tabela 21: O pagamento dos benefícios foi realizado dentro dos prazos estabelecidos para atender suas necessidades?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Não atendeu, houve atrasos	16	40
Atendeu dentro dos prazos	13	32,50
Atendeu, mesmo com atrasos	11	27,50
TOTAL	40	100,

Nas respostas categorizadas na Figura 11, pode-se observar que houveram manifestações de atraso nos pagamentos também dos estudantes que afirmaram terem suas necessidades atendidas em relação aos prazos. Conforme Torezani (2015, p. 51) refletiu em seu estudo, o cumprimento dos prazos é um fator mencionado pelos estudantes, pois os pagamentos dentro de um período estipulado “permite que eles consigam arcar com obrigações de ordem financeira sem dificuldades”.

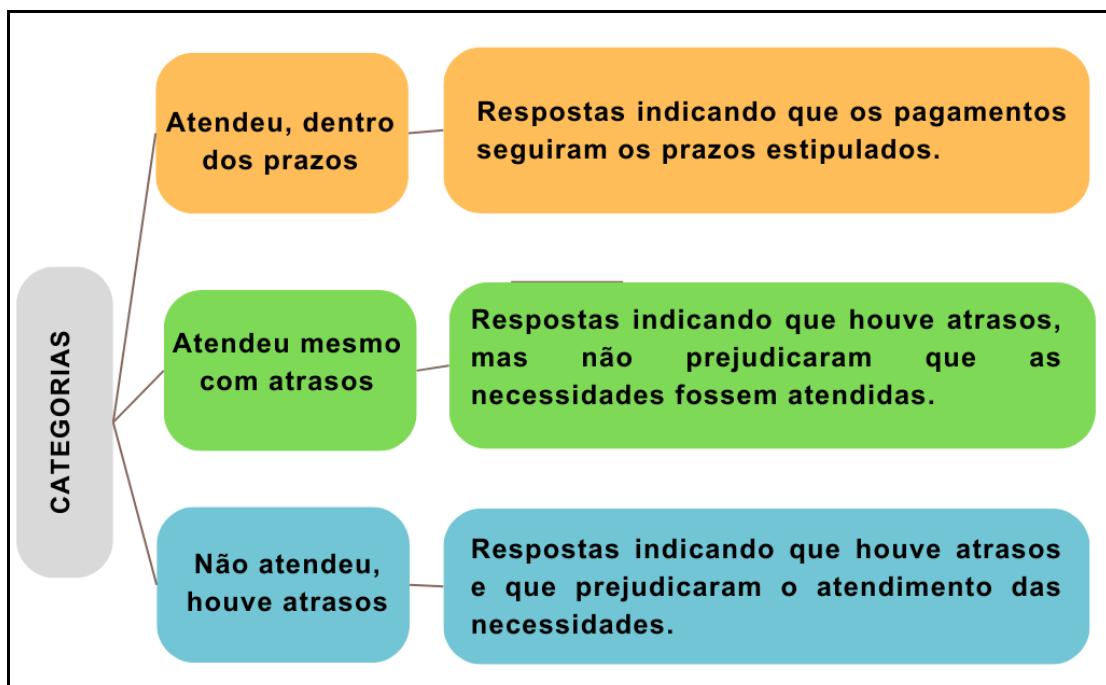


Figura 11: O pagamento dos benefícios foi realizado dentro dos prazos estabelecidos para atender suas necessidades?

O procedimento para pagamentos dos auxílios inicia na Assistência Estudantil que prepara o processo eletrônico, incluindo o ofício de solicitação de pagamento assinado pela chefia da Unidade de Assistência ao Educando e pela Direção Geral e os dados bancários dos estudantes aptos a receberem os benefícios. Em seguida o processo é encaminhado ao setor de Administração e Planejamento, responsável por realizar o pagamento aos discentes.

Em atendimento ao Edital que rege os auxílios estudantis, alguns requisitos são exigidos para que os alunos continuem recebendo o benefício. Dessa forma, são verificados mensalmente a frequência e as notas, geralmente entre os dias 20 e 25 de cada mês. Caso a frequência esteja abaixo de 75%, é enviado um e-mail solicitando que o aluno envie justificativa.

Nos casos em que o rendimento acadêmico está abaixo da média 6, o e-mail é enviado à coordenação do curso para que informe se o aluno se empenhou ou não nas atividades acadêmicas. Dessa forma, há um prazo para que esses e-mails sejam respondidos e a solicitação de pagamento acontece após as etapas mencionadas.

Em virtude desse procedimento necessário para cumprimento do Edital, a solicitação de pagamento somente é possível de ser realizada nos últimos dias do mês referência para recebimento. O setor responsável pelos pagamentos recebe o processo até o início do mês seguinte, entretanto em decorrência de ser necessário aguardar a liberação de financeiro pelo Governo Federal, o qual costuma haver uma demora para liberação, as parcelas não possuem uma data específica a serem pagas, causando a irregularidade dos dias de pagamentos, conforme avaliado pelos estudantes. Essa situação acontece em outras instituições de ensino públicas, conforme constatado por Torezani (2015) em seu estudo ao afirmar que o pagamento também depende da disponibilidade financeira dentro do cronograma liberado pelo Governo Federal.

Na pergunta “Caso você considere o benefício como insuficiente para sua permanência no curso e desempenho acadêmico satisfatório, o que poderia ser feito para que suas necessidades fossem atendidas?” 2 estudantes (5%) não souberam, responder, mas 25 (62,50%) sinalizou que foi insuficiente, como podemos verificar na Tabela 22.

Tabela 22: O benefício recebido foi suficiente para atendimento de suas necessidades?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Insuficiente	25	62,50
Suficiente	13	32,50
Não soube responder	2	5
TOTAL	40	100,

Para que as suas necessidades fossem atendidas, os discentes realizaram vários apontamentos, conforme Figura 12. Destacamos que são necessários que os recursos contribuam com a permanência dos estudantes, entretanto, a diminuição de apoio financeiro, hoje conhecida por contingenciamento, e a vulnerabilidade discente é uma variável importante a ser considerada na questão da manutenção desse estudante na universidade, de modo que ele termine seu curso (ALVES, 2022, p.22).

Dessa forma, os estudantes citaram o aumento de valores, quantidade de meses pagos, não terem atrasos, dentre outros, como questões que se melhoradas podem atender suas necessidades.

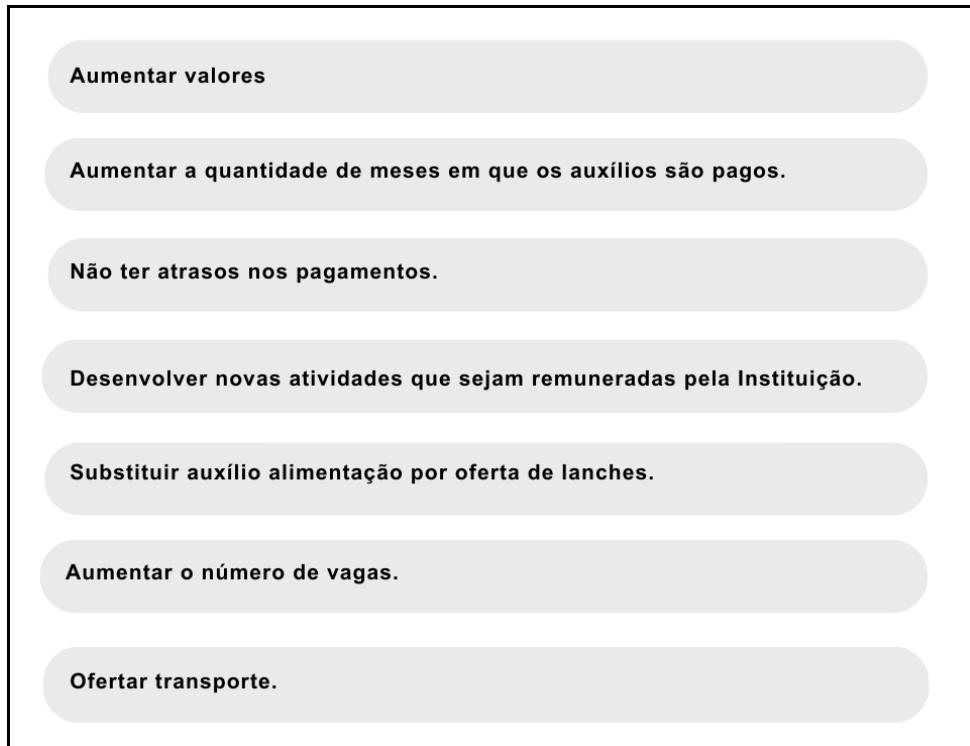


Figura 12: O que poderia ser feito para que suas necessidades fossem atendidas?

Outra questão foi “O auxílio estudantil influenciou no seu desempenho acadêmico? Em relação a essa pergunta, 32 estudantes (80%) sinalizaram que influenciou (Tabela 23).

Tabela 23: O auxílio estudantil influenciou no seu desempenho acadêmico?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Sim	32	80
Não	8	20
TOTAL	40	100,

As respostas dadas trouxeram elementos semelhantes a questões anteriores. Os estudantes citaram que o auxílio motivou o bom desempenho acadêmico, como podemos observar na resposta *“Pois motivou o estudo para manter as notas e frequência em dia”*.

Outro aspecto importante mencionado foi que ao receber o auxílio, o estudante não teve necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas, pois o benefício recebido supriu essa demanda, como exemplificado no seguinte relato: *“Com a ajuda do auxílio diminuiu alguns horários de trabalho para poder estudar.”*

Outra contribuição apontada que influenciou no desempenho do estudante foi a compra de equipamentos e pagamento de internet, necessários para continuar os estudos durante o período de pandemia. O auxílio também contribuiu no pagamento das despesas de casa (Figura 13).

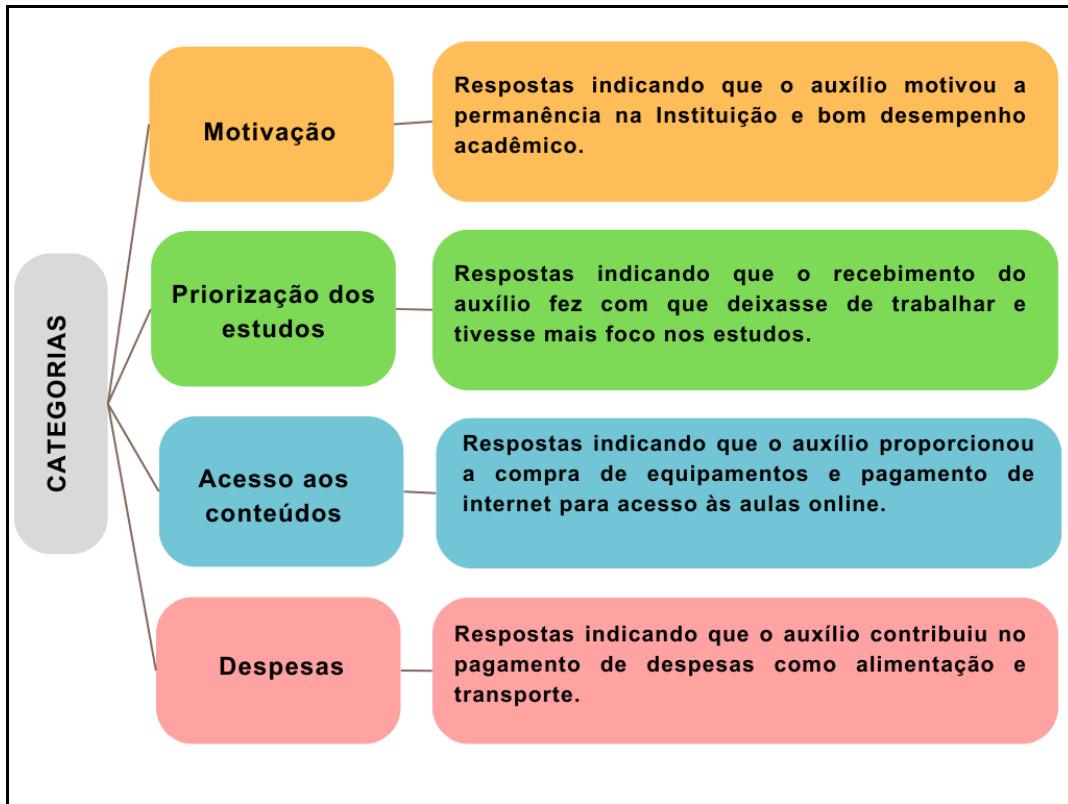


Figura 13: O auxílio estudantil influenciou no seu desempenho acadêmico? Porquê?

Referente à pergunta “As exigências do Programa para continuidade no recebimento do benefício, no que se refere a frequência, rendimento escolar e disciplina prejudicaram sua permanência no Auxílio Estudantil?”, é possível concluir que 37 (92,50%) não se sentiram prejudicados em relação às exigências do Edital para continuidade no recebimento do benefício, como pode ser observado na Tabela 24. Esse resultado corrobora com Torezani (2015, p.52) o qual afirma que “mesmo com a burocracia e os procedimentos rigorosos adotados para a oferta do programa, os alunos conseguem perceber a importância de tais procedimentos para a continuidade e ampliação da política de assistência estudantil”.

Tabela 24: As exigências do Programa para continuidade no recebimento do benefício, no que se refere a frequência, rendimento escolar e disciplina prejudicaram sua permanência no Auxílio Estudantil?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Não	37	92,50
Sim	3	7,50
TOTAL	40	100,

Alguns pesquisados disseram que acham justo essa cobrança: “*Pois são exigências necessárias e incentivam aos alunos contemplados a manter a frequência, ter notas boas.*” Grande parte dos estudantes afirmou que não prejudicaram sua permanência no auxílio pois possuem bons índices. Uma das respostas evidenciou “*Pois meu rendimento escolar era alto e dificilmente eu faltava ou realizava algo que a Instituição não permitia.*”

Podemos observar que, quando questionados sobre ter alguma proposta de mudanças para o Programa Nacional de Assistência Estudantil, 57,5% manifestou melhorias que

poderiam ser adotadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil, ou seja, um total de 23 respostas, de acordo com a Tabela 25.

Tabela 25: Você tem alguma proposta de mudanças para o Programa Nacional de Assistência Estudantil?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Sim	23	57,50
Não	17	42,50
TOTAL	40	100,

Um dos itens citados foi a quantidade de documentos exigidos, que poderia ser menor; 7 discentes citaram que consideram como mudança, o aumento do valor ofertado para os auxílios. Outros manifestaram que o aumento do número de vagas seria importante para atender aos que necessitam.

As respostas “*Ser menos criteriosos, pois muitas pessoas que precisam do auxílio não recebem por não se enquadrar nas exigências*” e “*Gostaria que fosse dedicado mais tempo para a entrevista domiciliar aos alunos contemplados, pois nem todos agem de boa fé*” são contrastantes. Enquanto o primeiro afirma que o nível de critérios diminui o alcance do auxílio, o segundo estudante menciona o fato de que é necessário evitar que estudantes que não precisam, recebam o auxílio por modificar informações no momento da inscrição, sendo necessário um regulamento mais rígido.

Outra proposta de melhoria foi citada na resposta “*a inclusão de um novo auxílio, o qual estaria voltado para arte, cultura e desenvolvimento. Estimulando a criatividade e o maior conforto e desenvolvimento dentro da Instituição, aumentando a permanência dos mesmos no ensino e aprendizado*”.

Os estudantes também apontam que é necessário pontualidade nos pagamentos: “*Não atrasar os pagamentos dos benefícios, pois quem realmente depende desse dinheiro, pode acabar passando necessidade por um determinado período.*” Também sugerem a possibilidade de prazos maiores para inscrição, em virtude do número de informações solicitadas, evidenciado pela resposta “*A quantidade de documentos fazem muitos desistirem*” e “*os prazos para inscrição serem maiores porque são muitos documentos*”.

Essas respostas foram importantes para entender como os estudantes percebem o que é exigido deles para que sejam contemplados e permaneçam com seus benefícios. São procedimentos descritos no Edital, sendo necessário que os estudantes também entendam o funcionamento do programa e cada vez mais estejam preparados, pois vários processos de seleção possuem esses funcionamentos ou normas próprias que permitem a operacionalização dos programas.

Dessa forma, de acordo com Oliveira (2020, p. 96) “ainda que o PNAES se constitua como política em nível nacional, cada universidade tem autonomia para implantar seus programas e ações de acordo com a realidade de sua comunidade acadêmica e do projeto de gestão em vigor na instituição”. No entanto, também entendemos que a partir dessa compreensão dos discentes, é necessário que a gestão e os envolvidos na execução do PNAES busquem constantemente formas de aprimorar suas ações, realizando alterações nos Editais do auxílio, caso seja avaliado que é pertinente. Dessa forma, pode-se contribuir com a permanência dos estudantes, principalmente os mais vulneráveis.

O objetivo da última pergunta no questionário foi que o estudante se sentisse livre para fazer algum comentário que considerasse relevante. Dessa forma, na pergunta “Você gostaria

de acrescentar mais alguma coisa?", o total de 10 discentes (25%) se manifestou positivamente, conforme Gráfico 11.

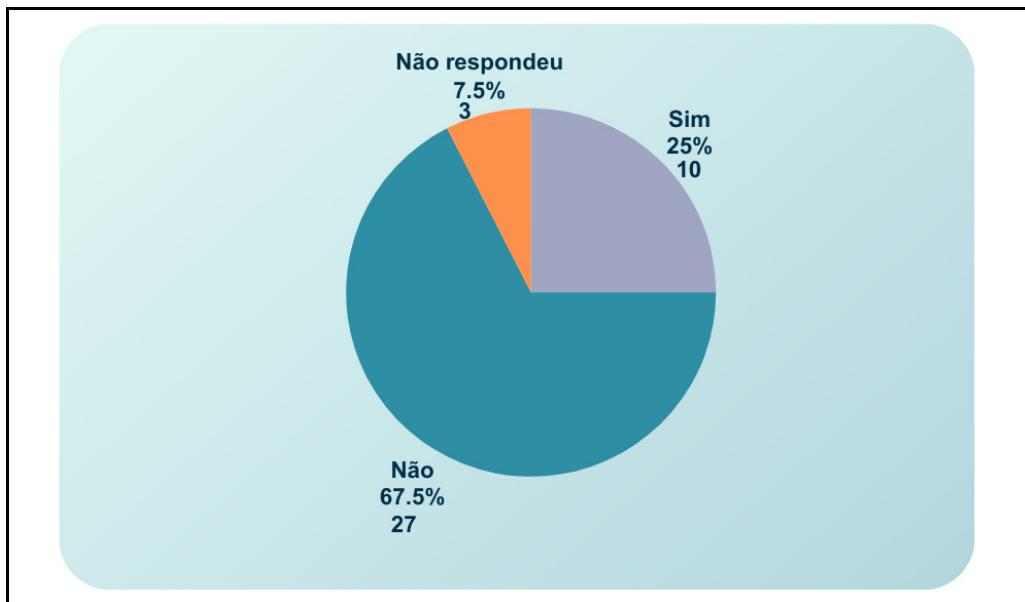


Gráfico 11: Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Dentre as respostas dadas por quem se manifestou, 70% indicou satisfação com a execução do programa e sentiram-se agradecidos pelo auxílio que receberam, destacando o trabalho da Assistência Estudantil. Um discente (10%) manifestou a importância do programa ao cumprir o objetivo de apoiar os estudantes e outros 2 discentes (20%) acrescentaram que é necessário aumentar o número de estudantes contemplados (Tabela 26).

Tabela 26: Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Satisfação	7	70
Aumentar vagas	2	20
Objetivo	1	10
TOTAL	40	100,

Todas as respostas demonstram a relevância do PNAES. Ainda que haja alguns pontos negativos na execução do programa, conforme apontado pelos contemplados, pode-se observar que a oferta dos auxílios estudantis tem impactado positivamente para a permanência e motivação dos estudantes.

Entendemos ainda que somente os auxílios financeiros para custear necessidades básicas, como alimentação e moradia, não são suficientes para garantir um percurso acadêmico que promova inclusão social e minimize as desigualdades sociais. São necessárias ações que visem o lazer, o esporte, o acesso à cultura e tantos outros aspectos importantes no processo de educação.

Sendo assim, consideramos que dentro das condições do Campus Posse, o oferecimento dos auxílios atuais são significativos e precisam evoluir tendo como objetivo cumprir todos os objetivos do programa. A realidade do Campus e do reduzido número de servidores envolvidos na execução do PNAES, mostra o quanto de esforço tem sido realizado

para que os estudantes tenham o mínimo de condições possíveis para permanecer em seus cursos.

Esse esforço é reconhecido pelos estudantes nas falas “*a assistência está fazendo o seu bom papel na instituição*”, “*Queria agradecer o apoio do Programa Nacional de Assistência Estudantil que estão dispostos a ajudarem os alunos que querem estudar e permanecer na instituição, diminuindo as barreiras, apesar de algumas vezes não ser possível controlar alguns fatores*”.

Os resultados encontrados neste estudo são relevantes por oferecer dados científicos que possam embasar cobranças para um maior apoio das autoridades federais em relação ao PNAES. Nesse sentido, corroboramos com Alves (2022, p. 21) ao dizer que “conhecer e divulgar a implementação, a continuidade e os investimentos destinados ao campo da AE é primordial para o entendimento de como se dão as ações e políticas destinadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.” E esse entendimento é ferramenta para buscar melhorias.

“Agradecer a Assistência Estudantil do IF Goiano - Campus Posse pelo apoio e benefícios já recebidos durante a minha graduação, me auxiliou e ajudou bastante.” Esse foi um dos relatos colhidos nos questionários da pesquisa, e utilizamos as ideias presentes nele para finalizarmos nossa análise reforçando que o PNAES, mesmo com todos os obstáculos que muitas vezes são enfrentados em sua execução, é responsável por tornar um pouco mais igualitário o acesso a melhores condições de vida durante a trajetória de um curso, período esse que pode ser muito difícil para os estudantes, mas que também pode ser a diferença em suas vidas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ainda muito recente, o PNAES é um mecanismo para minimizar a evasão e garantir a permanência de estudantes em seus cursos. Por meio dele, é possível realizar o atendimento a alunos de baixa renda e proporcionar condições mais dignas em seus processos acadêmicos.

Ao longo dos anos, as Instituições de Ensino Superior foram deixando de ser apenas privilégio da elite e passaram a abrir espaço aos estudantes mais vulneráveis socialmente. Em virtude disso, é necessário que também seja ampliado o apoio para a permanência desses estudantes nessas instituições.

Somada à realidade desfavorável de muitas famílias, passamos por um período de pandemia que agravou os problemas sociais e mostrou que apesar da maioria da população ter passado mais de um ano em isolamento social, houveram aqueles que sofreram mais com a COVID-19: os que estão em vulnerabilidade socioeconômica.

Neste trabalho, buscamos investigar o impacto do PNAES durante a pandemia, entender como foi esse período para os contemplados pelo programa em relação ao acompanhamento das aulas remotas e a percepção deles sobre o auxílio estudantil recebido durante esse período.

Realizamos o estudo bibliográfico sobre o PNAES, o Instituto Federal Goiano e a pandemia causada pela COVID-19. Nas discussões e resultados, alcançamos os objetivos propostos: analisar os auxílios estudantis ofertados na pandemia, levantar o perfil dos discentes contemplados e suas percepções sobre o PNAES.

Como resultados, concluímos que o perfil dos estudantes da área de agrárias contemplados com o auxílio nos anos de 2020 e 2021 no Campus Posse foram em sua maioria de alunas, jovens, solteiras, residentes em zona urbana, com número de membros da família entre três e quatro pessoas e com renda *per capita* muito baixa de até meio salário mínimo (R\$ 606,00). Dessa forma, o PNAES está atendendo o público ao qual se destina prioritariamente conforme Decreto 7.234.

Em relação à pandemia, esses estudantes tiveram dificuldades com as aulas online, a falta de computadores para realizar as atividades e ausência de internet de qualidade. Também é importante destacar os aspectos emocionais decorrentes da crise pandêmica, citados por muitos estudantes. O isolamento e as incertezas da doença geraram ansiedades e preocupações. Ademais, não ter um ambiente tranquilo para o estudo em casa e as dificuldades de concentração e compreensão dos conteúdos também foram obstáculos mencionados.

Em relação a percepções quanto ao PNAES, os estudantes de forma geral sentem-se satisfeitos com os auxílios recebidos. Entretanto, apontam como pontos a melhorar o aumento da oferta de vagas, aumento do valor do auxílio e cumprimento dos prazos de pagamentos.

Por meio da análise das respostas dos estudantes, concluímos ainda que a execução do PNAES no Campus Posse cumprem os objetivos do programa, pois os estudantes afirmam que os auxílios recebidos contribuíram para a permanência deles na instituição, motivação em concluir seus estudos e atendimento aos estudantes de baixa renda.

Também foi possível fazer uma caracterização da execução do programa durante o período de pandemia. Os procedimentos para inscrição e acompanhamento dos Editais foram alterados para o formato remoto em decorrência da suspensão das atividades presenciais também dos setores administrativos. Essas alterações foram apontadas como positivas por muitos estudantes, que acreditam ter facilitado as inscrições nos Editais. Entretanto, também foi possível perceber que as dificuldades de acesso a internet e computadores podem ter afetado a participação dos estudantes no processo seletivo para o recebimento dos auxílios, uma vez que todo o processo passou a ser digital.

Também é relevante apontar que os recursos recebidos durante a pandemia sofreram um decréscimo, o que comprometeu bastante a melhoria dos valores e aumento do número de vagas nesse período.

Destacamos que pesquisas como essa são importantes para avaliação do PNAES enquanto política pública educacional e seus impactos na permanência de estudantes nas instituições públicas de ensino. É necessário que os estudantes possam se manifestar, uma vez que são o público alvo de várias políticas públicas.

Para que possamos minimizar a evasão e construir um ambiente de ensino que abarque os estudantes de famílias mais vulneráveis socioeconomicamente de forma a terem iguais condições de aprendizagem e permanência, é necessário que a instituição como um todo priorize as ações da Assistência Estudantil e auxilie no fortalecimento do PNAES, pois sua execução não é responsabilidade de apenas um setor, mas deve ser um objetivo institucional.

A falta de servidores suficientes na Assistência Estudantil gera sobrecargas e pode comprometer o melhor aproveitamento do PNAES em suas potencialidades. Também a diminuição dos repasses referentes ao programa pelo Governo Federal minimiza as ações que as instituições tentam implementar para melhorias na oferta dos auxílios. Essas são situações que precisam de uma atenção especial dos gestores e estratégias conjuntas de aprimoramento do PNAES.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que esse assunto não se esgota aqui. Apesar do aumento do número de pesquisas sobre o PNAES nos últimos anos, ainda é necessário investigar o programa em outras localidades e aprofundar as análises nos locais os quais já iniciaram essa investigação. Esperamos que esse trabalho contribua com esse propósito.

9 REFERÊNCIAS

ALVES, Ilza Maria da Silva. **A Assistência Estudantil na Educação Superior: contribuições e limites relativos à Conclusão de Curso do estudante bolsista da UFU.** 267 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Uberlândia, 2022.

AQUINO, Estela M. L *et al.* **Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil.** Revista Ciência & Saúde Coletiva: V. 25 (Supl.1) 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csc/v25s1/1413-8123-csc-25-s1-2423.pdf>> Acesso em: 07 de setembro de 2023.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; MACEDO, Marconi Neves. **O desmonte da Educação Superior no Governo Bolsonaro.** Relato Técnico. IX Encontro Brasileiro de Administração Pública. São Paulo/SP - 5 a 7 de Outubro de 2022. Disponível em: <<https://sbap.org.br/ebap-2022/358.pdf>> Acesso em: 17 set. 2023.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor *et al.* **Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 03, p. 722-743, nov. 2019.

ARRAIS, Tadeu Alencar *et al.* **Pandemia COVID-19: o caráter emergencial das transferências de renda direta e indireta para a população vulnerável do estado de Goiás.** Espaço e Economia, Revista Brasileira de Geografia Econômica: N° 18, ano IX, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/13734>> Acesso em: 07 de setembro de 2023.

BARBOSA, Carlos Soares. **Impactos da pandemia da COVID-19 na educação de jovens e adultos na rede municipal do Rio de Janeiro.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Revista HOLOS, Ano 38, v.2, e11619, 2022. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11619>> Acesso em: 10 de Setembro 2023.

BEZERRA, Siméia Oliveira Nunes. **A efetividade do auxílio financeiro na permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica: um estudo no Programa de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.** 184 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 de Junho de 2023.

BRASIL. **Lei N° 10.172**, de 09 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em:<http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_10172.pdf> Acesso em: 15 de Junho de 2023.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 39, de 12 de Dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf> Acesso em: 15 de Junho de 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 15 de Junho de 2023.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, De 16 De Julho De 1934. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 15 de Junho de 2023.

BRASIL. Decreto nº 69.927, de 13 de Janeiro de 1972. Institui em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho". Brasília, 1972. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de Junho de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/113979.htm> Acesso em: 10 de Setembro 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>> Acesso em: 10 de Setembro 2023.

BRASIL. Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/114040.htm> Acesso em: 10 de Setembro 2023.

BRASIL. Decreto 7566 de 23 de setembro de 1909. Crê nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Decreto Federal Nº 2406/97. Regulamenta a Lei Federal nº 8.948/94 (trata de Centros de Educação Tecnológica). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2406_97.pdf> Acesso em 12 de Julho de 2023.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em 12 de Julho de 2023.

BRASIL. Coronavírus Brasil. Atualizado em 06/09/2023 (Internet). Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em: 08 de Setembro 2023.

CARVALHO, Martinez de. **A Assistência Estudantil no IFPR (2015-2019): Avaliação da efetividade do PNAES, entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Campus Palmas - PR.** 239 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação - PPGE. Cascavel, Paraná. 2020.

CAVALCANTE, João Roberto *et al.* **COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020.** Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil (RESS): V. 29, nº 4. 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/ress/v29n4/2237-9622-ress-29-04-e2020376.pdf>> Acesso em: 07 de setembro de 2023.

CONCEIÇÃO, Leyde Lelma Vieira da. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - campus Conceição do Araguaia-PA.** 2017. 65f. Dissertação (Mestrado em Ciências com habilitação em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2017.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br/home-b>> Acesso em: 20 de Junho de 2023.

GOMES, Amanda Marques de Oliveira ; **PASSOS**, Guiomar de Oliveira. **A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais.** Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 415–442, 2018. DOI: 10.18764/2178-2865.v22n1p415-442. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9240>. Acesso em: 17 set. 2023.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na Educação Superior: uma análise das políticas de Assistência Estudantil.** 203 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2010.

COUTO, Leandro Freitas; **RECH**, Lucas Trentin. **Desmonte ativo no governo Bolsonaro: uma aproximação pela perspectiva orçamentária.** P. 445-474. In: Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA. Brasília 2023. Disponível em: <https://www.ufpb.br/dgp/contents/documentos/Desmonte_e_Reconfiguracao_Politicas_Publicas.pdf> Acesso em: 17 set. 2023.

DAMASCENO, Kely Meiry. **Contribuição do Programa De Assistência Estudantil para estudantes ingressantes por meio de ações afirmativas para o curso de nível Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Minas Gerais -Campus São João**

Evangelista. 68 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, RJ, 2019.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018.** Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>> Acesso em: 17 set. 2023.

GARCIA, Adilso de Campos; DORSA, Arlinda Cantero; OLIVEIRA, Edilene Maria de; Maria Augusta de Castilho. **Educação profissional no Brasil: origem e trajetória.** P. 1-18. Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas. No 13 – Ano VII – 05/2018.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA Michelle Moraes de Sá; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. P. 13-42. In: **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022).** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 564 p. Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/1/Desmonte_e_Reconfiguracao.pdf> Acesso em: 17 set. 2023.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; MINODA, Dalva de Souza ; FONSECA, Renata Gadoni Porto. **Impacto da pandemia do COVID-19 na educação: reflexos na vida das famílias.** Revista Teoria e Prática da Educação, v. 23, n.3, p.150-170, Setembro/Dezembro 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/53672/751375151438>> Acesso em: 12 de Setembro 2023.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Portaria nº 731, de 16 de abril de 2020.** 2020. Disponível em: <[Portaria_731_calendario_academico.pdf](https://ifgoiano.edu.br/Portaria_731_calendario_academico.pdf)> Acesso em: 12 de Setembro 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Portaria nº 54/Posse/IFGoiano, de 29 de outubro de 2021.** 2021. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/POSSE/Imagens/2021/10_outubro/Portaria_IFGOIANO_2021_54.pdf> Acesso em: 12 de Setembro 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019 a 2023.** Goiás, 2018. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/42_-_PDI_2019-2023.pdf> Acesso em: 12 de Julho de 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Unidades estarão vinculadas à Reitoria em 2016.** 2016. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/component/content/article/57-destaque/1579-campus-avancados-estarao-vinculados-a-reitoria-a-partir-de-janeiro>> Acesso em: 12 de Julho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Posse**, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/posse.html>> Acesso em: 27 de Julho 2021

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Histórico - Campus Posse**. 2015. Disponível em: <[https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/localizacao-posse/114-institucional-posse/257-historico.html#:~:text=Fruto%20da%20segunda%20etapa%20do,\)%2C%20no%20ano%20de%202013.](https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/localizacao-posse/114-institucional-posse/257-historico.html#:~:text=Fruto%20da%20segunda%20etapa%20do,)%2C%20no%20ano%20de%202013.)> Acesso em: 27 de Julho 2021

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Assistência Social). Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:<<https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>> Acesso em: 13 de setembro de 2023.

LIMA, Maria Janete de. **Análise das Políticas de Assistência Estudantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da Governamentalidade Neoliberal**. 197 f. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2022. São Cristóvão, SE, 2022.

LOEBLIN, Elaine Lucio. **As Políticas de Permanência e Assistência Estudantil nas Instituições Públicas de Ensino Superior: o caso de Rondônia**. 218 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista - Unesp. Instituto de Biociências. Rio Claro, 2023.

LOPES, Juliana Dias; MACÊDO, Murilo Rosa; MELO, Lucelena Fátima de. Vulnerabilidade Social e Desempenho Desigual dos Municípios Goianos. In: **Territórios em números : insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira**, livro 1 / organizadores: Bárbara Oliveira Marguti, Marco Aurélio Costa, Carlos Vinícius da Silva Pinto. – Brasília : IPEA : INCT, 2017.

MEDEIROS, Sidineya Aires de; MARIANO, Sangelita Miranda Franco; SOUSA, Marcos Moraes. Política de assistência estudantil no IF Goiano Campus Morrinhos: implicações na permanência dos estudantes.P. 16-37. In: **Educação e trabalho, utopias possíveis nos espaços da EPT**, volume 1: produtos educacionais, sujeitos e aproximações em ambientes sociais. Leia Adriana da Silva Santiago et al. (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

MELO, Ítalo Vaz de. **As consequências da pandemia (COVID-19) na rede municipal de ensino: impactos e desafios**. Instituto Federal Goiano-Campus Avançado Ipameri. Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência do Ensino Superior. Ipameri, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1377/1/Artigo%20Cient%c3%adfico%20Corrigido%20-%20Italo%20Vaz%20de%20Melo%20-%20versao%20final%20corrigida%2014-09.pdf>> Acesso em: 08 de Setembro 2023.

NETTO, Raimundo Gonçalves Ferreira; CORRÊA, José Wilson do Nascimento. **Epidemiologia do surto de doença por Coronavírus (COVID-19)**. Revista Desafios: V. 7, n. Supl. COVID-19. 2020. Disponível em: <<https://sistemas.uff.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8710/16715>> Acesso em: 07 de setembro de 2023.

NORBERTO, Juliana Alvim. **A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: percepções de alunos sobre acesso e permanência.** 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Programa de Pós-Graduação Profissional: Formação de Gestores Educacionais (PPGP-GE). São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ceunsp.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2198/1/Juliana%20Alvim.pdf>> Acesso em: 13 de setembro de 2023.

OLIVEIRA, Olivia Chaves de. **A democratização da educação superior e as ações de assistência estudantil na história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).** 259 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Seropédica, Nova Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11310787> Acesso em: 13 de setembro de 2023

OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19** (Internet). 2023. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>> Acesso em: 07 de setembro de 2023.

OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa sobre COVID-19** (Internet). 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>> Acesso em: 07 de setembro de 2023.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede federal de educação tecnológica e o desenvolvimento local.** Dissertação (Mestrado). Universidade Cândido Mendes - Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2003. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2012/10/luiz_augusto_caldas_pereira.pdf> Acesso em 12 de Julho de 2023.

POSSE. **Nota Técnica Nº 001 SMS-Posse/GO.** Secretaria Municipal de Saúde de Posse. 2020. Disponível em: <<https://posse.go.gov.br/notas-tecnicas/>> Acesso em: 08 de Setembro 2023.

ROCHA, Damião Noel. **Programa Nacional De Assistência Estudantil (Pnaes): Uma análise sobre a implementação no Instituto Federal de Minas Gerais? Campus São João Evangelista.** 73 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, RJ, 2019.

SANTOS, Adaíres Eliane Dantas ; LIRA, Terçália Suassuna Vaz. **Crise, recrudescimento do neoliberalismo e seus reflexos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** P. 261-286. O Social em Questão - Ano XXVI - nº 55 - Jan a Abr/2023. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/61453/61453.PDF>> Acesso em: 17 set. 2023.

SANTOS, Eduardo Henrique Moraes; MENDES, Raquel de Oliveira; MOREIRA, Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos; SANTOS, Cíntia Karim dos. **A Assistência Estudantil e a Covid-19: O contexto das Universidades Federais Paulistas.** Revista Serviço Social em perspectiva. Montes Claros, MG. Volume 5, número 2. Jul/Dez 2021

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL. Instrução normativa nº 21, de 16 de março de 2020. Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). 2020. Disponível em: <[IN-21-20-SGDP \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/IN-21-20-SGDP)> Acesso em: 12 de Setembro 2023.

SILVA, Ana Rita Dantas da; HAAS, Celia Maria. **Política de assistência estudantil nos três últimos governos: relevância do programa de auxílio permanência.** Revista de Estudo em Educação Quaestio, Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 503-523, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335563395_Politica_de_assistencia_estudantil_no_s_tres_ultimos_governos> Acesso em: 17 set. 2023.

SILVA, Daniele Antonia da. **Política de Assistência Estudantil na UFRN: Ações do PNAES nos Cursos de Graduação- Campus Natal (2010-2019).** 173 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2022.

SILVA, Luci Rodrigues. **A perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano - Campus Urutáí quanto à importância e eficácia do programa de residência estudantil para sua formação.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola, 2020.

SOUZA, Altina Maria Pereira de. **A Política Da Assistência Estudantil nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO Campus Guajará-Mirim: desafios e perspectivas.** 172 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Programa de Pósgraduação stricto sensu Mestrado Acadêmico em Educação. - Porto Velho, RO, 2022.

TAUFICK, Ana Luisa de Oliveira Lima. 2014. **Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Revista Brasileira de Política de Administração e da Educação (RBPAE) v. 30, n. 1, p. 181-201, jan/abr. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/50020/31328>> Acesso em: 15 de Junho de 2023.

TOREZANI, Sival Roque. **A percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Santa Tereza sobre a assistência estudantil – 2015.** 78 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós -Graduação em Educação Agrícola.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Ensino Em-Revista, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>> Acesso em: 15 de Junho de 2023.

VIEIRA, Márcia de Freitas ; SILVA, Carlos Manuel Seco da. **A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura.** Revista Brasileira de Informática na Educação – RBIE. V. 28, P.1013- 1031, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/suporte/Downloads/9317-12634-1-PB.pdf> Acesso em: 12 de Setembro 2023.

10 APÊNDICE

Apêndice A - Questionário aplicado aos participantes

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
“IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS
ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE”
QUESTIONÁRIO

Caro (a) estudante,

Este questionário destina-se a levantar dados acerca da percepção dos contemplados em relação aos auxílios estudantis ofertados por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil durante a pandemia nos anos de 2020 e 2021. Posteriormente, os dados serão tabulados e analisados para servirem de base às sugestões que contribuam para a melhoria do Programa. A presente pesquisa será desenvolvida como parte das exigências do curso de Mestrado em Educação Agrícola, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação da Profa. Dra Silvia Maria Melo Gonçalves.

- **Observação:** Este questionário foi adaptado da Dissertação de Mestrado do pesquisador Sival Roque Torezani (2015), intitulado: A Percepção de Discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Santa Teresa sobre a Assistência Estudantil.

Por gentileza, responda as perguntas abaixo sobre a Assistência Estudantil. Sua identificação será mantida em sigilo.

1) Dados pessoais:

Idade:
Curso que estuda:
Sexo: () Masculino () Feminino () Prefiro não declarar
Estado civil: () solteiro (a) () casado (a) () Outros
Tem filhos? () Sim () Não
Município onde mora: Estado onde mora:
Mora em: () zona rural () zona urbana
Situação financeira

Renda bruta da família: R\$

Número de pessoas na família:

2) Você recebeu informações sobre os auxílios da Assistência Estudantil antes de ser contemplado? Quais informações você recebeu?

3) Você sabe o que é o Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES)?

4) Você considera os auxílios da Assistência Estudantil importantes para que o aluno continue estudando? Por quê?

5) Se você não tivesse recebido o auxílio estudantil financeiro durante a pandemia, você teria saído do curso? Por quê?

6) Como foi seu aprendizado durante a pandemia? Descreva em poucas linhas:

7) Você teve dificuldade para acessar a internet e estudar durante a pandemia? Escreva sobre isso:

8) Qual foi sua dificuldade?

9) Como você participou das aulas remotas? Descreva os equipamentos que você usou para acessar a internet e participar das aulas remotas:

10) Você considera que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) cumpre seu objetivo?

11) Você ficou satisfeito com os procedimentos para recebimento do auxílio estudantil desde a inscrição até o pagamento? Porquê?

12) O valor que você recebeu do auxílio estudantil foi suficiente para atender suas necessidades no período da pandemia? Por quê?

13) A quantidade de meses que você recebeu o auxílio estudantil foi suficiente para atender suas necessidades? Escreva suas observações:

14) O pagamento dos benefícios foi realizado dentro dos prazos estabelecidos para atender suas necessidades? Fale sobre isso:

15) Caso você considere o benefício como insuficiente para sua permanência no curso e desempenho acadêmico satisfatório, o que poderia ser feito para que suas necessidades fossem atendidas?

16) O auxílio estudantil influenciou no seu desempenho acadêmico? Porquê?

17) As exigências do Programa para continuidade no recebimento do benefício, no que se refere a frequência, rendimento escolar e disciplina prejudicaram sua permanência no Auxílio Estudantil? Por quê?

18) Você tem alguma proposta de mudanças para o Programa Nacional de Assistência Estudantil?

19) Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Agradecemos por participar da pesquisa!

11 ANEXOS

Anexo A - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

“IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE”

Responsável pela pesquisa: Lôise Alves de Castro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. O responsável por este estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador.

Meu nome é Lôise Alves de Castro, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato a cobrar no telefone: (62) 99928-9894. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no telefone: (21) 2682-1090/1080.

Esta pesquisa tem como objetivo: Investigar o impacto do PNAES durante a pandemia de COVID-19 para os estudantes contemplados em cursos da área agrária no Campus Posse do IF Goiano.

Se concordar em participar, sua colaboração consistirá no preenchimento de um questionário impresso, sem identificação do participante, que será entregue a você.

A participação na pesquisa tem riscos mínimos e envolvem aspectos como: incômodo, cansaço, dúvidas com as perguntas elaboradas, mas, não são riscos perigosos à vida, apenas riscos que poderão causar algum tipo de constrangimento. Para minimizar os riscos, você terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto.

Os benefícios provenientes de sua participação, possibilitará fazerem uma autorreflexão sobre sua participação no projeto e todo itinerário formativo construído ao longo dele, além de auxiliar os pesquisadores de forma eficaz para alcançar conclusões do projeto.

Por isso, sinta-se à vontade em recusar a responder questionamentos que lhe causem constrangimento durante o preenchimento.

Todas as informações obtidas serão sigilosas, este material será mantido em sigilo e as suas informações não serão identificadas e ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do pesquisador com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após 5 (cinco) anos após a conclusão da pesquisa.

Os resultados deste trabalho serão apresentados e publicados em encontros ou revistas científicas, entretanto, será garantido o sigilo assegurando a privacidade e o anonimato dos/as participante/s.

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá

nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Mas caso venha ter alguma despesa eventual é garantido o direito ao ressarcimento da despesa diretamente decorrente de sua participação na pesquisa via depósito em conta corrente mediante a apresentação do respectivo comprovante da despesa.

Caso você participante venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, têm direito a assistência e a buscar indenização por meio das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 9, Inciso VI).

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu, _____ RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo:

“IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE”, como participante fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Lôise Alves de Castro sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Posse, _____ de _____ de 2023

Nome Assinatura participante

Lôise Alves de Castro
Pesquisadora

Anexo B - Termo de assentimento livre e esclarecido (TALE)

“IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE”

Responsável pela pesquisa: Lôise Alves de Castro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. O responsável por este estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador.

Meu nome é Lôise Alves de Castro, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato a cobrar no telefone: (62) 99928-9894. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no telefone: (21) 2682-1090/1080.

Esta pesquisa tem como objetivo: Investigar o impacto do PNAES durante a pandemia de COVID-19 para os estudantes contemplados em cursos da área agrária no Campus Posse do IF Goiano.

Se concordar em participar, sua colaboração consistirá no preenchimento de um questionário impresso, sem identificação do participante, que será entregue a você.

A participação na pesquisa tem riscos mínimos e envolvem aspectos como: incômodo, cansaço, dúvidas com as perguntas elaboradas, mas, não são riscos perigosos à vida, apenas riscos que poderão causar algum tipo de constrangimento. Para minimizar os riscos, você terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto.

Os benefícios provenientes de sua participação, possibilitará fazerem uma autorreflexão sobre sua participação no projeto e todo itinerário formativo construído ao longo dele, além de auxiliar os pesquisadores de forma eficaz para alcançar conclusões do projeto.

Por isso, sinta-se à vontade em recusar a responder questionamentos que lhe causem constrangimento durante o preenchimento.

Todas as informações obtidas serão sigilosas, este material será mantido em sigilo e as suas informações não serão identificadas e ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do pesquisador com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após 5 (cinco) anos após a conclusão da pesquisa.

Os resultados deste trabalho serão apresentados e publicados em encontros ou revistas científicas, entretanto, será garantido o sigilo assegurando a privacidade e o anonimato dos/as participante/s.

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Mas caso venha ter alguma despesa

eventual é garantido o direito ao ressarcimento da despesa diretamente decorrente de sua participação na pesquisa via depósito em conta corrente mediante a apresentação do respectivo comprovante da despesa. Caso você participante venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, têm direito a assistência e a buscar indenização por meio das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 9, Inciso VI).

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu, _____ RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo:

“IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE”, como participante fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Lôise Alves de Castro sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Posse, _____ de _____ de 2023

Assinatura do(a) jovem participante

Assinatura do Responsável pelo(a) jovem

Lôise Alves de Castro
Pesquisadora

Anexo C - Termo de consentimento livre e esclarecido para pais/mães/responsáveis por menores de idade (TCLE)

“IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE”

Responsável pela pesquisa: Lôise Alves de Castro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prezados pais/mães/responsáveis.

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que seu (sua) filho(a) está sendo convidado a participar. Antes de decidir se autoriza a participação (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida autorizar a participação, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. O responsável por este estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador.

Meu nome é Lôise Alves de Castro, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato a cobrar no telefone: (62) 99928-9894. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no telefone: (21) 2682-1090/1080.

Esta pesquisa tem como objetivo: Investigar o impacto do PNAES durante a pandemia de COVID-19 para os estudantes contemplados em cursos da área agrária no Campus Posse do IF Goiano.

Se autorizar a participação de seu(sua) filho(a), a colaboração dele consistirá no preenchimento de um questionário, sem identificação do participante; e permitir que a pesquisadora Lôise Alves de Castro faça uso dos dados para a realização da pesquisa de mestrado intitulada “IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE”. Todas as informações que seu filho/ sua filha fornecer ficarão sob a guarda do pesquisador em um local seguro.

A participação na pesquisa tem riscos mínimos e envolvem aspectos como: incômodo, cansaço, dúvidas com as perguntas elaboradas, mas, não são riscos perigosos à vida, apenas riscos que poderão causar algum tipo de constrangimento. Para minimizar os riscos, seu/sua filho (a) terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto.

Os benefícios provenientes da participação, possibilitará fazerem uma autorreflexão sobre a participação no projeto e todo itinerário formativo construído ao longo dele, além de auxiliar os pesquisadores de forma eficaz para alcançar conclusões do projeto.

Por isso, sinta-se à vontade em recusar a responder questionamentos que lhe causem constrangimento durante o preenchimento.

Todas as informações obtidas serão sigilosas, este material será mantido em sigilo e as suas informações não serão identificadas e ficará guardado em local seguro sob a

responsabilidade do pesquisador com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após 5 (cinco) anos após a conclusão da pesquisa.

Os resultados deste trabalho serão apresentados e publicados em encontros ou revistas científicas, entretanto, será garantido o sigilo assegurando a privacidade e o anonimato dos/as participante/s. A participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Mas caso venha ter alguma despesa eventual é garantido o direito ao resarcimento da despesa diretamente decorrente de sua participação na pesquisa via depósito em conta corrente mediante a apresentação do respectivo comprovante da despesa.

Caso o participante venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, têm direito a assistência e a buscar indenização por meio das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 9, Inciso VI).

Em nenhum momento seu filho ou sua filha será identificado(a). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Seu(sua) filho(a) não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Seu(sua) filho(a) é livre para parar de participar a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

Uma cópia do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE ficará com o senhor(a).

Seu(sua) filho(a) não será expostos(as) a riscos físicos, biológicos, psicológicos e quaisquer outros por participar dessa pesquisa. Garantiremos um local adequado e sigilo para a realização da pesquisa, minimizando assim os possíveis desconfortos que possam aparecer durante a realização da pesquisa. Mesmo com a garantia de riscos remotos, se esse(s) vir (em) a acontecer garantia de indenização pelos danos causados aos alunos.

O presente TCLE e o TALE assinado por seu filho(a), assim como os dados obtidos pela pesquisa serão arquivados por 5 anos, sob a guarda do pesquisador responsável. Passados os 5 (cinco) anos todo material da pesquisa será incinerado pelos responsáveis pela pesquisa.

Eu _____ () pai ou mãe () responsável
legal pelo (a) jovem, _____ o (a)
autorizo a participar da pesquisa.

Posse, ____ de _____ de 2023

Assinatura do Responsável pelo (a) jovem

Assinatura do (a) jovem

Lôise Alves de Castro
Pesquisadora

Anexo D - PARECER DO CEP UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE

Pesquisador: Lôise Alves de Castro

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70886123.0.0000.0311

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.177.541

Apresentação do Projeto:

A pesquisa trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Instituto Federal Goiano (IF-Goiano), no contexto da pandemia de Covid-19, em um dos campi da referida instituição (Campus Posse-GO). Neste caso, envolvendo a participação direta de adultos e menores de idade matriculados em cursos técnicos de ensino médio do IF-Goiano.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar o impacto durante a pandemia de COVID-19 para os estudantes contemplados pelo PNAES em cursos da área agrária no Campus Posse do IF Goiano.

Como objetivos específicos pretende conhecer o perfil socioeconômico desses discentes (adultos e menores de idade), analisar como eles acompanharam as aulas durante a pandemia, suas percepções sobre o Programa (PNAES) e levantar dados sobre a execução do referido na instituição escolhida como campo para a investigação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No projeto e nos termos anexos (TCLE e TALE), os riscos e benefícios são descritos, textualmente, como:

"A participação na pesquisa tem riscos mínimos e envolvem aspectos como: incômodo, cansaço, dúvidas com as perguntas elaboradas, mas, não são riscos perigosos à vida, apenas riscos que

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000

UF: RJ **Município:** SEROPEDICA

Telefone: (21)2681-4749

E-mail: eticacep@ufrj.br

Continuação do Parecer: 6.177.541

poderão causar algum tipo de constrangimento. Para minimizar os riscos, você terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto. Os benefícios provenientes de sua participação, possibilitará fazerem uma autorreflexão sobre sua participação no projeto e todo itinerário formativo construído ao longo dele, além de auxiliar os pesquisadores de forma eficaz para alcançar conclusões do projeto."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e necessita de autorização prévia do CEP para a sua execução. Os documentos submetidos à apreciação são claros na configuração do desenho da pesquisa, objetivos, metodologia e critérios éticos.

Em termos metodológicos, e que muito interessa ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, o modo como esses sujeitos serão abordados pela pesquisadora proponente do estudo e as garantias dos parâmetros éticos envolvidos são adequados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de consentimento (para responsáveis e para os adultos estudantes) e assentimento (para menores de idade) encontram-se em acordo com as exigências legais para autorização de estudos que envolvem seres humanos. A proposta de TAI contida no arquivo denominado projeto contém todas as informações necessárias para a sua aprovação e há um documento assinado pelo IF-Goiano, de modo a expressar total concordância com a realização da pesquisa em sua jurisdição.

O modo como os estudantes (adultos e menores de idade) serão convidados para manifestarem concordância ou discordância em participar do estudo por meio desses termos está descrito no projeto.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa cumpre com todos os requisitos exigidos pelas normativas que regem a realização de pesquisas com seres humanos em território nacional, não restando óbices ao seu início.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto pode ser considerado aprovado e ter a sua execução iniciada.

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar

Bairro: ZONA RURAL

CEP: 23.897-000

UF: RJ

Município: SEROPEDICA

Telefone: (21)2681-4749

E-mail: eticacep@ufrrj.br

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



Continuação do Parecer: 6.177.541

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2123641.pdf	20/06/2023 14:51:54		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RESPONSAVEIS.pdf	20/06/2023 14:49:21	Lôise Alves de Castro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/06/2023 14:49:09	Lôise Alves de Castro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_MENORES.pdf	20/06/2023 14:48:55	Lôise Alves de Castro	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	20/06/2023 14:45:04	Lôise Alves de Castro	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	22/05/2023 22:38:43	Lôise Alves de Castro	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	22/05/2023 22:37:43	Lôise Alves de Castro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	22/05/2023 22:31:34	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Declaracao_qualif_Loise.pdf	22/05/2023 22:26:46	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao.pdf	22/05/2023 22:24:54	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Questionario_Mestrado.pdf	22/05/2023 22:23:01	Lôise Alves de Castro	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_anuencia_IFPosse.pdf	22/05/2023 22:20:59	Lôise Alves de Castro	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_compromisso.pdf	22/05/2023 22:17:45	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Curriculo_SilviaGoncalves.pdf	22/05/2023 22:17:06	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	CurriculoLoise.pdf	22/05/2023 22:12:40	Lôise Alves de Castro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço:	BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2ºandar
Bairro:	ZONA RURAL
UF:	RJ
Município:	SEROPEDICA
Telefone:	(21)2681-4749
CEP:	23.897-000
E-mail:	eticacep@ufrj.br

Página 03 de 04

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



Continuação do Parecer: 6.177.541

Não

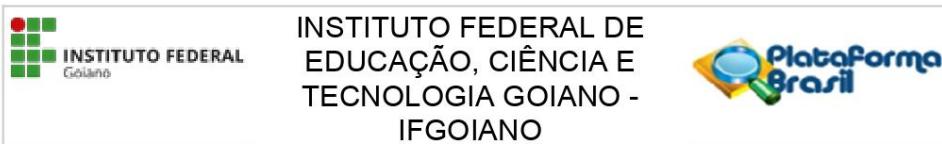
SEROPEDICA, 12 de Julho de 2023

Assinado por:
Valeria Nascimento Lebeis Pires
(Coordenador(a))

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2ºandar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:** eticacep@ufrj.br

Página 04 de 04

ANEXO E - Parecer do CEP Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Goiano (IF Goiano) - instituição coparticipante



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A PANDEMIA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS: CASO IF GOIANO CAMPUS POSSE

Pesquisador: Lôise Alves de Castro

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70886123.0.3001.0036

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.303.440

Apresentação do Projeto:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

Objetivo da Pesquisa:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Relata-se: "Procedimentos - Será realizada uma análise documental que utiliza como fonte materiais já elaborados, como tabelas, gráficos, relatórios, documentos oficiais etc. (FONSECA, 2002). Serão utilizados os dados armazenados na Unidade de Assistência ao Educando (UAE) do Campus, setor responsável pela execução do PNAES.

Os dados que servirão de base para identificar o perfil dos discentes e levantar algumas informações são provenientes dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos contemplados para inscrição nos editais de auxílios (nesses questionários são abordadas questões

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Página 01 de 05

Continuação do Parecer: 6.303.440

como o curso em que estavam matriculados, as condições de habitação, o núcleo familiar e a condição de renda). Essas informações estão sistematizadas de forma geral e não individual (garantindo o anonimato dos inscritos) em forma de textos, tabelas e gráficos que compõem os relatórios dos resultados dos auxílios. Esses relatórios, os quais serão analisados, são organizados pela UAE para apuração dos resultados de execução do PNAES e estão disponíveis também para acesso ao público no site do IF Goiano Campus Posse. O acesso às informações dos questionários socioeconômicos, que são dados secundários para a pesquisa, está autorizado pela direção geral do Campus Posse, por meio do termo de anuência da instituição coparticipante."

Parecer: Atende à legislação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE dos participantes

Relata-se: "Se concordar em participar, sua colaboração consistirá no preenchimento de um questionário impresso, sem identificação do participante, que será entregue a você."

TALE

Relata-se: "Se concordar em participar, sua colaboração consistirá no preenchimento de um questionário impresso, sem identificação do participante, que será entregue a você."

Parecer: atende a legislação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado(a) Pesquisador(a),

O CEP IF Goiano aprova seu protocolo de pesquisa. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira o relatório final na plataforma. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) pesquisador(a),

Endereço:	Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro:	Setor Sul
UF:	GO
Município:	GOIANIA
Telefone:	(62)99226-3661
CEP:	74.085-010
Fax:	(62)3605-3661
E-mail:	cep@ifgoiano.edu.br

Após aprovação da pesquisa, segundo as normativas vigentes, a condução da pesquisa deve estar de acordo com o protocolo aprovado pelo colegiado. Caso ocorra a necessidade de fazer qualquer alteração, deve ser submetida uma emenda com as alterações para nova avaliação ética. Exemplos: alterações metodológicas de coleta de dados, público participante e inserção de pesquisadores entre outras.

A saber:

"O que é uma emenda?

Emenda é toda proposta de modificação ao projeto original, encaminhada ao Sistema CEP/CONEP pela Plataforma Brasil, com a descrição e a justificativa das alterações. As emendas devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, destacando nos documentos enviados os trechos modificados. A emenda será analisada pelas instâncias de sua aprovação final (CEP e/ou CONEP). As modificações propostas pelo pesquisador responsável não podem descharacterizar o estudo originalmente proposto e aprovado pelo Sistema CEP-CONEP. Em geral, modificações substanciais no desenho do estudo, nas hipóteses, na metodologia e nos objetivos primários não podem ser consideradas emendas, devendo o pesquisador responsável submeter novo protocolo de pesquisa para ser analisado pelo Sistema CEP-CONEP." (Manual do usuário - Plataforma Brasil - versão 3.2)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2178982.pdf	14/08/2023 20:29:42		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Atualizado_TCLEparticipantes.pdf	14/08/2023 20:27:32	Lôise Alves de Castro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Atualizado_TALE.pdf	14/08/2023 20:25:59	Lôise Alves de Castro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_novaversao.docx	14/08/2023 20:23:33	Lôise Alves de Castro	Aceito

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)99226-3661

Fax: (62)3605-3661

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.303.440

Investigador	Projeto_novaversao.docx	14/08/2023 20:23:33	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Resposta_as_pendencias.docx	14/08/2023 20:22:26	Lôise Alves de Castro	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	18/07/2023 15:59:54	Lôise Alves de Castro	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	18/07/2023 15:59:03	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Carta_anuencia.pdf	18/07/2023 15:57:07	Lôise Alves de Castro	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_compromisso.pdf	18/07/2023 15:55:31	Lôise Alves de Castro	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	18/07/2023 15:44:05	Lôise Alves de Castro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RESPONSAVEIS.pdf	20/06/2023 14:49:21	Lôise Alves de Castro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/06/2023 14:49:09	Lôise Alves de Castro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_MENORES.pdf	20/06/2023 14:48:55	Lôise Alves de Castro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	22/05/2023 22:31:34	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Declaracao_qualif_Loise.pdf	22/05/2023 22:26:46	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao.pdf	22/05/2023 22:24:54	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Questionario_Mestrado.pdf	22/05/2023 22:23:01	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	Curriculo_SilviaGoncalves.pdf	22/05/2023 22:17:06	Lôise Alves de Castro	Aceito
Outros	CurriculoLoise.pdf	22/05/2023 22:12:40	Lôise Alves de Castro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO -
IFGOIANO



Continuação do Parecer: 6.303.440

GOIANIA, 15 de Setembro de 2023

Assinado por:
Paula Medeiros Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@fgoiano.edu.br

Página 05 de 05



Vivemos o medo.

Vivemos a incerteza.
E o isolamento, a distância.
Vivemos uma pandemia.
Foi necessário muito esforço para
manter a esperança e hoje estamos aqui.
Todo meu sentimento
aos que não estão
e a suas famílias.

E tal qual o girassol se move em
direção ao sol
durante seu crescimento,
olharei a luz que ainda brilha à frente.
É o futuro que se apresenta.
Estou pronta para agarrá-lo.

Lôise Alves de Castro
Outubro de 2023